



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA

FERNANDO CAVALHEIRO KRAUZER

**VEBLEN E MARSHALL: UM ENSAIO INSTITUCIONALISTA SOBRE  
PERSPECTIVAS EVOLUCIONÁRIAS E SUAS RELAÇÕES COM A  
(IM)POSSIBILIDADE DE CRÍTICA SOCIAL**

CAMPINAS  
2024

FERNANDO CAVALHEIRO KRAUZER

**VEBLEN E MARSHALL: UM ENSAIO INSTITUCIONALISTA SOBRE  
PERSPECTIVAS EVOLUCIONÁRIAS E SUAS RELAÇÕES COM A  
(IM)POSSIBILIDADE DE CRÍTICA SOCIAL**

Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Economia

Thesis presented to the Institute of Economics of the State University of Campinas in partial fulfillment of requirements for the degree of Doctor in Economics

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza  
Coorientador: Prof. Dr. Manuel Ramon Souza Luz

ESTE TRABALHO CORRESPONDE A  
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO  
ALUNO FERNANDO CAVALHEIRO  
KRAUZER E ORIENTADA PELO PROF. DR.  
PAULO SÉRGIO FRACALANZA E  
COORIENTADA PELO PROF. DR. MANUEL  
RAMON SOUZA LUZ

CAMPINAS  
2024

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Biblioteca do Instituto de Economia  
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

K869v Krauzer, Fernando Cavaleiro, 1995-  
Veblen e Marshall : um ensaio institucionalista sobre perspectivas evolucionárias e suas relações com a (im)possibilidade de crítica social / Fernando Cavaleiro Krauzer. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Paulo Sérgio Fracalanza.  
Coorientador: Manuel Ramon Souza Luz.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia.

1. Veblen, Thorstein, 1857-1929. 2. Marshall, Alfred, 1842-1924. 3. Economia institucional. 4. Economia evolucionária. 5. Crítica - Aspectos sociais. I. Fracalanza, Paulo Sérgio, 1968-. II. Luz, Manuel Ramon Souza, 1980-. III. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia. IV. Título.

Informações Complementares

**Título em outro idioma:** Veblen and Marshall : an institutionalist essay on evolutionary perspectives and their relations with the (im)possibility of social criticism

**Palavras-chave em inglês:**

Veblen, Thorstein, 1857-1929

Marshall, Alfred, 1842-1924

Institutional economics

Evolutionary economics

Criticism - Social aspects

**Área de concentração:** Teoria Econômica

**Titulação:** Doutor em Ciências Econômicas

**Banca examinadora:**

Paulo Sérgio Fracalanza [Orientador]

Laura Valladão de Mattos

Roberto Resende Simiqueli

Ramon Vicente Garcia Fernandez

José Ricardo Fucidji

**Data de defesa:** 13-09-2024

**Programa de Pós-Graduação:** Ciências Econômicas

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2330-7139>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7124603709718900>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA**

FERNANDO CAVALHEIRO KRAUZER

**VEBLEN E MARSHALL: UM ENSAIO INSTITUCIONALISTA SOBRE  
PERSPECTIVAS EVOLUCIONÁRIAS E SUAS RELAÇÕES COM A  
(IM)POSSIBILIDADE DE CRÍTICA SOCIAL**

Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza – Orientador  
Prof. Dr. Manuel Ramon Souza Luz – Coorientador

Defendida em 13/09/2024

**COMISSÃO JULGADORA**

**Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza – Presidente  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. José Ricardo Fucidji  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Roberto Resende Simiqueli  
Universidade Federal do Alagoas (UFAL)**

**Prof. Dr. Ramon Garcia Fernandez  
Universidade Federal do ABC (UFABC)**

**Prof. Dr. Laura Valladão de Mattos  
Universidade de São Paulo (USP)**

A Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

À Robin Hood da ciência,  
Alexandra Asanovna Elbakyan

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família por todo o suporte e paciência nesta minha ainda infante jornada acadêmica. Em especial, gostaria de agradecer aos meus pais, Renate e Jorge Krauzer, e ao meu irmão Cassiano Krauzer. Também aproveito esta oportunidade para agradecer ao meu fiel companheiro nesta jornada, Nevado Krauzer.

Agradeço aos Professores Paulo Sérgio Fracalanza e Manuel Ramon Souza Luz por me auxiliarem no desenvolvimento desta tese, não só nas funções de orientador e coorientador, respectivamente, mas também por todos os acolhimentos e conselhos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

### **VEBLEN E MARSHALL: UM ENSAIO INSTITUCIONALISTA SOBRE PERSPECTIVAS EVOLUCIONÁRIAS E SUAS RELAÇÕES COM A (IM)POSSIBILIDADE DE CRÍTICA SOCIAL**

Autor: Fernando Cavalheiro Krauzer  
Orientador: Paulo Sérgio Fracalanza  
Coorientador: Manuel Ramon Souza Luz

Thorstein Veblen e Alfred Marshall apresentam divergências e antagonismos bem mapeados na organização das ideias econômicas. Porém, atenção ainda tímida é dada a uma temática comum a ambos os autores no propósito de suas construções teóricas: o processo evolucionário. Enquanto Veblen é amplamente reconhecido e referenciado em termos evolucionários em sua perspectiva teórica da economia institucional, Marshall não é por estes termos tradicionalmente rememorado em sua construção teórica na economia neoclássica, ainda que busque pela “meca dos economistas” no campo das metáforas biológicas. Esta ambição comum aos autores parece se desenhar como terreno fértil na compreensão das diferentes inspirações e possibilidades desta temática no campo econômico. Neste trabalho é compreendido que Veblen utiliza-se do processo evolucionário de modo imperativo em sua construção teórica, caracterizando-se por ser um elemento central em seu inquérito científico. Marshall, por outro lado, parece se utilizar de diferentes metáforas na construção de suas contribuições econômicas, dentre as quais, a metáfora biológica da evolução. Veblen apresenta clara inspiração nos escritos de Charles Darwin, com o entendimento de um processo evolucionário cego e cumulativo, enquanto Marshall parece utilizar-se de uma clara inspiração evolucionária pautada nas contribuições de Herbert Spencer, interpretando a evolução como um processo melhorativo. Conforme aqui busca-se argumentar, esta importante distinção sugere diferentes possibilidades analíticas do processo histórico e da organização social, principalmente quando se atenta às (im)possibilidades da crítica social.

## **ABSTRACT**

### **VEBLEN AND MARSHALL: AN INSTITUTIONALIST ESSAY ON EVOLUTIONARY PERSPECTIVES AND THEIR RELATIONS WITH THE (IM)POSSIBILITY OF SOCIAL CRITICISM**

Author: Fernando Cavalheiro Krauzer

Advisor: Paulo Sérgio Fracalanza

Co-advisor: Manuel Ramon Souza Luz

Thorstein Veblen and Alfred Marshall present well-mapped divergences and antagonisms in the organization of economic ideas. However, modest attention is still given to a common theme in both authors' purposes in their theoretical constructions: the evolutionary process. While Veblen is widely recognized and referenced in evolutionary terms in his theoretical perspective of institutional economics, Marshall is not traditionally remembered in these terms in his neoclassical economic framework, despite seeking the "mecca of economists" in the field of biological metaphors. This common ambition of the authors unfolds as fertile ground for understanding the different inspirations and possibilities of this theme in the economic field. In this work, it is understood that Veblen uses the evolutionary process imperatively in his theoretical construction, characterizing it as a central element in his scientific inquiry. On the other hand, Marshall appears to use different metaphors in constructing his economic contributions, among which is the biological metaphor of evolution. Veblen shows clear inspiration from the writings of Charles Darwin, implying an understanding of a blind and cumulative evolutionary process. At the same time, Marshall seems to draw on a clear evolutionary inspiration based on the contributions of Herbert Spencer, implying an understanding of an improving process. As argued here, this critical distinction leads to different analytical possibilities of historical process and social organization, especially when considering the (im)possibilities of social criticism.

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>10</b>
1.1. Causalidade, Essencialismo e a Teoria Evolucionária.....	11
1.2. Economia Política: O Estudo do Provisionamento Social .....	15
1.3. Thorstein Veblen e Alfred Marshall: Contextualizando Uma Inquietação Comum A Pensadores Antagônicos.....	18
1.4. Alguns Direcionamentos ao Leitor .....	20
<b>2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DISTINÇÕES DAS TEORIAS EVOLUCIONÁRIAS DE DARWIN E SPENCER.....</b>	<b>23</b>
<b>3. ANTECEDENTES DO DISCURSO ECONÔMICO: A TRAJETÓRIA PARA O NASCIMENTO DA MENTALIDADE DE MERCADO E DA ECONOMIA POLÍTICA..</b>	<b>32</b>
3.1. Animismo e Teleologia: o Mercado Mítico e a Economia Política .....	44
<b>4. INQUÉRITO CIENTÍFICO E PROPOSIÇÕES TEÓRICAS: O QUE BUSCAVAM VEBLEN E MARSHALL? .....</b>	<b>49</b>
4.1. Sobre Thorstein Veblen: por que a economia não é uma ciência evolucionária? 51	
4.2. Sobre Alfred Marshall: por que a economia não é sistematizada em leis econômicas?.....	59
<b>5. O EVOLUCIONISMO DE VEBLEN E MARSHALL EM PERSPECTIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES .....</b>	<b>70</b>
5.1. Teorias Evolucionárias e Teorias Econômicas: As Influências de Darwin e Spencer em Veblen e Marshall .....	71
5.2. Atribuições e Implicações das Especificidades Evolucionárias de Veblen e Marshall .....	81
5.2.1. O Mérito de Uma Epistemologia Evolucionária (Darwiniana) Vs. Implicações do Evolucionismo Teleológico (Spenceriano) .....	83
5.3. Marshall e Veblen: Um Panorama de Questões Políticas e Sociais .....	99
5.3.1. Alfred Marshall: Da “Tendência ao Socialismo” ao Eugenismo .....	99
5.3.2. Thorstein Veblen: Das Negligências da Crítica ao Socialismo à Sabotagem do Sistema de Preços .....	110
5.3.3. Alguns Encaminhamentos Sobre as Irreconciliações de Marshall e Veblen	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O olhar atento à história do pensamento econômico, apresenta em sua organização a sutileza dos processos cumulativos. Não à toa, mesmo com distinções, diferentes pensadores mostram-se inseridos em uma mesma escola do pensamento, ou então em uma mesma linhagem hereditária acerca de suas concepções e métodos. Por outro lado, quando pensadores contemplam temáticas e problematizações comuns, destilam em suas contribuições as reflexões de sua época e contexto, ainda que em franca divergência e/ou diversidade, eventualmente compondo distintas escolas do pensamento.

Portanto, a constante regressão a pontos de inflexão nas trajetórias da organização das ideias econômicas se faz fundamental. Afinal, além da devida organização das discussões ali presentes, tem-se também a possibilidade de se analisar os princípios motivadores e pontos de largada para novas compreensões.

É neste sentido que aqui se chama atenção à temática evolucionária no pensamento econômico, principalmente na contemplação de sua importância e diversidade em um momento de maturação, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Ainda que este exercício nos coloque em recorte temporal relativamente bem definido, nos cede grande abrangência de ideias e de pensadores, tanto do campo evolucionário, quanto do campo econômico. É justamente neste sentido que para o que se desenvolve nesta tese, os recortes ocorrem na figura de Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903) como influenciadores da temática evolucionária em Thorstein Veblen (1857-1929) e Alfred Marshall (1842-1924), respectivamente.

Neste ponto, o leitor inquieto pode se perguntar sobre a relação e relevância destes autores que, aparentemente, repousam em distinta formação de ideias. É nesta inquietação que aqui se introduzem alguns dos importantes elementos que serão auxiliares à construção do argumento deste trabalho. Desde já, algumas questões reverberam esta inquietação: *qual o impacto e as interrelações do pensamento evolucionário com o modo de se pensar e teorizar a ciência econômica? De que modo a discussão evolucionária transcende as discussões do mundo natural para o mundo social/econômico? Como estas ideias evolucionárias impactam a teorização econômica, em especial de Veblen*

e Marshall? E, finalmente, conforme aqui se buscará argumentar em fechamento: *qual a relação das ideias evolucionárias com a (im)possibilidade da crítica social?* Afinal, de que modo as diferentes concepções deste processo viabilizam uma perspectiva crítica acerca de seu desdobramento? Estas indagações, dentre outras, tem por objetivo fundamentar as reflexões desta tese. Porém, já neste prelúdio, nos imbuem da devida contextualização, definição e direcionamento destas reflexões, conforme se busca organizar na sequência.

Finalmente, é importante que se defina também o escopo pelo qual se investigam estes temas. Conforme declarado antecipadamente por seu título, esta tese pretende apresentar estas problematizações através de uma perspectiva institucionalista. Portanto, não se trata de um esforço da metodologia ou da história do pensamento em seu sentido “puro sangue”, mas sim em uma lente teórica bem definida. A habilitação deste recorte nos é pertinente na exposição e contraste destas provocações. A hipótese é de que estas distinções entre Veblen e Marshall não compõe mera divergência teórica, mas são as catalizadoras da crítica social em Veblen ao mesmo tempo que viabilizam a assepsia crítica em Marshall. Esta visão, além de melhor especificar os antagonismos destes autores, também emerge como um argumento genuinamente institucionalista (ver, Hamilton, 1919; Veblen 1898a).

### **1.1. Causalidade, Essencialismo e a Teoria Evolucionária**

Invariavelmente, a referência ao processo evolucionário traz luz quase que imediata ao nome de Charles Darwin, em específico, sobre sua obra magna *A Origem das Espécies*, de 1859. De modo justificável, esta referência se consolida no pensamento naturalista como uma das grandes contribuições à temática da evolução, tendo sido consolidada pela história como um trabalho revolucionário (ver Mayr, 2005; 2006; Tort, 2004). Porém, ao olhar atento, para além de uma revolução no pensamento natural, esta discussão evolucionária ensaiada por Darwin também traz consigo outras importantes considerações em relação à temática científica em seu sentido mais amplo, naquilo que poderíamos chamar de filosofia da ciência.

Conforme Mayr (2005) nos lembra, as contribuições de Darwin levantam importantes aspectos de retificação do pensamento naturalista que se desdobrará também em alterações importantes na perspectiva das causalidades que historicamente comandam o pensamento científico (ver Luz, 2009). Aqui deve-se chamar atenção ao fato de que em *A Origem...*, Darwin rompe com a longa tradição científica da “causa final” e sela os méritos e possibilidades da “causa eficiente” (ver Luz, 2009; Mayr, 2005).

Luz (2009) nos demonstra de forma sistematizada esta discussão em seu primeiro capítulo. Trazendo foco à contextualização histórica do processo causal na ciência, o autor apresenta as diferentes formas de se pensar e explicar o propósito do pensamento científico, das quais aqui se recortam especificamente a “causa eficiente” e a “causa final” pela particularidade do ponto que se visa construir. Buscando um encaminhamento sintético, podemos destacar a seguinte passagem (Luz, 2009, p.15)<sup>1</sup>:

[...] Quando nos atemos ao início, ou como alguma coisa surgiu ou foi transformada, investigamos sua **causa eficiente**, compreendida por Mora (1982: 57) como a causa que analisa ‘o princípio da mudança’. Finalmente, quando o interesse é pelo propósito, meta, ou fim teleológico de alguma coisa, a procura é a da **causa final**, ou razão suficiente do evento (Comte-Sponville, 2001: 96)”. [grifos meus]

Nesta distinção, se consolidarão não só as alterações que viabilizam um novo olhar sobre o processo evolucionário no mundo natural, mas também sobre os processos de mudança em seu sentido mais abrangente. Afinal, conforme se argumenta na bibliografia sobre o tema, a regência do pensamento científico – ou então, filosófico, no seu sentido mais amplo – era compreendida pela imperatividade do direcionamento final (ver Mayr, 2005; Luz, 2009; Tort, 2004; Dennett, 1995).

Na antecedência desta “revolução darwiniana”, compreendiam-se os processos como voltados a determinadas finalidades previamente concebíveis e, portanto, antecipáveis. Esta matriz de ideias tem suas origens no berço do pensamento ocidental através das reflexões aristotélicas pautadas no essencialismo (Luz, 2009). De acordo com Dennett (1995, p.37) esta doutrina

---

<sup>1</sup> Complementarmente, em Luz & Fracalanza (2012) se estabelecem estas causas de modo aplicado a distinção entre Darwin e Spencer, conforme aqui também se buscará fazer.

apresenta em seu cerne a ideia de que todas as coisas do mundo vivo e não vivo “possuíam dois tipos de propriedade: propriedades essenciais, sem as quais não seriam o tipo especial de coisa que eram, e as propriedades acidentais, que estavam livres para variar dentro do tipo”. Nestes termos que se desenvolve o pensamento tipológico de Aristóteles.

Estas concepções moldaram o pensamento científico ocidental de maneira imperativa ao longo de sua ascensão à modernidade. Desse modo, as doutrinas essencialistas, mesmo quando não declaradas ou não percebidas, passam a compor o processo de cumulatividade do conhecimento e dos modos de pensar. Em sua gênese, o que se constata, ao menos no argumento que aqui busca se construir, é a presença marcante e óbvia dos propósitos teleológicos – e, de modo argumentável, também as reflexões animistas e metafísicas em seu sentido mais amplo (ver Luz, 2009; Luz, 2013). Esta atenção é ímpar de ser aqui trazida, pois apresentará reverberações importantes também nos desdobramentos das ideias econômicas. Neste sentido é que se argumenta como importante se ter em mente as ideias e a significância destes atributos epistemológicos.

A teleologia se consolidará através da idealização de uma causa final, previamente antecipável. Neste sentido, se considera um pensamento teleológico aquele que antevê seu resultado com base em princípios pré-concebíveis do processo de mudança (ver Torre, 2010). Na aplicação das ideias aristotélicas associadas ao essencialismo, esta manifestação teleológica é percebida através da idealização tipológica daquilo que existe. Nesta perspectiva, tudo o que há, é compreendido pela sua representação ideal e o que diverge desta representação ideal é considerado atípico ou em processo de mudança à sua forma ideal. É justamente neste ponto que se amparam os pensamentos pré-darwinianos que ignoravam ou subestimavam os aspectos da variabilidade, cumulatividade e mutação. Portanto, a teleologia tem como sua forma marcante a designação de uma causa final previamente identificável e, portanto, detém uma finalidade antecipável.

Neste sentido, a apresentação das ideias essencialistas antecedendo as contribuições de Darwin nos é fundamental. Afinal, naquele momento, estas ideias doutrinárias levavam a concepções de eternidade e imutabilidade, desconsiderando os aspectos da diversidade e seus desdobramentos nos

processos de mudança (Tort, 2004). Justamente por estes motivos o naturalismo pré-darwiniano pautava-se na tipologia e taxonomia; era uma questão de descrição e catalogação. Este ponto nos projeta luz sobre os já mencionados elementos animistas e metafísicos, tanto nos processos naturais – centrais para discussão na qual Darwin estava inserido – quanto nos processos sociais e históricos.

Aqui devemos observar que estes elementos animistas/metafísicos dizem respeito a percepção de existência de um “espírito natural às coisas”; uma alma de origem divina. Isto, pois, quando se retrocede o direcionamento teleológico imposto pela causa final até as ideias essencialistas, percebe-se sua origem na dicotomia entre divino e mundano. Esta lógica imputa significado à existência, direcionando sua justificativa a uma ideia de um criador que tudo possui (ver Luz, 2013). De acordo com Torre (2010), é justamente este sentimento que vincula todo o enredo social e histórico ao mundo do natural e do naturalismo<sup>2</sup>.

Os filósofos morais e os economistas políticos do longo século XVIII (décadas de 1690 a 1820) expressaram claramente uma crença numa “tendência intrínseca da Natureza para o progresso ou um objetivo final” – muitas vezes vista como uma função do desígnio providencial de um Deus benevolente. Além disso, eles viam o propósito e a ação humanos como parte deste sistema natural; A ordem providencial de Deus foi, em outras palavras, cumprida através da psicologia humana. Estas ideias faziam parte de uma transição de longo prazo que culminava no Iluminismo, através da qual o propósito e a agência foram internalizados ou tornados imanentes nos seres humanos e recolocados no logos e no telos do cosmos (Torre, 2010, p. 648)<sup>3</sup>.

É com este atributo entreposto e intrínseco ao modo de se pensar que a contribuição darwiniana se justifica em sua posição de revolucionária, tanto no campo naturalista, quanto no transbordamento a outras áreas do conhecimento. Afinal, romper com a lógica de um *telos* desloca importantes princípios

---

<sup>2</sup> Conforme se apresentará na sequência, esta interpretação também parece se desenvolver de maneira latente nas considerações de Veblen sobre as concepções da ciência econômica (ver Veblen, 1898a).

<sup>3</sup> Traduzido pelo autor a partir de Torre (2010, p. 648): “Moral philosophers and political economists of the long eighteenth century (1690s-1820s) clearly expressed a belief in an “intrinsic tendency in Nature towards progress or an ultimate goal”—most often seen as a function of a benevolent God’s providential design. Further, they saw human purpose and action as part of this natural system; God’s providential order was, in other words, fulfilled through human psychology. These ideas were part of a long-term transition cresting in the Enlightenment by which purpose and agency were internalized or made immanent in human beings and reseated in the logos and telos of the cosmos”.

anteriormente consensualizados acerca dos processos de mudança e da “natureza intrínseca” (espírito) de tudo o que há.

Ainda assim, mesmo que a temática evolucionária – ou processual, em seu sentido mais amplo – tenha se alterado de forma significativa após a contribuição de Darwin em 1859, o seu entendimento e adesão foram sendo incorporados na lógica científica com grande gradualismo. Portanto, mesmo que seus apontamentos já se fizessem presentes desde sua obra magna, as concepções processuais e evolucionárias pré-darwinianas ainda lograram fôlego na expressão de outros teorizadores importantes, tanto contemporâneos quanto posteriores a Darwin. Aqui, atenção especial é trazida à figura de Spencer, conforme se buscará explorar em contraposição à Darwin adiante.

Neste ponto é que se destaca a sobreposição das temáticas evolucionárias e econômicas. Justamente neste enredo de sobreposição, descoberta e encapsulamento de ideias sobre os princípios evolucionários, que se buscou a aproximação da teoria econômica com sua face processual. Neste empenho, diferentes autores se apropriam dos avanços recentes das ciências naturais, buscando compreender os mecanismos de mudança do mundo e a relação do corpo social com a história. Para o recorte que aqui se propõe, Veblen e Marshall exemplificam estas controvérsias, principalmente por serem autores antagônicos no campo econômico e que parecem deter este interesse comum acerca do processo evolucionário, ainda que, conforme veremos, o fazem através de inspirações, métodos e profundidades distintas.

## **1.2. Economia Política: O Estudo do Provisãoamento Social**

A ciência econômica em seu sentido autônomo nasce na análise dos processos sociais relacionados à criação e distribuição de riqueza. Por óbvio, estas questões permeiam o âmbito do poder econômico, da posse, das diferentes hierarquias sociais e, portanto, impõem um sentido político à sua fundamentação teórica. É justamente neste sentido que a ciência econômica nasce das discussões da Economia Política. Não à toa, os grandes nomes da escola clássica também são conhecidos como os autores da “economia política clássica”, destacando os propósitos e preocupações de suas teorizações.

Conforme se buscará evidenciar no desenvolvimento deste trabalho, estes processos associados à maturação do discurso econômico em seu sentido autônomo, coloca o estudo da economia na análise do conflito em sua busca pela harmonia. Esta afirmação se mostra plausível quando nos voltamos às contribuições dos autores clássicos e suas fundamentações filosóficas; ou então, àquilo que poderíamos chamar de base epistêmica de suas contribuições. Nesta atenção, facilmente ligamos as teorizações econômicas majoritariamente às reflexões da filosofia moral sobre ética, utilidade, liberdade etc.<sup>4</sup>. Estas associações entre a economia política e a filosofia moral fundamentam fortemente uma série de reflexões sobre os processos humanos na história, mais uma vez, sob uma égide fundamentalmente teleológica.

Afinal, conforme antevisto pela sucinta apresentação dos atributos epistêmicos da ciência pré-darwiniana, a ampla generalidade dos processos desdobrava-se a partir de uma finalidade pré-concebível, não sendo os processos econômicos uma exceção (ver Dennett, 1995; Torre, 2010; Hamilton, 1970). Dentre outros fatores, uma nascente comum da característica teleológica na economia diz respeito à percepção das “propensões naturais” dos indivíduos em seu convívio social. Aqui podemos chamar atenção ao caso emblemático e fundador desta ciência expresso nas contribuições de Smith (1776), através da propensão à troca e o egoísmo harmonioso, mas também a uma série de reverberações posteriores na composição da economia tradicional – conforme aqui veremos expresso nas contribuições de Marshall. Para o que nos é de interesse neste momento, devemos ter em mente que estas formas de teorização da ciência econômica embasam, desde sua nascente, a lógica de um campo harmonioso de interesses compartilhados. Em seu sentido sintético, é daí que se tem o surgimento da lógica de equilíbrio.

Paradoxalmente, de modo quase concomitante a esta consequência imediata do *telos* econômico do equilíbrio, ascende a proposta de uma “superação” das tratativas políticas da ciência econômica. Nesta investida, se buscava o desenvolvimento de uma economia positiva em seu sentido teórico, visando a distinção entre os propósitos da economia política e a formalização de

---

<sup>4</sup> Como exemplo, podem ser citados os clássicos “A Riqueza das Nações”, de Smith (1776), “Princípios de Economia Política e Tributação”, de Ricardo (1817), “A Liberdade” e “Utilidade”, de Mill (1859 e 1861, respectivamente), etc.

uma *economics*. Conforme a bibliografia nos demonstra, este movimento relaciona-se diretamente com a formalização dos conhecimentos econômicos, principalmente em sua relação com suas influências das ciências naturais, principalmente a exemplo da física (ver Hamilton, 1970; Aspkr, 1999; Torre, 2010). Esta “crise de identidade” da ciência econômica se intensifica ao fim do século XIX e início do século XX, portanto, sendo também correlata à problematização processual/evolucionária aqui trazida.

Apesar destas discussões parecerem se desenhar de modo paralelo e sem uma ligação direta de causa e efeito, a organização das ideias econômicas nos demonstra o contrário. Mais uma vez, os antagonismos entre Veblen e Marshall se farão auxiliares a este entendimento, na medida em que também representarão as distintas concepções de ciência econômica presentes em suas contribuições.

Para o que se propõe nestas considerações introdutórias, tenhamos em mente os propósitos da Economia Política e sua fundamentação como uma ciência social. Portanto, a análise que se constrói aqui, utiliza-se desta percepção abrangente da teoria econômica e que transcende as intenções positivistas do fim do século XIX e início do século XX. É justamente nestes termos que chama-se atenção à definição de economia como a ciência que preocupa-se com o sistema de provisionamento social, ou seja, com as interrelações sociais que analisam e explicam as complexas ligações entre produção, distribuição e estratificação social. Afinal, é no empenho paralelo, mas intimamente associado à estas questões, que repousam as motivações do estudo da ciência econômica em suas diferentes especificidades ao longo da história: estudo da riqueza, estudo da pobreza, estudo da distribuição, estudo da estratificação, estudo da utilização de recursos, etc.

Além de, mais uma vez, nos apresentar o recorte institucionalista desta análise, esta revisitação à noção de ciência econômica também nos é muito importante para se fazer o destaque de que as problemáticas aqui envolvidas não se desdobram de modo tecnocrático. Aliás, o propósito deste trabalho é justamente o oposto: destacar a íntima relação da concepção de ciência econômica e seus processos com as (im)possibilidades de crítica social.

### **1.3. Thorstein Veblen e Alfred Marshall: Contextualizando Uma Inquietação Comum A Pensadores Antagônicos**

Thorstein Veblen e Alfred Marshall apresentam trajetórias consideravelmente distintas em suas proposições teóricas. Estas distinções repousam em, dentre outros fatores, suas díspares inspirações e contextos intelectuais. Nestes termos, vários autores já discorreram acerca destes pensadores (ver Camic & Hodgson, 2011; Rutherford, 2011; Groenewegen, 2007; Glassburner, 1955; Keynes, 1925). Porém, atenção ainda tímida é dada à proposição aparentemente comum de Veblen e Marshall em relação a uma análise evolucionária que, apesar de no caso de Veblen ser parte fundamental e recorrente de suas contribuições, no caso de Marshall parece repousar em apenas alguns elementos de uma metáfora biológica.

Ainda que o pensamento institucionalista seja consagrado na temática evolucionária desde as contribuições de Veblen (1898a), em Marshall esta característica tem se feito revisitada em período relativamente recente (ver Hart, 2012, em especial sua seção 1.3). Neste sentido, este trabalho busca convergência com estes esforços que destacam a complexidade das contribuições marshallianas para além das tradicionais sínteses e livros textos (ver Hart, 2012; Shove, 1942; Foss, 1991; Reisman, 1987). Uma vez que as aproximações com a temática evolucionária se avultam neste sentido, o contraste com as teorizações veblenianas figuram como um interessante meio de comparação, principalmente em suas já mencionadas relações de possibilidade com a crítica social, conforme aqui se argumentará.

Veblen apresenta contribuições que abordam a temática evolucionária de modo sistemático, caracterizando-se como uma de suas principais contribuições não só ao pensamento econômico, mas para o pensamento das ciências sociais como um corpo único. Em suas bases, Veblen (1898a) destaca a sua influência evolucionária oriunda de Charles Darwin.

Por outro lado, Marshall se abastece de diferentes metáforas ao longo de seus trabalhos, dentre as quais emergem aproximações com o campo biológico, em específico de sua capacidade explicativa acerca da organicidade de seu gradualismo e identificação de forças fundamentais (leis econômicas).

Diferentemente de Veblen, aqui busca-se argumentar que Marshall ([1890] 2013) apresenta sua influência evolucionária na figura de Herbert Spencer<sup>5</sup>.

De modo argumentável, os atributos evolucionários em Veblen e em Marshall assumem diferentes papéis. Veblen constrói sua teoria institucionalista com base numa epistemologia evolucionária. Afinal, para Veblen, a construção de uma teoria econômica deveria estar pautada no processo de causação cumulativa, na qual, em suas teorizações, elencam-se os instintos e hábitos na formulação das instituições ao longo do tempo (ver Veblen, [1899] 2009; [1914] 2018). No caso de Marshall, diferentes metáforas se fazem presentes em sua construção teórica, dentre as quais “a meca dos economistas” (biologia econômica) se insinua como um dos principais atributos de uma tratativa alegadamente evolucionária, ainda que, conforme já comentado, suas teorizações não sejam tradicionalmente lembradas por esta característica. (ver Marshall, [1890] 2013, p.xvi; [1898] 1925).

Além desta distinção nas contribuições evolucionárias de Veblen e Marshall, também se frisa outro importante contraste pertinente a estas ideias processuais: a sua origem e função. Na perspectiva de Veblen, o processo de mudança constrói-se através de uma causa eficiente, através do princípio da causação cumulativa no tempo, delatando convergência com suas bases darwinianas (ver Veblen, 1898a; Edgell & Tilman, 1989). Já no caso de Marshall, o processo de mudança parece se construir na ideia de uma causa final, associado a um propósito universal e melhorativo, convergente aos princípios spencerianos (ver Marshall, [1890] 2013, em especial sua introdução (Moss, 1990; Hodgson, 1993; Luz & Fracalanza, 2012; Reisman, 1987). Portanto, Veblen vislumbra o processo evolucionário na teoria econômica conscientemente e deliberadamente como não-animista e não-teleológico, enquanto Marshall, parece o referenciar em bases teleológicas, além de

---

<sup>5</sup> É importante se fazer claro desde já que, diferentemente do caso vebleniano, os apontamentos evolucionários de Marshall constroem-se de modo mais turvo e, argumentavelmente, diverso. Esta característica se dá, principalmente, pela construção não sistemática de um argumento evolucionário em suas teorizações, assim como pela referência, em diferentes obras, tanto aos trabalhos de Darwin quanto Spencer. Conforme antecipado pela passagem que funda esta nota, esta problematização parece se resolver pelo reconhecimento da aderência marshalliana pela perspectiva de Spencer (ver Moss, 1990; Hodgson, 1993; Luz e Fracalanza, 2012). Este argumento é retomado adiante, neste mesmo trabalho.

perpetuar importantes concepções do discurso tradicional (pré-evolucionário) da economia.<sup>6</sup>

Destarte, o que se defende é que estas diferentes incorporações evolucionárias estruturam de modo distinto as contribuições teóricas destes autores, principalmente quando se atenta à construção do discurso econômico em seu sentido de Economia Política; voltado ao entendimento da produção e distribuição da riqueza. Afinal, a argumentação central desta distinção, repousa em diferentes percepções do objeto de estudo e da funcionalidade do sistema econômico, os quais dialogam francamente com as implicações teleológicas que aqui se chamam atenção através do contraste evolucionário.

Uma vez que estes elementos estiveram desde sua fundação associados às reflexões da filosofia, se reconhece que estas distinções ecoam neste campo. Porém, também deve se reconhecer as bases da construção socioeconômica pela sua perspectiva antropológica, compreendendo que este fenômeno se desdobra através de processos humanos na história (evolução). Neste sentido, sendo convergente às bases teóricas do institucionalismo, propõe-se também uma revisitação às considerações de Polanyi sobre as origens políticas e econômicas de nossa época (ver Polanyi [1944] 2021; [1947] 2012; [1957] 2012).

Portanto, ainda que se compreendam as amplas distinções entre Veblen e Marshall – desde suas bases epistemológicas até suas contribuições teóricas – parece importante que seja atentado a este elemento comum de uma abordagem evolucionária, ainda que em suas peculiaridades. É neste sentido que, já nesta passagem introdutória, são elencados este conjunto de argumentos que serão balizados e aprofundados adiante.

#### **1.4. Alguns Direcionamentos ao Leitor**

A devida coleção dos argumentos e ideias que se fazem necessários para o cumprimento dos objetivos deste trabalho é vasta. Neste sentido, esta tese

---

<sup>6</sup> Diferentemente do caso clássico, especialmente de Smith, em que as referências animistas de uma ordem metafísica mostram-se constitutivas, em Marshall “o divino” desfruta de pouco ou nenhum espaço. Porém, conforme se argumentará na sequência, parte fundamental das contribuições marshallianas ainda se utilizam de um desígnio teleológico que é pouco problematizado em seu sentido cultural, social e histórico. Portanto, ainda que Marshall não se utilize explicitamente de atributos animistas, também não aprofunda as relações sociológicas de seu objeto de estudo.

constrói-se dividida em outros quatro capítulos, além destas considerações introdutórias e das considerações finais.

Sucedendo esta introdução, o capítulo 2, intitulado "*Breves Considerações Sobre as Distinções das Teorias Evolucionárias de Darwin e Spencer*", tem o objetivo de explorar algumas considerações sobre o processo evolucionário em sua complexidade e pluralidade, destacando elementos de distinção e irreconciliação entre Darwin e Spencer. Estes autores se destacam devido aos apontamentos anteriores que já apresentam a relação entre Veblen e Darwin, de um lado, e Marshall e Spencer, de outro lado. Neste trecho da construção do argumento, o objetivo é destacar as diferenças fundamentais nas proposições teóricas destes autores evolucionários e buscar apresentar vetores explicativos que, na sequência, nos auxiliem a estabelecer suas relações com Veblen e Marshall.

No capítulo 3, intitulado "*Antecedentes do Discurso Econômico: A Trajetória para o Nascimento da Mentalidade de Mercado e da Economia Política*", são buscados elementos auxiliares à compreensão da construção das ideias econômicas em seu sentido autônomo. Neste ponto, busca-se destacar os aspectos da cumulatividade do conhecimento e da íntima relação dos elementos da Economia Política nas determinações desta disciplina como uma ciência estruturada. Quando nos propomos a estas reflexões, trazemos à tona elementos intimamente relacionados à história e aos processos humanos de organização econômica na consolidação da infante ciência econômica. Nosso objetivo ali é estabelecer um contar de história que se relacionada às reflexões que buscaremos construir sobre as contribuições de Veblen e Marshall na sequência.

No capítulo 4, intitulado "*Inquéritos Científicos e Proposições Teóricas: O que Buscavam Veblen e Marshall?*", buscamos observar e estruturar a composição dos inquéritos científicos destes autores. O ponto deste exercício é a identificação dos elementos evolucionários naquilo que compõem suas bases epistemológicas e metodológicas. Afinal, compreender o quão profundo e em que sentido estes autores se utilizaram das proposições evolucionárias é importante para que se estabeleça o critério de comparação proposto nesta pesquisa.

Exatamente nestes termos é que se constrói o capítulo 5, intitulado "*Evolucionismo de Veblen e Marshall em Perspectiva: Algumas Considerações Importantes*". Neste capítulo, o propósito é traçar as relações explícitas e implícitas das influências de Darwin e Spencer em Veblen e Marshall, respectivamente. Ao cabo deste exercício de exploração de ideias, destacam-se os méritos de uma epistemologia darwiniana e as implicações de uma epistemologia spenceriana, tendo como base a interpretação dos processos históricos e suas possíveis relações com o ímpeto da crítica social.

Finalmente, nas considerações finais, busca-se a síntese das reflexões promovidas nos capítulos anteriores. Em resumo, propõe-se as influências evolucionárias de Darwin e Spencer como importante via de compreensão das divergências entre Veblen e Marshall, respectivamente. Sendo que, as distinções promovidas por este contraste deixam clara a relação entre a compreensão evolucionária com a (im)possibilidade de uma construção teórica crítica. Adicionalmente, além de estabelecer um desfecho às considerações desta tese, estes comentários finais também se propõem ao direcionamento de alguns encaminhamentos futuros à esta pesquisa.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DISTINÇÕES DAS TEORIAS EVOLUCIONÁRIAS DE DARWIN E SPENCER

Os comentários a seguir servem a uma distinção sucinta entre as teorizações de Darwin e Spencer. Ainda que não se proponha uma exposição extensiva, apresentam-se elementos que figuram como fundamentais na corroboração do argumento de que as ideias darwinianas e spencerianas desenvolvem-se de forma autônoma em seu sentido epistemológico e, portanto, são irreconciliáveis. Este é um ponto caro e fundamental para o que se propõe neste capítulo e em seus desdobramentos seguintes.

É importante que se mencione, rapidamente, o fio condutor que baseia e fundamenta a ascensão das ideias evolucionárias no século XIX. Curiosamente, este processo apresenta peculiaridade relevante no estudo das ideias econômicas, pois têm em economistas um embrião de sua gênese. Darwin menciona, tanto em sua autobiografia quanto em seu *Origem...*, a importante influência na sua concepção de uma teoria evolucionária nas ideias de Malthus, especificamente em seu *Ensaio Sobre a População* (1798). Segundo o naturalista, teriam saído dali as suas reflexões acerca de uma seleção natural, ainda que, deve-se mencionar, em mecanismo e intuito consideravelmente distinto do propósito malthusiano. Retrocedendo ainda mais este fio cronológico, também podemos observar as importantes considerações da *Dissertation* (1786) de Joseph Townsend como um “antecipador” das ideias malthusianas sobre a população. Se referindo a esta obra de Townsend, Polanyi ([1944] 2021, p. 183) é enfático em destacar que “... Malthus e Darwin inspiram-se nessa fonte – Malthus soube dela por Condorcet e Darwin, por Malthus”. Spencer em seu *First Principles* (1862), antes mesmo de sua ascensão através das ideias de um “darwinismo social”, já gozava de prestígio na defesa dos princípios de um Liberalismo Radical, fundamentalmente pautado na defesa dos ideais liberais e utilitaristas, o que também lhe aproxima da literatura econômica. Simiqueli (2016, p. 30) aponta que as perspectivas biológicas de Spencer são facilmente transpostas como analogias ao âmbito social através destas influências econômicas: “o exercício spenceriano, [...], pouco ou nada mais é do que um rephraseamento dos mecanismos de diversificação dos ofícios e das proclividades

do gênero humano exaltados por Smith em sua leitura da divisão social do trabalho”.

Conforme destacado por Freeman (1974) e Mayr (2006), o século XIX é marcado pelas perspectivas evolucionárias em suas diferentes concepções. Havia uma efervescência de ideias que direcionavam o conhecimento humano à compreensão da origem e dos processos orgânicos (Freeman, 1974; Mayr, 2006)<sup>7</sup>. Em grande medida – seja por seus idealizadores originais ou por seus comentadores – estas teorizações transcendem o campo das ideias biológicas e passam a flertar com questões sociais<sup>8</sup>. É neste sentido que, para a discussão que aqui se enseja, Charles Darwin e Herbert Spencer detêm papel de destaque.

De início, é importante frisar que as perspectivas evolucionárias de Darwin e Spencer são radicalmente diferentes (ver Darwin, [1859] 2014 e Spencer, [1862] 2009). Darwin esteve associado à ideia de evolução como um processo de mudança cumulativa: a transmutação. Este processo se daria de maneira cega, porém não aleatória, pois respeitava as características ambientais que seriam responsáveis pela perpetuação daqueles organismos melhor adaptados. Portanto, Darwin ([1859] 2014) não vislumbra o processo evolucionário através do progresso. Afinal, a ideia de transmutação não conjectura antecipação em sua ocorrência.

Conforme apontamentos de Darwin ([1859] 2014), a seleção natural utiliza-se dos princípios da variação e herança, caracterizando-se por um processo de descendência com modificação. As variações que se distinguem em êxito em sua perpetuação ampliam sua hereditariedade, destacando sua

---

<sup>7</sup> Darwin ilustra este momento de efervescência de ideias evolucionárias quando destaca, já em sua introdução, sua aproximação à Wallace: “No presente momento (1859) minha obra está quase concluída; mas, como ainda irá tomar mais alguns anos para completá-la, e minha saúde está longe de ser boa, tive certa urgência em publicar este resumo. Fui induzido a fazer isso, sobretudo porque o Sr. Wallace [...], chegou quase as mesmas conclusões que eu sobre a origem das espécies (Darwin, [1859] 2014, p. 33). Em mesma medida também deve ser colocado em perspectiva que as ideias spencerianas sobre um processo evolucionário já se faziam conhecidas desde 1852, quando publicou seu *Theory of Population...* Porém, a cumulatividade destes pensamentos pode ser retrocedida ainda mais, conforme Darwin o faz saber em seu *Um Esboço Histórico dos Progressos de Opinião Sobre a Origem das Espécies...* presente como uma forma de “prefácio” de sua obra magna desde a terceira edição (ver Darwin [1859] 2014).

<sup>8</sup> Conforme destacado, este flerte entre associações biológicas e sociais no âmbito evolucionário é um processo em andamento desde o fim do século XVIII. Porém, deve se ter em mente que isto nem sempre se deu nos mesmos termos e intenções, cabendo estudo aos casos específicos de determinados períodos e determinados pensadores. É exatamente o que se propõe aqui com as influências de Darwin e Spencer nas teorizações de Veblen e Marshall, respectivamente.

adaptação ao meio que está inserida. Esta adaptabilidade não responde, necessariamente, a um melhoramento, mas sim a uma adequação funcional. Portanto, pode-se argumentar que em sua teoria evolucionária, Darwin ([1859] 2014) se utiliza de uma percepção de *causa eficiente* que, por definição, difere de uma *causa final* (teleológica) (ver Luz & Fracalanza, 2012).

A devida compreensão de que o processo evolucionário darwiniano é desdobrado através do princípio da causa eficiente é fator fundamental para sua elucidação. Nesta lógica, as características são selecionadas na medida em que os organismos vivos são colocados à prova pela sua capacidade adaptativa ao ambiente. Este processo seletivo, por sua vez, se manifesta na perpetuação (ou não) destas características no organismo em questão. Sendo assim, adaptabilidade diz respeito à eficiência desta característica em seu papel no organismo e em relação ao seu ambiente. É justamente nestes termos que se tem como pacífico o entendimento de que esta lógica seletiva não imputa resultado antecipável ao seu processo (ver Darwin, [1859] 2014, em especial o seu capítulo IV).

Com base em suas considerações, Darwin ([1859] 2014) nos habilita, com certa recorrência, o estabelecimento do paralelo bastante elucidativo do processo evolucionário com o crescimento e ramificação de uma árvore<sup>9</sup>. Nesta imagem, Darwin entende que cada galho desta árvore compreende uma nova espécie, sendo possível que se retroceda aos galhos e troncos anteriores vislumbrando o histórico de evolução. Em mesmo sentido, conjectura-se também a dependência dos novos ramos em relação aos galhos já estabelecidos, ainda que não se determine quais serão seus padrões futuros.

Este paralelo traçado por Darwin mostra-se bastante útil no esclarecimento de sua teoria evolucionária na medida em que é auxiliar na compreensão do processo de causação cumulativa. Afinal, ainda que não se determine os desdobramentos futuros, entendem-se as relações e implicações da cumulatividade com o conjunto de características anteriores. Em mesmo sentido, esta mesma elucidação é auxiliar na compreensão da coexistência de

---

<sup>9</sup> Esta abstração é observada com alguma recorrência ao longo de todo seu *Origem...*, mas parece ser melhor caracterizada em exemplificação em seus capítulos IV e XI, quando destaca o papel da seleção natural e tece comentários sobre a sucessão geológica dos seres, respectivamente.

diferentes espécies originadas de um mesmo ancestral comum. Ou seja, em Darwin ([1859] 2014), o processo evolucionário é compreendido pela sua horizontalidade, descreditando quaisquer hierarquizações evolutivas.

Portanto, o processo evolucionário darwiniano, pautado na descendência e cumulatividade de características, desdobra-se de maneira cega. Seu processo seletor caracteriza-se pela transmutação, uma vez que transcorre através da variedade e herança ao longo do tempo. Na medida em que variações ocorrem no organismo, a seleção natural prova sua capacidade adaptativa. Uma vez que estas variações se destacam em sua perpetuação e hereditariedade, passam a se desenvolver como característica comum àquele organismo. Complementarmente, entende-se o processo de extinção como correlato à seleção natural, na medida em que os organismos inaptos à adaptabilidade perecem.

Spencer ([1862] 2009), por outro lado, destaca o processo evolucionário como direcionado a uma finalidade melhorativa, gerando insinuações controversas em relação ao processo no qual a evolução ocorre quando em comparação com a perspectiva darwiniana. Segundo Spencer ([1862] 2009), a evolução pode ser compreendida como o processo de mudança da homogeneidade incoerente para a heterogeneidade coerente<sup>10</sup>. Nesta estruturação lógica do processo evolucionário, Spencer sintetiza a concepção de suas ideias antecipáveis que balizam a teleologia em suas contribuições.

Uma vez que, na teorização de Spencer, a evolução ocorre através do processo de heterogeneização no tempo, entende-se que os organismos mais evoluídos têm como característica a maior complexidade, quando em comparação com suas versões anteriores. Para além de uma predição, esta lógica evolutiva também é carregada pelo juízo de valor em sua concepção, na medida em que hierarquiza verticalmente os diferentes estágios de evolução em uma cronologia (Spencer, [1862] 2009). Neste sentido, diferindo

---

<sup>10</sup> Conforme salientam seus comentadores, esta percepção de Spencer parece ser fortemente influenciada pelo embriologista Karl Ernest von Baer (ver Hodgson (1993) e Luz & Fracalanza (2012)).

fundamentalmente de Darwin, pode-se dizer Spencer baseia sua teoria evolucionária em uma *causa final*<sup>11</sup> (ver Luz & Fracalanza, 2012).

É importante que seja frisada a forte influência lamarckista neste entendimento de evolução, compreendendo que a adaptabilidade é resultante do uso e desuso de características do organismo (Freeman, 1974; Spencer, [1862] 2009). Neste sentido, o processo evolucionário, conforme entendimento de Spencer, está ligado a uma tendência progressiva inerente (Spencer, [1862] 2009). Em passagem emblemática que destaca esta sua interpretação, Spencer é claro:

Ao mesmo tempo que toda evolução é uma mudança do homogêneo para o heterogêneo, é também uma mudança do indefinido para o definido. Assim como um avanço da simplicidade para a complexidade, há um avanço da confusão para a ordem – do arranjo indeterminado para um arranjo determinado (Spencer, [1862] 2009, p. 176)<sup>12</sup>.

É importante se ter em mente que este processo evolucionário, em toda a sua peculiaridade, se desenvolve em Spencer não só no mundo biológico em seu sentido natural, mas também em sua lógica de progresso humano (Spencer, [1862] 2009)<sup>13</sup>. Conforme desenvolve seus argumentos nesta perspectiva universalista e progressiva do processo evolucionário, Spencer apresenta uma dinâmica entre o físico e o biológico, destacando a interrelação de suas leis (ver Spencer, [1862] 2009, em especial os capítulos 1 ao 8 da parte II). Esta interpretação parece ser corroborada por Luz & Fracalanza (2012) quando

---

<sup>11</sup> Uma observação pertinente à distinção entre as teorias evolutiva de Spencer e Darwin se dá no entendimento de que, na concepção spenceriana do processo evolucionário, as diferentes espécies podem ser compreendidas em diferentes estágios evolutivos (espécies mais evoluídas e espécies menos evoluídas). Na concepção darwiniana, todas as espécies existentes encontram-se no mesmo estágio evolutivo, pois seu critério evolutivo demonstra-se através da adaptação e, portanto, existência (existem porque passaram pelo crivo da seleção natural).

<sup>12</sup> Traduzido pelo autor, a partir de Spencer ([1862] 2009, p. 176): “*At the same time that all evolution is a change from the homogeneous to the heterogeneous, it is also a change from indefinite to the definite. As well as an advance from simplicity to complexity, there is an advance from confusion to order – from undetermined arrangement to a determined arrangement*”.

<sup>13</sup> Segundo seus comentadores, estas características são visualizáveis em diferentes obras do autor, como em seu *Social Statics...*, de 1851, *A Theory of Population...*, de 1852, *Progress...*, de 1857, dentre outros (ver Freeman, 1974; Leonard, 2009; Luz, 2009; Luz & Fracalanza, 2012).

mencionam a distinção de “leis fundamentais” e “leis fenomênicas” no entendimento da evolução spenceriana<sup>14</sup>.

Neste entendimento acerca de Spencer, as “leis fundamentais” representam o conjunto de explicações cedidas pela física e que são responsáveis pela regência de todos os fenômenos do universo. Já as “leis fenomênicas” são aquelas que regulam o percurso das transformações do mundo material impostas pelas leis fundamentais (Luz & Fracalanza, 2012). Logo, Spencer ([1862] 2009) especifica a regência do processo evolucionário pela sua relação com os princípios físicos universais, ecoando e fortalecendo suas bases teleológicas<sup>15</sup>.

Portanto, o processo evolucionário spenceriano desdobra-se em perspectiva antecipável, na medida em que antevê o resultado da evolução através da mudança da homogeneidade para a heterogeneidade. Em mesmo sentido, pode-se compreender que este processo evolucionário se destaca pela lógica melhorativa dos organismos, uma vez que se direciona através do progressismo de suas bases lamarckistas. Esta lógica antecipável também é ecoada através de suas considerações em relação às conexões do universalismo físico, mais especificamente, quando se analisam as relações entre leis fundamentais (da física) e as leis fenomênicas (e.g. da evolução). Portanto, as contribuições teóricas de Spencer detêm papel *sui generis* na tratativa evolucionária<sup>16</sup>.

Complementarmente, nesta comparação, devem ser compreendidas também as ambições de análise destes autores. Darwin ([1859] 2014)

---

<sup>14</sup> Nas palavras de Luz & Fracalanza (2012, p. 423): “[...] Spencer (1862) distingue claramente as chamadas ‘leis fenomênicas’ das ‘leis fundamentais’. Sendo que, após a explicação, concluem que “a evolução spenceriana é concebida, portanto, como a manifestação direta de determinados princípios físicos universais”.

<sup>15</sup> Mais do que isto, de modo bastante incisivo no exercício de demonstrar as relações do pensamento spenceriano com a perspectiva física universalista, Luz & Fracalanza (2012, p. 424) destacam que a ideia de Evolução presente nos trabalhos de Spencer, “não é nada mais do que uma teoria sobre os caminhos pelos quais a lei da persistência da força se manifesta no mundo vivo”. Importante também reparar as corroborações de Freeman (1974) e Hodgson (1993) sobre esta relação de Spencer com o universalismo da física.

<sup>16</sup> A compreensão deste papel *sui generis* é fundamental para que se vislumbre o êxito das teorizações darwinianas em contraposição ao pensamento spenceriano. Conforme destaca Freeman (1974), diferentemente das considerações de Darwin, que se destacam pela sistematização teórica e posterior engajamento científico, as teorizações de Spencer se colocam em um campo de suposições e de atuações metafísicas.

compromete-se exclusivamente à temática biológica, seus processos e princípios<sup>17</sup>. Spencer ([1862] 2009), por outro lado, apresenta elementos propositivos da temática evolucionária que se aplicam de forma expansiva à universalidade das análises, caracterizando-se por uma “doutrina geral da evolução”. Esta característica das proposições spencerianas lhe concederá papel de destaque nos transbordamentos às ciências sociais, principalmente através das ideias eugenistas do fim do século XIX e início do século XX<sup>18</sup>. Porém, no avançar das ideias biológicas acerca do processo evolucionário, Darwin ocupará papel de destaque na ciência moderna, enquanto Spencer padecerá em sua posição de teórico superado (ver Hodgson, 1993; Luz, 2009; Mayr, 2006)<sup>19</sup>.

Para além de teóricos paralelos à temática evolucionária, também é reconhecido o papel de críticos mútuos em relações às suas proposições. Ainda em vida, Darwin posicionou-se contrário às teorizações spencerianas, sendo ávido crítico de sua concepção dedutiva e teleológica (ver Freeman, 1974)<sup>20</sup>. Em

---

<sup>17</sup> Ainda assim, é importante que se reconheça em Darwin a ampla percepção de que atributos culturais/sociais, em alguma medida, também passam a deter papel de importância no processo seletivo do gênero humano. Porém, este processo ocorre pelas intercorrências e deliberações humanas nos processos biológicos. Sendo assim, não se teoriza uma perspectiva sociológica de evolução, mas sim o impacto dos elementos sociais na evolução biológica. Estas considerações de Darwin são expressas em seu *The Descent of Man...* de 1871 e destacam a riqueza e esclarecimento da percepção darwiniana sobre o seu objeto de estudo.

<sup>18</sup> Galbraith (1977), em seu segundo capítulo, apresenta os impactos das teorizações spencerianas nos EUA do fim do século XIX. Fica evidente a ampla adesão da lógica evolutiva de Spencer nos propósitos sociais de uma sociedade cada vez mais desigual. Construía-se ali a ideia de superioridade daqueles que, por algum motivo, destacavam-se nas hierarquias sociais de poder, garantindo-os com os inquestionáveis méritos de seus feitos.

<sup>19</sup> Importante se ter em mente que as discussões teóricas do processo evolucionário permanecem latentes por boa parte do século XX. Mais especificamente, foi entre as décadas de 1930 e 1950 que se estabeleceu o consenso moderno em torno das ideias evolucionárias que, em síntese, denotam o êxito da vertente darwiniana. Este processo consistiu, sumariamente, no estabelecimento de consensos entre diferentes áreas do conhecimento natural, como a paleontologia, genética, botânica, dentre outros (Luz, 2009). Este processo ficou conhecido como uma “segunda revolução darwiniana”, immortalizando a importante “síntese moderna da biologia evolucionária”. Para além de um exercício sintético e muito mais do que um mero consenso entre campos, este movimento também teve o importante papel de desacreditar e isolar teorias errôneas sobre o processo evolucionário que, eventualmente, implicaram em divergências anteriores nestes campos (Luz, 2009; Mayr, 2006).

<sup>20</sup> A busca de Darwin por este afastamento das ideias de Spencer se apresenta na bibliografia de diferentes formas, mas majoritariamente no cuidado semântico de suas considerações. Darwin sempre preferiu destacar suas teorizações não pela ideia “evolucionária”, mas por “descendência com modificação” ou “seleção natural”. Leonard (2009, p. 40) traz uma importante passagem que destaca esta reticência darwiniana: “*The catch-phrase ‘survival of the fittest’ was*

mesmo sentido, Spencer também se posicionou contrariamente à perspectiva darwiniana em diferentes oportunidades, destacando que suas considerações partem de uma origem independente (ver Freeman, 1974). Portanto, o paralelo temático e temporal entre Darwin e Spencer não deve ser confundido com complementariedade ou sobreposição, uma vez que *estas teorias se desenvolvem de maneira autônoma e irreconciliável*.

A disparidade entre a "doutrina geral da evolução" de Spencer e a teoria da origem das espécies de Darwin era, portanto, imensa. A doutrina de Spencer, não tendo resultado de qualquer tipo de investigação empírica sustentada, era explicitamente dedutiva em sua estrutura e repousava na suposição metafísica de que toda mudança evolutiva se devia à persistência de um "Poder" imanente que era "desconhecido e incognoscível" (Spencer 1904 [1882], vol. 1:554). Em contraste marcante, a teoria de Darwin, conforme ele a publicou em 1859, era autenticamente científica, pois, sem recorrer, para todos os propósitos práticos, à metafísica ou "causas finais", postulava, com base em evidências factuais maciças, uma teoria não teleológica de mudança evolutiva e incorporou uma definição precisa do mecanismo de seleção natural que (como já foi demonstrado conclusivamente) de fato resulta na evolução genética de populações de organismos vivos. (Freeman, 1974, p. 215)<sup>21</sup>

Sendo assim, ainda que estas apresentações não se pretendam extensivas, pode-se notar que, apesar de um contexto comum de inquietações evolucionárias, as diferentes concepções desta temática levam seus estudiosos a diferentes interpretações deste processo. Tais diferenciações, para além de divergências contornáveis ou circunstanciais, desenvolvem-se no âmago de suas teorizações, gerando desconexões profundas e difusas, impossibilitando qualquer idealização de aproximação entre Darwin e Spencer. É exatamente neste sentido que se constrói como necessária a devida distinção entre as

---

*Spencer's, and Darwin did not adopt it as a synonymous for 'natural selection' until Alfred Russel Wallace convinced him to do so in the fifth edition of the Origin (1869)".*

<sup>21</sup> Trecho traduzido pelo autor a partir de Freeman (1974, p. 215): *"The disparity between Spencer's "general doctrine of evolution" and Darwin's theory of the origin of species was thus immense. Spencer's doctrine, not having resulted from any kind of sustained empirical enquiry, was explicitly deductive in its structure, and rested on the metaphysical supposition that all evolutionary change was due to the persistence of an immanent "Power" that was (Spencer 1904 [1882], vol. 1:554) both "unknown and unknowable." In marked contrast, Darwin's theory, as he published it in 1859, was authentically scientific, for, without recourse, for all practical purposes, to metaphysics or "final causes," it postulated, on the basis of massive factual evidence, a non-teleological mode of evolutionary change and incorporated a precise definition of the mechanism of natural selection which (as has since been conclusively demonstrated) does indeed result in the genetic evolution of populations of living organisms".*

teorias destes autores quando se pretende o estudo do processo evolucionário, principalmente se o objetivo for o transbordamento para as ciências sociais e humanas, assim como fizeram Veblen e Marshall<sup>22</sup>.

Para o que se propõe como sequência nesta exploração de ideias, o capítulo seguinte tem o objetivo de estabelecer um contar de história da formação do discurso econômico. Ali, o objetivo é expressar o processo de cumulatividade de ideias em torno daquilo que resulta na Economia Política, buscando compreender estes elementos de mudança na argumentação da teoria econômica até o momento de Veblen e Marshall ao fim do século XIX.

---

<sup>22</sup> Por óbvio, as utilizações inadequadas das ideias evolucionárias levaram grande parte dos estudos sociais a caminhos tortuosos, justificando a estruturação de ideias torpes em relação aos humanos em sua diversidade. A consequência de maior repercussão neste termo, pode ser vislumbrada através do darwinismo social, mais especificamente na ascensão das ideias eugenistas que vieram a basear diferentes posicionamentos acadêmicos e políticos (ver Halliday, 1971 e Leonard, 2009).

### 3. ANTECEDENTES DO DISCURSO ECONÔMICO: A TRAJETÓRIA PARA O NASCIMENTO DA MENTALIDADE DE MERCADO E DA ECONOMIA POLÍTICA

As distinções evolucionárias expostas no capítulo anterior nos são auxiliares na reflexão sobre a trajetória do discurso econômico. Afinal, observar a relação dos processos históricos com a ascensão da infante ciência econômica nos habilita à construção de hipóteses pertinentes às problemáticas que Veblen e Marshall nos trarão adiante. Em mesmo sentido, compreender a formação desta ciência é também relevante para as teorizações evolucionárias destes autores em seus respectivos contextos. Portanto, a proposta das ideias ensaiadas neste capítulo nos são úteis como um enredo antecipatório dos inquiridos científicos destes autores.

Destarte, entende-se que a ascensão do discurso econômico como uma ciência autônoma tem suas raízes na compreensão das instituições humanas. Isto porque, em sua complexidade, a formação da sociedade seguiu diferentes caminhos em seu processo de consolidação. Nos moldes do presente, ainda que pareçam naturais, as concepções de “mercado”, “preço”, “comércio”, dentre outros, são elementos de um pacto da sociabilidade e detêm papel específico e deliberado em nossa história.

Esta perspectiva, apesar de antevista e tangenciada por Veblen já em seu tempo e contexto (ver Veblen, [1899] 2009; [1914] 2017), ganha relevância em outras contribuições ao longo do século XX. No campo econômico, destaque especial é cedido aos apontamentos de Polanyi ([1944] 2021) que, em seu ensejo de apresentação das origens políticas e econômicas de nossa época, desenha o traçado histórico de construção do sistema econômico e da emergência da Economia Política. No mesmo sentido, em trabalhos correlatos, Polanyi apresenta importantes considerações sobre a nossa obsoleta mentalidade de mercado e demais questões pertinentes à temática econômica pela perspectiva antropológica (ver Polanyi, [1947] 2012; [1957] 2012).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Suas contribuições sobrevivem à organização das ideias econômicas com considerável êxito, se consagrando como um dos mais importantes pensadores econômicos do século XX. Suas considerações ecoam importantes questões da economia política e situam, de modo ímpar, o contar da história dos problemas econômicos em seu sentido da organização social e acadêmica. Em mesmo sentido, também deve-se destacar a atualidade e pertinência de seus apontamentos nas principais questões que rondam o debate econômico do século XXI, mais uma vez elencando

Conforme se apura, a ascensão de uma economia de mercado viabiliza a construção de um discurso econômico autônomo. A princípio, se estabelece uma lógica de funcionamento que, diferente de outras experiências econômicas, desvinculam-se das razões sociais. Se outrora a economia era enquadrada como parte das relações sociais, sendo representada por uma fração da atividade humana em socialização, agora com a lógica do mercado desempenha papel inverso; as relações sociais passam a ser parte submetida da economia (ver Polanyi, [1944] 2021; [1947] 2012; [1957] 2012). Deve-se destacar nesta experiência humana que a ascensão da mentalidade de mercado se desenvolve em torno das ideias de autorregulação e equilíbrio, as quais se maturam e se intensificam desde sua emergência (Polanyi, [1944] 2021; [1947] 2012).

Importantes ponderações munem estas constatações. Conforme apontado por Polanyi ([1944] 2021), com amplo amparo de Malinowski ([1922] 2021) e Thurnwald ([1932] 2018), constata-se a desassociação das vontades humanas à finalidade individualista e puramente econômica<sup>24</sup>. Contrariamente, o que se observa são relações amplamente amparadas em princípios comunitários de sociabilidade. Estes princípios, diferentemente de apoiarem-se em interesses individuais e/ou de acumulação privada, amparam-se na estima social, reivindicações sociais e patrimônio social (Polanyi, [1944] 2021).

Portanto, analisando a perspectiva histórica e antropológica, o que se tem na generalidade do comportamento humano, é a sua imutabilidade como ser social, e não econômico. Segundo Polanyi ([1944] 2021), isto mostra-se constante em todas as épocas e lugares, sendo, já em seu tempo, corroborado por trabalhos de grande estima da área da antropologia e etnologia. Nestas bases argumentativas, Polanyi aponta que *“nem o processo de produção nem o de distribuição estão ligados a interesses econômicos específicos, associados à posse de bens”* (Polanyi, [1944] 2021, p.102). É justamente no exercício destas constatações que o autor reconhece a pertinência dos questionamentos acerca

---

seu êxito e relevância. Neste sentido, apesar de suspeito, trazem exemplos no mesmo sentido aqui apresentado, as considerações de Joseph Stiglitz e Fred Block que compõem, respectivamente, prefácio e introdução de Polanyi ([1944] 2021).

<sup>24</sup> O próprio Polanyi apresenta Malinowski e Thurnwald, em suas diversas contribuições, como suas principais referências. Porém, também se utiliza dos trabalhos de Robert H. Lowie, Raymond Firth, Alexandre Goldenwiser, Melville Herskovits, Ruth Benedict, Radcliffe-Brown, dentre outros (ver seção dedicada às “notas sobre as fontes” (Polanyi, [1944] 2021).

de como seria possível uma sociedade se organizar em termos produtivos frente à ausência de propósitos econômicos. Afinal, são nestes termos que repousa a mentalidade do economista contemporâneo (mentalidade de mercado).

Sobre este ponto, utilizando-se como exemplo os estudos de Malinowski ([1922] 2021) acerca dos habitantes da Melanésia Ocidental, Polanyi ([1944] 2021) traz corroborações empíricas a estas características da ausência de uma lógica econômica de mercado. Nestes termos, não só se argumenta a desvinculação dos princípios da organização produtiva da finalidade econômica, como também se apresentam exemplificações de sua viabilidade em termos não econômicos. Afinal, conforme lá identificado, contrariamente à experiência mercadológica, estas comunidades estruturam-se em princípios não primariamente associados com a economia, mas sim associados ao constructo da sociabilidade. A saber, diferentemente das ideias ligadas ao individualismo e à acumulação, constatam-se os princípios de **reciprocidade** e **redistribuição** (Polanyi, [1944] 2021; Malinowski, [1922] 2021).

O princípio da *reciprocidade* atua na salvaguarda da produção e do sustento familiar. Ao executar seu processo produtivo e distribuí-lo, o núcleo familiar exerce sua “virtude cívica”, gerando estima social e reconhecimento entre seus pares. Neste sentido, conforme destacado por Polanyi ([1944] 2021), a produtividade associa-se à busca pela boa agricultura e pela boa cidadania, salvaguardando a produção e o sustento familiar. De modo complementar, o princípio da *redistribuição* atua na percepção de corpo comunitário e nas relações entre aqueles que coexistem. Na busca pela estima social, utiliza-se o padrão de redistribuição na correção de eventuais disparidades produtivas entre os membros desta sociedade, garantindo provisionamento a todos. (Polanyi, [1944] 2021).

Como quaisquer outros padrões de conduta, a *reciprocidade* e a *redistribuição* também se cristalizam em estruturas institucionais que assegurem sua manutenção. Afinal, o direcionamento do comportamento e pensamento dos indivíduos que compõem esta comunidade, estão diretamente relacionados ao emaranhado institucional no qual vinculam seu estilo de vida. Neste caso em específico, esta estrutura institucional é identificada através da ideia de **simetria** e **centralidade**, o que garante a não necessidade de intuitos econômicos nesta

forma de organização do provisionamento (Polanyi, [1944] 2021; Malinowski, [1922] 2021).

Isto porque, a *simetria* ali instituída cria o estabelecimento de pares produtivos na comunidade, promovendo e viabilizando a capacidade de trocas entre os membros em seu exercício da já mencionada *reciprocidade*. Já a instituição da *centralidade* que, conforme aponta Polanyi ([1944] 2021, p.106), “*em certa medida, existem em todos os grupos humanos*”, promove e viabiliza a capacidade de coleta e armazenamento dos bens e serviços no exercício da também já mencionada *redistribuição*.

Nestes termos, Polanyi ([1944] 2021, p.106) aponta que:

A simetria e a centralidade satisfazem, em parte, as necessidades de reciprocidade e redistribuição; os padrões institucionais e os princípios de conduta ajustam-se mutuamente. Desde que a organização social mantenha suas rotinas, não é preciso introduzir nenhuma motivação econômica individual, nem razões para temer que o esforço pessoal diminua.

[...]

Numa comunidade assim, inexistente a ideia de lucro. A barganha mesquinha é depreciada, a dádiva gratuita é aclamada como uma virtude e a suposta propensão para negociar, transacionar e comerciar não aparece. O sistema econômico é, de fato, mera função da organização social.

É imprescindível que seja destacado o caráter comum de características não mercadológicas, como estas ou similares, nas experiências humanas de organização do provisionamento social<sup>25</sup>. Conforme destacado por Polanyi ([1944] 2021), no que se observa, não cabe a ideia de que estas experiências seriam exequíveis somente em formas “primitivas” de sociedade ou então, em comunidades pequenas de baixa complexidade social. Pelo contrário, elas

---

<sup>25</sup> Este ponto é central para Polanyi. É neste sentido que se dedica ao estudo de diferentes pesquisadores do campo da antropologia, voltados a diferentes recortes temporais e etnográficos. O ponto de Polanyi é estabelecer um mapeamento das características humanas em sua tratativa histórica e cultural, buscando compreender os propósitos da socialização contemporânea em contexto de ideias generalizadas e naturalizadas. Neste sentido, Polanyi parece ter sido empático às considerações de Malinowsky ([1922] 2021, p. 57) quando argumenta que “[a] *etnografia, [...], infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente desse tipo de generosidade. Muitos de seus autores não utilizam de forma plena o recurso da sinceridade metodológica ao manipular os fatos e apresentam-nos ao leitor como que extraídos do nada*”. Afinal, parece ser também nestes termos que Polanyi organiza seus argumentos em relação ao discurso econômico (ver, Polanyi, [1944] 2021; [1947] 2012).

podem ser identificadas em diferentes experiências comunitárias, de diferentes tamanhos e complexidades, configurando-se, conforme já apontado, como um elemento comum da experiência humana<sup>26</sup> (Malinowski, [1922] 2021; Thurnwald [1932] 2018),

Estas constatações atuam no sentido diretamente oposto das ideias tradicionais do indivíduo econômico (Polanyi, [1944] 2021; Thurnwald, [1932] 2018; Dumont, 1982; Luz, 2013). Nos escritos que ecoam a fundação da ciência econômica – diferentemente do que se observa – tem-se um indivíduo autocentrado e pautado nos interesses puramente econômicos<sup>27</sup>. Estes interesses estruturam-se no individualismo, na busca pecuniária e na acumulação individual. Conforme visto, estas características divergem das constatações antropológicas acerca da organização social, em especial de suas formas de organização do provisionamento. Sendo assim, ainda que se buscasse a plausibilidade na naturalização do comportamento humano em seu sentido econômico, suas características seriam fundamentalmente distintas daquelas apontadas pelos clássicos da economia<sup>28</sup>.

Ao que indicam em larga base os já mencionados estudos históricos, antropológicos e etnológicos, as características fundamentais da organização do provisionamento social não residem em interesses econômicos. Não há respaldos no argumento de que a busca por lucro, por exemplo, resulte de ímpetus naturais dos seres humanos. No mesmo sentido, não se sustentam os argumentos de que a propensão à troca ou ao comércio são imperativos do comportamento humano. Nem mesmo os incentivos ao trabalho mostram-se

---

<sup>26</sup> Polanyi ([1944] 2021) destaca o papel da *Kula* nas Ilhas Trobriand, do homem bergdama da Namíbia, do Potlatch dos Kwakiut da América do Norte, do Hamurábi da Babilônia, o Novo Império do Egito, dentre outros.

<sup>27</sup> Conforme se apresentará na sequência, Smith, além de pai da ciência econômica, pode ter desempenhado a última ponte nesta transição para a ideia de economia naturalizada, principalmente viabilizando um método cabível a este indivíduo. Neste sentido, o fenômeno conhecido como *homo economicus* deve ser compreendido também pela sua idealização no tempo. Afinal, conforme Luz (2013, p. 82) nos lembra, “[o] conceito de indivíduo é uma construção histórica, que perdura no mundo ocidental, alimentando, inclusive, as ideias econômicas”,

<sup>28</sup> Aqui devemos ter em mente o importante resultado deste entendimento. Os elementos aqui empreendidos em críticas, além de questionar os entendimentos clássicos da concepção do *homo economicus* também viabilizam a crítica àqueles que carregam essas concepções na atualidade. Afinal, de modo argumentável, parte substancial dos entendimentos teóricos tradicionais da econômica, ainda hoje, imputam papel central a estas ideias (ver Luz, 2013).

vinculados à contrapartida do salário ou do ganho pecuniário. Afinal, uma vez que a contribuição à comunidade é incentivada e gerida pela estima de seus pares, os membros desta comunidade o fazem pela manutenção de seu papel neste corpo comunitário (Polanyi [1944] 2021).

Neste ponto, deve-se ainda complementar tais constatações, com os apontamentos de Dumont (1982) que discute a inexistência de aproximações dessas reflexões ao propósito individualista. Segundo o autor, as idealizações individuais, que projetam os interesses privados e autônomos em sobreposição aos interesses comunitários, são resultantes de perspectivas ocidentalizadas e posteriores à prévia organização destas comunidades em um corpo capitalista (ver Luz, 2013 e Dumont, 1982). Nestas concepções, o indivíduo como ser independente, a-histórico e a-social, também é resultante de indicações teóricas divorciadas de estudos históricos e antropológicos. Desse modo, Dumont (1982) ecoa considerações igualmente importantes às de Polanyi ([1944] 2021), destacando fundamentais inconsistências da análise econômica, tanto em sua construção teórica, quanto em sua construção histórica<sup>29</sup>.

Deve-se frisar ainda que, a instituição do mercado – em seu sentido de transação entre grupos – antecede à lógica econômica capitalista. Logo, o que se questiona nestes apontamentos são os fundamentos que anteparam estas trocas. Ao que se indica, em seu princípio, inexistem propósitos puramente econômicos nestas transações, pois como visto, amparam-se em elementos da estima social e da vida em comunidade. Mais especificamente, inexistem respaldos à naturalização destas trocas pelo interesse pecuniário, pelo individualismo e pela acumulação privada. Portanto, os fundamentos da naturalização deste comportamento econômico mostram-se carentes, de forma severa, de constatação que os amparem em estudos sociais. A cabo, o que Polanyi busca demonstrar, é a irregularidade lógica e teórica da percepção naturalizada dos comportamentos econômicos, principalmente questionando os

---

<sup>29</sup> Neste sentido, além de corroborar as considerações de Dumont, Luz (2013, p. 84) também destaca a importância disruptiva do autor quando sinaliza que, “[o] pensamento de Dumont foi capaz de gerar uma abordagem totalmente inovadora para compreender a instituição indivíduo, tanto na maneira como enxergou a história quanto na forma como entendeu as categorias de pensamento mobilizadas por esta peça fundamental da ideologia moderna”.

princípios da autorregulação e do equilíbrio (ver Polanyi, [1944] 2021; [1947] 2012; [1957] 2012).

Neste sentido emerge a questão fundamental acerca da ideia da naturalização do comportamento econômico: afinal, onde surgem suas bases e em quais preceitos?

Sobre este ponto, Polanyi ([1944] 2021) explicita o caráter preconceituoso imperativo nas contribuições dos intelectuais oitocentistas em relação à sua própria história. Isto se evidencia, principalmente, na designação de “primitivos” a todos aqueles que vivem em sistemas prévios ou desconexos das inspirações mercadológicas (capitalistas)<sup>30</sup>. Conforme apontado pelo autor, esta visão se relaciona intimamente com a ascensão da ideia de uma naturalização do mercado. É exatamente neste arcabouço ideológico que os economistas clássicos vislumbram a aproximação das “leis de mercado” com supostas tendências do ser humano em seu “estado natural”. Ao fundo deste pensamento, o que se coloca é o questionamento de qualquer outra forma de organização econômica que não aquela submetida à lógica do mercado.

São nestes termos que o mercado, em sua maturação através do capitalismo, detém o papel central das discussões econômicas, em especial do processo de reprodução material da sociedade. É somente deste trecho em diante dos estudos históricos sobre a organização humana que os elementos exclusivamente econômicos pautam o provisionamento social. Se outrora a busca pela estima social era elemento central do processo produtivo e distributivo da sociedade, agora passa à margem desta organização, cedendo espaço à remuneração dos fatores produtivos, na medida que “competem” no então intensificado mercado.

Através destas constatações e à revelia dos processos sociais anteriores, a ideia de autorregulação passa a ganhar força (Polanyi, [1944] 2021; [1947] 2012). Isto, pois, a ideia de um livre ajuste das relações econômicas não só era

---

<sup>30</sup> Polanyi destaca que esta interpretação histórica colocou tudo aquilo que interessa à compreensão da formação do capitalismo no entendimento de uma “pré-história”. Por óbvio, esta concepção esteriliza importantes pilares de uma sociedade de mercado. Conforme Polanyi ([1944] 2021, p 101) destaca: *“[o]s historiados da economia tendem a restringir seu interesse ao período comparativamente recente da história, em que a transação e a troca aparecem em alguma escala considerável. A economia primitiva foi relegada à pré-história. Sem que se tivesse consciência, isso levou a balança a pender a favor de uma psicologia de mercado...”*

inédita, como também era intencionalmente evitada em períodos anteriores. Afinal, as estruturas institucionais não amparavam esta lógica de provisionamento. Portanto, o que decorre a partir deste ponto é o ajuste deliberado das instituições humanas aos princípios mercadológicos (Polanyi, [1944] 2021; [1947] 2012). Porém, mais uma vez, importantes considerações antropológicas parecem negligenciadas nos estudos que se dedicam a esta transição institucional.

Desta vez, buscando seu amparo em Thurnwald ([1932] 2018), Polanyi destaca que a emergência do mercado se intensifica pela ocorrência do comércio que, em seus momentos iniciais, executava-se majoritariamente em trocas entre grandes distâncias (Polanyi, [1944] 2021; Thurnwald, ([1932] 2018)<sup>31</sup>. Portanto naquele período entendiam-se estas trocas comerciais através de uma lógica **externa** àquele corpo comunitário, mantendo-se as relações de ímpeto social – principalmente através da reciprocidade e retribuição – no seio da organização **interna** daquela comunidade.

A origem e as funções deste comércio externo repousam nas distinções geográficas e nas capacidades de transporte. Bens que desempenhavam capacidade de transporte por longas distâncias e por períodos extensivos, eram direcionados a estas transações. Aqueles inviabilizados por esta prática – como os bens perecíveis – permaneciam na composição das trocas internas desta comunidade. Estas trocas internas ainda se amparavam fortemente nos princípios não mercadológicos de troca, pautados na estima social. Portanto, neste período, os princípios comerciais permaneciam em exclusividade nas trocas externas (Thurnwald, [1932] 2018; Polanyi, [1944] 2021).

Somente em seu desdobramento histórico, conforme se viabilizam o melhoramento das capacidades de transporte e a intensificação das trocas comerciais entre diferentes comunidades, se expande a lógica comercial nos locais de transbordo<sup>32</sup>. É importante que seja ressaltado o papel instituinte do

---

<sup>31</sup> Estas considerações de Thurnwald ([1932] 2018) encontram-se fundamentalmente em sua parte III, especialmente em seu capítulo VI, intitulado “*Trade*”. Neste sentido, a utilização por parte de Polanyi ([1944] 2021) diz respeito, principalmente, a sinalização de Thurnwald acerca das trocas por sua natureza coletiva (não-individual) e essencialmente social (não-econômica).

<sup>32</sup> Sobre a intensificação das trocas nos locais de transbordo, temos a passagem de Polanyi ([1944] 2021, p. 120) que exemplifica os resultantes do comércio externo: “Os *mercados desenvolveram-se naturalmente a partir dele, nos locais em que os transportadores tiveram que*

Estado (ou entidade equivalente) nas operacionalizações destes locais. Assim, no entorno destes pontos nascem grandes centros urbanos, emergindo novas estruturas da organização do provisionamento social que, em alguma medida, passam a se relacionar com o caráter mercadológico do comércio no antigo espaço das trocas.

Polanyi ([1944] 2021) traz importantes considerações sobre este processo, principalmente no destaque à incapacidade de motivações individuais terem sido fundadoras deste movimento, bem como também destaca o papel de contingente destas localidades:

**À luz dos dados disponíveis, seria precipitado afirmar que em algum momento os atos individuais de troca se desdobrariam em mercados locais.** Por mais obscuros que sejam os primórdios desses mercados, ao menos isto pode se afirmar: **desde o começo, essa instituição foi cercada por várias salvaguardas, destinadas a fazer com que a organização econômica prevalente na sociedade permanecesse protegida da interferência de práticas de mercado.** A paz do mercado era assegurada à custa de rituais e cerimoniais que lhe restringiam o alcance, ao mesmo tempo que garantiam sua possibilidade de funcionar dentro de estreitos limites. O resultado mais significativo dos mercados – o nascimento das cidades e da civilização urbana – resultou de um avanço paradoxal. **As cidades, na medida em que brotaram dos mercados, foram não apenas protetoras deles. Eram também o meio de impedir que eles se expandissem para o interior e, desse modo, invadissem a organização econômica da sociedade. Os dois sentidos da palavra “conter” são, talvez, os que melhor expressam essa função dupla das cidades com respeito aos mercados que elas abrigavam e que impediam de se desenvolver.** (Polanyi, [1944] 2021, p.122, [grifos meus])

Deste ponto em diante, destaca-se a constante presença da lógica do mercado em seus princípios econômicos na Europa<sup>33</sup>. Portanto, coube ao

---

*se deter, como vaus de portos marítimos, cabeceira de rio ou pontos em que as rotas de duas expedições terrestres se encontravam. Os “portos” desenvolveram-se nos locais de transbordo. O breve florescimento das famosas feiras europeias foi outro exemplo de locais em que o comércio de longa distância produziu um tipo definido de mercado; os entrepostos da Inglaterra foram outro exemplo.*

<sup>33</sup> Neste ponto, mais uma vez, deve-se retroceder às considerações de Luz (2013) e Dumont (1982). O que temos na ascensão do período moderno é a generalização dos ideários eurocêntricos sobre o indivíduo e suas peculiaridades culturais. De modo bastante argumentável, o que se resulta desta generalização é um universalismo divorciado da verdadeira “unidade” humana. É justamente neste sentido que Luz (2013, p. 86-87) destaca os méritos de Dumont que se *“propõe [a] uma relativização controlada, pois, nesta visão, a relativização entre as práticas culturais é proposta a partir de uma ideia de unidade que permeia esta relativização, ou seja, as culturas seriam diferentes, mas suas representações mantêm como referência uma unidade universal, a unidade do gênero humano. Este universalismo se opõe por completo*

Estado a criação e organização dos mercados em suas peculiaridades. Conforme aponta Polanyi ([1944] 2021) na ascensão destes centros urbanos, o comércio interno permanecia limitado às comunas e detinha papel fundamental na distinção dos munícipes, principalmente na diferenciação entre burgueses e não-burgueses. Nestes mercados locais, utilizavam-se fortes princípios de regulação da atuação e expansão deste comércio, tendo em vista a proteção da lógica camponesa e a manutenção saudável destas trocas. Neste último ponto, ressalta-se o primordial papel do Estado na regulação destes mercados a fim de se evitarem crises de preços e de abastecimento. Ou seja, até este momento, inexistia a ideia de autorregulação e equilíbrio, tampouco eram vistos como naturais os propósitos mercadológicos. Afinal, o que se testemunhou neste período fora justamente a sua institucionalização deliberada e de função específica.

As diferenças entre as lógicas interna e externa do comércio permaneciam. Enquanto nas trocas internas buscava se restringir à remuneração dos fatores produtivos, nas trocas externas essas limitações não se aplicavam. Nestes termos, as manufaturas exportadoras passam a se caracterizar pela organização nas bases capitalistas do trabalho assalariado (Polanyi, [1944] 2021). Assim ascende a lógica mercantilista no continente europeu, caracterizada pela forte proteção e contenção do mercado interno e busca pela expansão dos mercados externos (ver Suprinyak, 2009 e 2011). Deste ponto em diante, a acumulação passa a deter papel fundamental nas distinções sociais e nacionais.

Deve ser destacado que o mercantilismo, em sua característica protetiva, detinha diferentes ferramentas de salvaguarda para o evitamento da lógica comercial em seu sistema interno. Porém, a ascensão do mercado leva a organização social a uma ruptura entre esfera política e esfera econômica. Esta separação, conforme aqui se argumenta, leva os propósitos econômicos ao centro da discussão do provisionamento social, impondo a perspectiva mercadológica em seu funcionamento. São nestes princípios de organização

---

*àquele etnocentrista, uma vez que as categorias mobilizadas para compreender o homem passam a não emanar apenas de uma das sociedades (a dominante), mas pelo contrário, nesta visão, as diversas práticas das sociedades revelariam o caráter universal daquilo que as unem”.*

que se busca a transformação do corpo social em mercadorias, como por exemplo, o trabalho e a terra. Afinal, destaca Polanyi, “*a economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado*” (Polanyi, [1944] 2021, p.133).

Conforme afastam-se a esfera política e social dos propósitos econômicos, a vida em comunidade passa a ser subordinada à lógica do mercado. Tudo que existe – incluindo seres humanos (trabalho), o meio natural (terra) e a moeda (dinheiro) – passam a ser interpretados e manejados como mercadorias à disposição deste sistema econômico. Esta característica organizacional utiliza-se destas mercadorias fictícias na concepção da lógica industrial de produção, em que tudo o que há, existe para ser comercializado<sup>34</sup>. Por óbvio, esta drástica mutação da organização produtiva resulta em também drásticas consequências:

**A fé cega no progresso espontâneo** tinha-se apossado da mente das pessoas. Com o fanatismo dos sectários, os mais esclarecidos pressionaram por uma mudança social ilimitada e não regulada. Os efeitos na vida do povo foram de um horror indescritível. Na verdade, **a sociedade humana teria sido aniquilada, não fossem os contramovimentos defensivos** que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo (Polanyi, [1944] 2021, p.138, [grifos meus]).

Sendo assim, diferentemente de suas reflexões anteriores, quando o debate econômico pertencia à lógica do *oecconomy*, ou então ao pensamento mercantilista, agora o debate econômico e a organização social dedicam-se aos princípios mercadológicos. Durante esta institucionalização do mercado, o pensamento acerca desta ciência pauta-se em sua própria “natureza”. Nestes termos o discurso econômico apresenta suas condições de possibilidade, na medida em que centraliza a discussão acerca de seus mecanismos internos de funcionamento e viabiliza o fenômeno que ficaria conhecido como a Revolução Industrial (Cerqueira, 2001; Polanyi, [1944] 2021).

A consequência imediata desta transmutação da vivência humana é o surgimento de uma nova lógica de organização do provisionamento humano. Neste contexto, atenção especial deve ser trazida a dois elementos: (i) a constante busca pela expansão destes mercados pela finalidade capitalista que

---

<sup>34</sup> Conforme aponta Polanyi ([1944] 2021, p.134, [grifo meu]): “*a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia*”.

ali ascendia, principalmente através do encapsulamento das funções do Estado. Afinal, a concepção de mercado passa a assumir o papel de centralidade neste propósito, trazendo consigo sua operacionalidade *sui generis*; e, (ii) às ideias de “autorregulação” destes mercados, pelas próprias “leis de funcionamento” deste sistema, bem como a sua constante tendência ao “equilíbrio” frente ao seu livre funcionamento.

Esta fenomenologia é, ao mesmo tempo, viabilizadora e demandante da criação de um discurso econômico autônomo no intenso século XVIII<sup>35</sup>. Justamente nestes termos é que Adam Smith se destaca através de suas contribuições e, por tal, é entendido como o pai da ciência econômica (ver Cerqueira, 2001 e 2004).

Em seu papel de pai da ciência econômica, fica reconhecido como aquele que melhor constitui um corpo teórico para esta nova concepção da organização do provisionamento. Smith o faz de modo a trabalhar sua filosofia moral, buscando a explicação dos fenômenos sociais assim como Newton fizera com a física, nos domínios da filosofia da natureza (Cerqueira, 2004; Coutinho, 1990). Conforme aponta Cerqueira (2004), esta influência do pensamento smithiano é clara, sendo expressa em diferentes contextos de seus escritos.

Neste sentido, Dumont e Cerqueira convergem no apontamento de que a satisfação de dois importantes pontos nas teorizações smithianas são fundamentais na proposta de uma ciência autônoma: a identificação de uma esfera econômica e a sua interpretação pelos termos da regulação espontânea (Dumont, 1982; Cerqueira, 2004). Nestes termos, a ciência econômica, já em sua gênese, ampara-se em ímpetus próximos aos das ciências naturais de seu tempo. Esta constatação corrobora os apontamentos de Polanyi ([1944] 2021; [1947] 2012) em seu questionamento acerca dos equívocos da naturalização do comportamento econômico, bem como traz luz às suas consequências teóricas imediatas.

São nestes termos que emerge o pensamento da Economia Política em sua veia autônoma. Desde seu nascimento, seus pilares epistemológicos estão

---

<sup>35</sup> Nas palavras de Coutinho (1990, p.4): “Entre o final do século XVII e o início do século XIX, está se constituindo uma nova maneira de refletir sobre o homem em sociedade, ou uma nova ciência, se quisermos: a ciência da economia política”.

baseados em princípios da filosofia moral e do utilitarismo, cedendo papel especial à perspectiva teleológica na concepção de suas ideias. Conforme se destaca em vasta bibliografia, estas mudanças dizem respeito a um espírito de época e de convergência consistente com o pensamento científico de seu período, inclusive em seu apreço pelo mecanicismo newtoniano (ver, Torre, 2010; Hamilton, 1970; Cerqueira, 2001; Cerqueira, 2004). Neste sentido, o avanço da economia política clássica ocupa lugar específico da retórica econômica e da história econômica.

Este lugar específico, por sua vez, retém os ideários de uma concepção de conhecimento que é dimórfico em relação a seu próprio objeto de estudo, o que ficará evidente no decorrer do amadurecimento do conhecimento científico acerca das ciências sociais e humanas. Dentre outros fatores, é esta atenção que os estudos da organização das ideias econômicas elencam ao introduzirem o pensamento econômico em seu momento de gênese. Em especial, mais uma vez, atenção é cedida às fundamentais características animistas e teleológicas destas teorizações, marcando um padrão de acumulação do conhecimento que as carregam ao longo do tempo. São nestes termos que se gestam o “indivíduo econômico” e o “mercado mítico”.

### **3.1. Animismo e Teleologia: o Mercado Mítico e a Economia Política**

Animismo e teleologia coexistem no discurso econômico, pois apoiam-se mutuamente. A percepção naturalizada de uma essência espiritual divina ligada às coisas existentes (animismo), viabiliza a interpretação de um direcionamento final à causalidade (teleologia). Por vezes, a aparente superação destes fenômenos parece ser alcançada no pensamento econômico, mas a um olhar mais atento, repousam ainda encapsuladas em seu inquérito. No que aqui se argumenta, este fenômeno se delineia ao longo dos escritos econômicos desde o nascimento da Economia Política e a ascensão da mentalidade de mercado, até a já mencionada problemática acerca dos dissensos do processo

evolucionário entre Veblen e Marshall (e além)<sup>36</sup>. Ao fundo, o que se destaca nesta discussão é um caro problema à ciência econômica: a compreensão dos processos de mudança – ou então, agregação da dinâmica social e histórica nas teorias econômicas. Isto mostra-se verdadeiro, uma vez que, em suas implicações recorrentes, o animismo e a teleologia articulam um ideal teórico limitador que dificulta a superação deste problema.

Iniciando estas reflexões, devemos compreender que o aglutinamento de economistas em suas respectivas escolas do pensamento, representa um exercício de síntese de seus princípios e doutrinas. Compreender ideias através destas escolas do pensamento, apesar de comprometer análise das complexidades específicas dos seus pares, é útil ao exercício da reflexão acerca dos pilares estruturantes e limites balizadores deste determinado grupo<sup>37</sup>. É justamente nestes termos que se pretende chamar atenção à estas problemáticas na construção do discurso econômico da Escola Clássica. Afinal, como se constata, estes elementos se apresentam para além de uma especificidade teórica, pois atuam como base epistemológica em seus diferentes tratados econômicos.

O animismo se apresentará na ciência econômica através dos entendimentos de espírito nato de origem metafísica. Neste sentido, é importante que seja frisada a íntima relação dos anos iniciais da ciência econômica com a ascensão das ideias da filosofia moral (Torre, 2010). Conforme aponta Cerqueira (2004), no caso específico de Smith, esta noção da moralidade envolvia-se com a perspectiva teológica de “Deus”, fundamentando sua raiz naturalista nos princípios da harmonia divina. Desse modo, tem-se a ideia de uma justificativa para a existência do sistema econômico através de sua própria essência, sendo

---

<sup>36</sup> Nas reflexões filosóficas em seu sentido amplo, a teleologia pode ser regredida até os ensaios gregos, demonstrando a capilaridade e cumulatividade deste hábito na construção do pensamento de diferentes ciências (Torre, 2010; Luz, 2013). De acordo com Torre (2010, p. 648) *“The roots of this teleological epistemology lie in the Greek philosophers. Both Plato (429-347 b.c.) and Aristotle (384-22 b.c.) understood the cosmos as an organism, a living creation of God. In this Hellenic system the moral and physical laws of nature were not an external logic imposed on Creation but were immanent in nature and humanity”*.

<sup>37</sup> Por óbvio, não cabem aqui as reflexões teóricas em seu sentido extensivo. Afinal, seus pensadores desfrutaram, não raro, de diferentes contextos históricos e intelectuais, bem como objetivaram diferentes propósitos às suas teorizações. Porém, aqueles elementos que os colocam em terreno comum também se alvitram em importância. É neste entendimento que se chama atenção à estes elementos epistemológicos.

que neste período e contexto, esta ideia se desdobra na “naturalização” dos comportamentos em uma sociedade de mercado.

Justamente nesta percepção de propósitos metafísicos é que se constroem os fundamentos de um pensamento teleológico. Afinal, na mesma medida que tem sua existência associada a uma vontade divina, também apresenta um propósito divino; um direcionamento, ou então, uma causa final (Torre, 2010; Cerqueira, 2004; Luz, 2013). Esta adesão a um pensamento teleológico, desenha as ações humanas como voltadas a uma finalidade em específico, sendo entendida como um “estado natural”, emergindo e justificando ideários de equilíbrio.

Deve-se reconhecer a associação de Smith aos ideais animistas e teleológicos, porém, entendendo que não se trata de uma construção da ciência econômica isolada. Afinal, os propósitos metafísicos que vinculam o discurso econômico ao animismo e à teleologia, fazem parte de um consenso de época no pensamento científico e se fundem rapidamente à teoria econômica (ver Coutinho, 1990; Torre, 2010; Cerqueira, 2004; Hamilton, 1970).

Neste sentido, o papel ímpar de Smith se deve não só ao ineditismo, mas também ao cumprimento dos requisitos necessários à consolidação de uma mentalidade de mercado. Esta constatação é importante de se frisar, haja vista não só a construção argumentativa sobre o discurso econômico e suas origens, mas também por deixar clara as bases que fundamentarão o pensamento formal sobre a ciência econômica em sua veia tradicional a partir deste ponto.

Conforme apontado por Cerqueira (2004, p. 437), uma analogia recorrente entre autores da Era da Modernidade, como Smith, remete-se às características que fundamentam os papéis animistas e teleológicos: “*Deus estaria para o Universo assim como relojoeiro está para o relógio*”. Neste sentido, em sua composição ideológica, Smith utiliza-se desta retórica moral na sua concepção de virtuosidade do comportamento humano. É justamente nestes termos que se vinculam os diálogos entre suas duas obras fundamentais, *A Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Enquanto em “A Teoria dos Sentimentos Morais”, Smith explora a concepção de “empatia” na vivência humana, em “A Riqueza das Nações” a concepção de “hedonismo” é evidenciada. Esta distinção fez emergir aquilo que se consagrou na literatura como “o problema de Adam Smith”: há ou não uma unidade em suas obras? No ponto que aqui se constrói, a existência desta

Ainda que ciente da impossibilidade de se tratar em totalidade os teóricos clássicos, contemporâneos e/ou imediatamente posteriores à Smith, mostra-se prudente menção do compartilhamento epistemológico destes pensadores. Mesmo que em período diverso e com propósitos distintos, a economia clássica não apresenta nenhum elemento de ruptura em suas características fundantes. É neste sentido que as bases smithianas do pensamento econômico, principalmente em sua ampla adesão à lógica de um mercado soberano e de uma interpretação individual do comportamento econômico perpetuam-se. Esta colocação não implica negligenciar a diversidade e complexidade das contribuições clássicas, mas é auxiliar ao entendimento dos padrões cumulativos sobre a formalização do conhecimento econômico.

Sendo assim, a atenção que aqui se busca, diz respeito à compreensão de que a ciência econômica em sua gênese de disciplina autônoma, reside em contexto bastante específico de organização econômica e formalização de ideias. Desde sua fundação, as diferentes proposições teóricas atuam na manutenção do consenso mercadológico através da ideia de “naturalidade” e finalidade antecipável. Ainda que reflexões surjam sobre as diferentes formas de organização social, compreende-se que neste momento de ascensão capitalista o mercado responde a um estímulo “naturalmente imputado” aos humanos em uma sociedade mercantilizada. No mesmo sentido, além de entender esta organização social como “naturalmente concebida”, cede-se a ela *uma noção* de equilíbrio autoajustável<sup>39</sup>.

É importante que seja frisada a interpretação bastante específica de naturalidade e equilíbrio neste momento dos estudos econômicos. No que se

---

unidade é defendida. Para maiores considerações sobre esta questão, além de Cerqueira (2004) ver também Boff (2018) e Ganem (2002).

<sup>39</sup> “... uma noção de equilíbrio”, pois, alegadamente, em seu momento de gênese, o pensamento clássico compreendia as limitações associadas à ideia de equilíbrio. Este fenômeno será potencializado e, de modo argumentável, ressignificado, na ascensão dos ideais marginalistas e neoclássicas através da aplicação do cálculo diferencial. Esta distinção é importante por diferentes motivos, mas principalmente por elencar a ideia de que estas “incorporações míticas” apresentam uma construção gradual no pensamento econômico. Conforme Polanyi ([1944] 2021, p. 87) destaca, seria justamente nestas alterações que ascendem, tanto em viabilidade quanto em possibilidade, uma mutação na filosofia liberal: *“No século XIX, essas verdades corriqueiras da arte de governar, que costumam refletir os ensinamentos de uma filosofia social herdada dos antepassados, foram apagados do pensamento das pessoas instruídas, pela ação corrosiva de um utilitarismo tosco, combinado com uma confiança acrítica nas supostas virtudes autocorretivas de um crescimento cego”*.

constata, tanto nos originais clássicos quanto em seus comentadores, estas ideias estruturam-se com o pleno conhecimento de suas limitações. Em mesmo sentido, conforme já comentado, estes autores organizam suas reflexões compartilhando percepções científicas amplamente difundidas e amparadas em seu tempo e contexto. Desse modo, a ampla crítica a estas concepções teóricas residirá em seus perpetuadores no desdobramento das ideias econômicas, pois, estes sim, incorrerão em severo anacronismo, exacerbando estas implicações associadas a uma mentalidade de mercado, que se apresentará em sua face mítica na sequência da organização das ideias econômicas (Hamilton, 1970; Veblen, 1898a; 1899a; 1899b; 1900).

Este contexto, ainda que fortemente encapsulado pela lógica clássica, apresentou ramificações importantes já na segunda metade do século XIX. Ao olhar atento, é possível observar que estas ramificações se desenhavam por diferentes meandros do pensamento econômico, como por exemplo, no aprimoramento do pensamento marginalista, nas reflexões historicistas e, em contraposição, no desenvolvimento do pensamento socialista. A economia política e a mentalidade de mercado mostraram-se terreno fértil para as ideias da incipiente ciência econômica. É neste contexto que emergem as contribuições de Veblen como um teórico disruptivo e de Marshall como um conciliador.

Neste sentido, a apresentação deste longo preâmbulo acerca da concepção da Economia Política e seu papel na consolidação de uma ideia de mercado mítico, mostra-se imprescindível para a devida compreensão das discussões nas quais Veblen e Marshall encontravam-se inseridos, em especial quando atentamos às suas respectivas inspirações evolucionárias, conforme aqui objetivado.

Porém, antes de analisar estas suas considerações especificamente evolucionárias, mostra-se pertinente prestar a devida atenção ao contexto e à formação de inquérito científico destes economistas. Afinal, a temática evolucionária de fato compunha elemento imperativo na concepção teórica de ambos os autores? Em caso afirmativo, em que sentido e com qual propósito ocorre esta incorporação?

#### 4. INQUÉRITO CIENTÍFICO E PROPOSIÇÕES TEÓRICAS: O QUE BUSCAVAM VEBLEN E MARSHALL?

Veblen nasceu nos Estados Unidos no dia 30 de julho de 1857. Jorgensen & Jorgensen (1999) o destacam como brilhante aluno prodígio, caracterizando-se por ser leitor ávido das mais diferentes áreas do conhecimento, ainda que em especial das ciências humanas e sociais. Veblen obteve dois PhDs, sendo o primeiro em filosofia pela *Yale University*, no ano de 1884, e o segundo em economia pela *Cornell University*, em 1891. Lecionou em universidades de prestígio, como *University of Chicago*, *Stanford University*, e *University of Missouri* (Jorgensen & Jorgensen, 1999). Considerações recorrentes são feitas sobre sua trajetória, principalmente destacando peculiaridades de sua personalidade e sua escrita abstrusa (Cavalieri, 2009; Krauzer, 2019).

Em seu esforço de tese, Cavalieri (2009) destaca importantes considerações do contexto histórico e intelectual de Veblen. Segundo o autor, em sua economia institucionalista, Veblen teria refletido as ideias reformistas do capitalismo norte-americano, destacando-o por fazer parte de um cenário intelectualmente rico do período da *Gilded Age* e da Era Progressiva (Cavalieri, 2009). Em sentido semelhante, Parrish (1967) sinaliza as importantes características de fertilidade de ideias na academia norte-americana, principalmente nos anos de formação da ciência econômica como disciplina – período no qual Veblen estava inserido. Complementarmente, Rutherford (2011) é incisivo em destacar a pluralidade e a interdisciplinaridade como fatores fundamentais na construção do pensamento institucionalista que, apesar de se fundar em Veblen, desenvolve-se ao longo das primeiras décadas do século XX em terreno feraz.

Marshall nasceu na Inglaterra no dia 26 de julho de 1842. Keynes (1925) o destaca através de seu forte interesse pela matemática e temática religiosa. Teve em seus direcionamentos intelectuais o contato com a economia através de reflexões acerca da ética e da moralidade. Foi na fusão destes interesses que Marshall passou aos estudos de economia política, principalmente compreendendo sua necessidade de sistematização teórica e matemática (Keynes, 1925; Pigou, 1925). Estudou na *Merchant Taylor's School* e no *Saint John's College*, lecionou em importantes universidades, como na *University*

*College of Bristol, Cambridge University* e na *Oxford University*. Complementarmente, também se destaca pela característica de preocupar-se com sua capacidade de clareza, abalizando a ideia de que seus esforços teóricos eram construídos com objetivo da sistematização do conhecimento na área econômica (Keynes, 1925; Taussig, 1924).

Em seu contexto de contribuição na Inglaterra, Marshall encontrava-se entre a crise da Economia Política Clássica e a consolidação do pensamento marginalista (Mattos, 2010). Conforme avulta-se, Marshall procurou destacar-se não pela radicalização de suas contribuições, mas pela devida incorporação das considerações marginalistas – principalmente de Jevons – às proposições teóricas do pensamento clássico. Importante destacar que especialmente Ricardo e Mill figuraram como importantes influências nas teorizações de Marshall, compondo também tradicionais nomes da já consolidada disciplina econômica da Inglaterra (Mattos, 2010; Glassburner, 1955).

Tanto Veblen quanto Marshall vislumbraram contato com a lógica evolucionária da biologia (Veblen, 1898a; [1899] 2009; Marshall, [1890] 2013; [1898] 1925). Veblen é explícito nestas considerações, enquanto Marshall a utiliza em seu sentido metafórico que, deve-se frisar, é dispersa em seu corpo teórico. Os díspares contextos e personalidades já nos demonstram as potencialidades e, até mesmo, justificativas para estas distinções entre os autores.

Desde já, mencionam-se as diferenças de interesses pregressos entre estes pensadores. Veblen desdobra-se em estudos através de suas inquietações filosóficas e sociais, enquanto Marshall desdobra-se em estudos através de seus interesses pela matemática e discussão ética (que, naquele momento, matura-se no autor através do viés teológico) (ver Keynes, 1925). Em mesmo sentido, mencionam-se também distinções em termos de terreno contextual. Veblen encontrava-se em uma academia plural, pouco disciplinar e de uma construção incipiente acerca dos estudos econômicos, enquanto Marshall apresenta-se em cenário de uma veia economicista bastante tradicional, difundida e já consolidada (Rutherford, 2011; Pigou, 1925).

Estas distinções, dentre outros fatores, levam estes pensadores a concepções bastante distintas de seus objetos de estudo. Suas ideias e propostas parecem emergir de questões (*inquiries*) consideravelmente

divergentes. Sendo assim, como proposta analítica, parece fundamental que se compreendam as inquietações fundamentais destes autores para com a ciência econômica. Afinal, estas inquietações empreendem papel fundamental na estruturação dos inquéritos científicos destes pensadores. Uma vez que seus inquéritos científicos são postos em evidência, gera-se uma via de compreensão de suas intenções acerca da especificidade evolucionária; ponto central deste esforço. Portanto, nas seções seguintes exploram-se, em primeiro momento, a declarada questão vebleniana de “*por que a economia não é uma ciência evolucionária?*” e, em seguida, a potencial questão marshalliana de “*por que a economia não é sistematizada em leis econômicas?*”<sup>40</sup>.

#### **4.1. Sobre Thorstein Veblen: por que a economia não é uma ciência evolucionária?**

A compreensão das considerações de Veblen acerca da ciência econômica repousa na análise de diferentes trabalhos do autor. Ainda que a vasta maioria de suas contribuições se destaquem pela crítica aos seus pares economistas, atenção especial deve ser concedida a alguns trabalhos componentes das bases da construção da teoria vebleniana que se apresentam entre os anos finais do século XIX e iniciais do século XX (Cavaliere, 2009; Krauzer, 2019). Cronologicamente, temos o clássico “*Why Is Economics not an Evolutionary Science?*” publicado em 1898 (central para a discussão aqui almejada), seguido da trilogia do “*The Preconceptions of Economic Science*” publicados entre 1899 e 1900, e, por último, mas não menos importante, “*The Place of Science in Modern Civilisation*”, de 1906. Nestes esforços, em um olhar atento, Veblen destaca não só suas considerações sobre a ciência econômica, mas sobre o processo de cumulatividade do pensamento científico como um todo<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> No caso de Veblen, sua inquietação é declarada, pois vincula-se explicitamente às suas contribuições, principalmente em seus ensaios críticos à ciência econômica. Já no caso de Marshall, suas inquietações demonstram-se inferidas, pois evidenciam-se não de modo declarado, mas sim implícitas em suas contribuições.

<sup>41</sup> Conforme destacado, estes trabalhos não esgotam a apresentação crítica de Veblen, mas encontram-se em lugar de destaque neste objetivo quando se analisa sua vasta bibliografia, bem como convergem com os interesses deste esforço. Complementarmente, também poderiam ser

Em seu trabalho de 1898, é onde Veblen melhor discute suas considerações críticas à ciência econômica em seu sentido epistemológico. Segundo o autor, a ciência econômica contemporânea demonstra descontinuidade em relação às demais ciências sociais dos campos antropológico e psicológico (Veblen, 1898a). Tal descontinuidade seria, segundo Veblen, o reflexo da perpetuação de uma estrutura de conhecimento defasada, carregada desde as contribuições clássicas do pensamento econômico. É neste sentido que Veblen (1898a) reflete acerca de uma de suas mais importantes questões, que seria compreender o porquê de a ciência econômica não ser uma ciência evolucionária.

Segundo Edgell & Tillman (1989), a influência evolucionária de Veblen, repousa de maneira imperativa nas considerações de Charles Darwin e sua capacidade de explicação dos processos cumulativos. Para além de uma mera analogia teórica, esta concepção evolucionária transcende na teoria vebleniana como um forte pilar de sua epistemologia. Frisa-se que esta influência evolucionária não se baseia no darwinismo social originário de Spencer, o qual Veblen compreendia como persuasivo, mas inadequado ao inquérito de uma ciência social (Edgell & Tillman, 1989; Simiqueli, 2016)<sup>42</sup>. Esta interpretação se

---

incluídas as reflexões de Veblen sobre *J. S. Mill's Theory of the Taxation of Land* (1882), *Kant's Critique of Judgment* (1884), *Some Neglect Points in the Theory of Socialism* (1891), *The Evolution of Scientific Point of View* (1908), dentre outros. Apesar de não comporem especificamente aqui a nossa reflexão, estes trabalhos demonstram pertinência para evocação em outros momentos desta mesma tese.

<sup>42</sup> Simiqueli (2016) destaca esta ligação sinuosa entre Veblen e Spencer através das contribuições no institucionalista em seu *Some Neglect Points...* (1891). Naquela oportunidade, Veblen é elogioso aos esforços de Spencer, ainda que elenque “sugestões” importantes nas reflexões evolucionárias que, no fundo, o colocam em posição de opositor das ideias de Spencer. Em sua crítica ao pensamento socialista, Spencer teria sido negligente à características fundamentais da sociabilidade humana que, em essência, se mostrarão importantes pilares para Veblen em sua futura *Teoria da Classe Ociosa* (1899). Conforme destacado na seção anterior, esta concepção crítica de Veblen é latente em relação às considerações de Spencer que, em seu ímpeto liberal, vislumbra o processo evolucionário como melhorativo. Uma vez que o propósito socialista se pauta na intervenção deste processo – antagonizando as ideias de liberdade – seria, segundo Spencer, danoso aos desenvolvimentos do progresso econômico e humano. Ainda sobre este contraste entre Veblen e Spencer, Simiqueli (2016, p. 32) destaca: “Ainda que Veblen, certamente educado à sombra do pensador liberal inglês, leia em suas concepções de progresso e evolução os fundamentos da moderna teoria social, já em 1892 é possível observar marcantes diferenças entre as duas concepções de evolução. Enquanto em *First Principles...* o princípio da propriedade é visto como um elemento natural à ordem social, com as distinções em formas de trabalho e gênero lidas também como componentes essenciais da evolução das sociedades, em *Some Neglect Points...* há, desde o início, a problematização dos mecanismos que promoveriam o surgimento dessa diferenciação”.

faz clara nas contribuições originais de Veblen, bem como também são ratificadas por seus intérpretes no estudo da organização das ideias econômicas (ver Hamilton, 1970; Hodgson, 2004; Cavalieri, 2009; Luz, 2009; Camic & Hodgson, 2011).

Quando em seus esforços de reflexão à procura de sua questão fundamental de “por que a economia não é uma ciência evolucionária?”, Veblen (1898a) reconhece que economistas contemporâneos, a exemplo de Marshall, buscam elementos de aprimoramento à teoria econômica visando sua maturação como corpo científico. Porém, este esforço é comprometido pela continuidade da utilização de noções tidas por Veblen como arcaicas para a construção de uma ciência social, como por exemplo, através das inspirações naturalistas ligadas à teleologia (Veblen, 1898a).

Conforme aponta Sowell (1967), nesta crítica, Veblen denuncia a ascensão teórica da lógica utilitarista pautada no marginalismo, em constante desenvolvimento na busca por equilíbrios e/ou então, forças motoras dos desejos econômicos. Esta lógica é, para Veblen (1898a), a corroboração de seu diagnóstico, pois demonstra a concepção de uma teoria econômica infértil às ideias evolucionárias que, por sua vez, são fundamentais no entendimento da análise processual (Sowell, 1967). Portanto, a sua continuidade no corpo acadêmico da economia seria a causa primária desta esterilidade.

Uma vez estabelecida a fundamentação de sua crítica e antecedendo sua continuidade em apontamentos, Veblen destaca que diferentemente destas construções dadas e estáticas, a economia deveria se pautar na análise processual e na dinâmica de interação. Neste sentido, Veblen (1898a) argumenta a necessidade de se estabelecer um inquérito científico evolucionário para a ciência econômica, sendo que, segundo o autor, “*qualquer ciência evolucionária [...] é um corpo teórico muito unido. É uma teoria de um processo, de uma sequência de desdobramento*” (Veblen, 1898a, p. 375)<sup>43</sup>.

Portanto, Veblen (1898a) propõe a ruptura da análise estática comparativa, em prol da devida atenção às relações causais cumulativas. Para o autor, somente assim a ciência econômica estaria apta à compreensão dos

---

<sup>43</sup> Traduzido pelo autor a partir de: “*any evolutionary science [...] is a close-knit body of theory. It is a theory of a process, of an unfolding sequence*” (Veblen, 1898a, p. 375).

processos de interação e, portanto, de mudança. Desse modo, é fundamental que seja atentada a relação que Veblen estabelece entre a análise dinâmica e a análise de processo evolucionário: a mudança é oriunda de um processo de causação cumulativa indissociável da sociabilidade no tempo e de seus efeitos. Ou seja, o ser humano é criatura de sua sociabilidade e história.

São nestas características que se destacam as influências da filosofia pragmática clássica em Veblen (ver Landsman, 1957; Dyer, 1986; Twomey, 1998). O pragmatismo, além de primeira escola filosófica pós-darwiniana, também se apresenta como precedente no estudo da psicologia como ciência autônoma (Webb, 2007). Conforme se destacará adiante, são em pilares pragmáticos que Veblen estrutura suas teorizações institucionais acerca dos hábitos e instintos<sup>44</sup>. Portanto, Veblen (1898a) complementa suas considerações acerca deste processo evolucionário destacando o fundamental papel dos fatores psicológicos da sociabilidade humana<sup>45</sup>. Segundo o autor, o estado da arte da ciência econômica obedece à cumulatividade dos hábitos de pensamento daqueles que a construíram ao longo do tempo, estabelecendo um *status quo* da ciência econômica e instituindo preconceções em sua construção<sup>46</sup>.

É exatamente nesta observação que Veblen identifica a presença de elementos pré-evolucionários (que antecedem a análise processual da cumulatividade) na ciência econômica (Veblen, 1898a). Em lugar de maior ênfase em seus apontamentos, conforme já comentado, Veblen cita a presença do animismo e da teleologia, principalmente através da invocação de uma

---

<sup>44</sup> O pragmatismo clássico se destaca por seu direcionamento ao entendimento do funcionamento prático do pensar. Neste sentido, buscam na observação dos fenômenos sociais os elementos que explicam o seu funcionamento tendo como foco a percepção de seu objeto de estudo: o indivíduo, sua psicologia e a socialização. Portanto, o Pragmatismo provê à Veblen a veia filosófica-psicológica para fundamentação de sua teoria institucional (ver Landsman, 1957).

<sup>45</sup> A antropologia pós-darwiniana, principalmente na figura de Franz Boas e Lewis Morgan, também é caracterizada como uma importante influência do pensamento evolucionário de Veblen (Luz, 2009; Simiqueli, 2016; Edgel & Tilman, 1989). Estas influências teriam sido a importante conexão entre a idealização de um processo evolucionário no contexto da sociabilidade humana ao longo do tempo. Mais do que uma influência indireta, pode-se observar em Veblen ([1899] 2009; [1914] 2018) a terminologia temporal nos exatos mesmos termos de *Ancient Society* (1877), de Morgan. De acordo com Simiqueli (2016), pode se argumentar que surge dali um embrião das contrariedades evolucionárias de Veblen em relação à Spencer.

<sup>46</sup> Logo, é interessante observar que Veblen (1898) lê a construção do pensamento científico assim como qualquer outro esforço de uma coletividade, isto é, compreendendo suas especificidades institucionais.

naturalização do comportamento humano numa forma muito particular de sociabilidade, direcionado a finalidades específicas. Em segundo lugar, Veblen também destaca a lógica taxonômica da construção científica da economia, em seu sentido de ordenamento e organização de terminologias técnicas para a ciência econômica<sup>47</sup>.

A primeira distinção é fundamental para compreender as características do processo evolucionário em Veblen. Afinal, a concepção de uma evolução melhorativa (ou seja, não-darwiniana), implica uma forte característica teleológica. É nestes termos que se distingue a interpretação evolucionária vebleniana, pautada em Darwin, de outras interpretações evolucionárias que, dentre outras influências, pautam-se em Spencer (Edgell & Tillman, 1989; Dugger, 1979). Neste sentido, a teleologia faz-se recorrentemente criticada nas contribuições de Veblen, pois na concepção do autor, este elemento epistêmico é dissociado da devida análise social e de sua repercussão histórica.

Complementarmente, é importante que seja apresentada a relação que Veblen demonstra entre o aspecto habitual da sociabilidade e o aspecto material do mundo físico. Segundo Veblen (1898a), as concepções pré-evolucionárias estavam diretamente relacionadas ao modo pré-industrial da manufatura que se ligava à lógica da causalidade apenas em termos de causa e efeito, exacerbando os já citados ideários animistas e teleológicos. Já em uma sociedade industrial moderna, na qual a produção obedece à causalidade cumulativa – como numa indústria em série – estas habituações passam a, cada vez mais, exprimir uma lógica de reflexão e raciocínio<sup>48</sup>. É justamente sobre este último aspecto que se constrói a ponte para considerações de Veblen acerca das preconcepções<sup>49</sup> da

---

<sup>47</sup> Aqui deve-se destacar o fundamental papel das analogias com outras ciências, como a física, em terminologias das quais destacam-se “força de oferta/demanda”, “ponto de equilíbrio”, “elasticidade” etc.

<sup>48</sup> Veblen apresenta uma interpretação holística dos fatores determinantes da organização social. Ciência, tecnologia e sociedade desempenham função de influência mútua, ainda que sejam distinguíveis os aspectos cerimoniais e instrumentais neste enredo interativo (ver Veblen, [1914] 2018; Bush, 1987). Neste sentido, a compreensão do processo de desenvolvimento na ótica vebleniana é enriquecida pela sua interpretação antropológica dos processos humanos, conforme já comentado, através de suas influências pragmáticas (ver Dyer, 1986 e Landsman, 1957).

<sup>49</sup> Veblen é conhecido por seu obscurantismo na definição de alguns de seus conceitos. Porém, em passagem de seu primeiro *Preconceptions...* quando tratando especificamente de um dos recortes de sua reflexão, menciona rapidamente: “[...] **the matter-of-fact point of view or**

ciência econômica, o que é feito em maestria pelo institucionalista em sua trilogia de artigos da virada do século (Veblen, 1899a; 1899b; 1900)<sup>50</sup>.

Nestes trabalhos, Veblen (1899a; 1899b; 1900) apresenta uma narrativa da construção da ciência econômica apresentando relações entre o contexto das ideias dos economistas e suas proposições teóricas. Mais especificamente, Veblen se propõe a elencar a cumulatividade dos hábitos de pensamento dos teóricos da economia na construção de preconceções sobre esta ciência. Conforme já antecipado, tais preconceções vinculam-se intimamente aos aspectos animistas e teleológicos no inquérito científico que, por sua vez, se estabelece em laços íntimos com as ciências naturais, especificamente ligados à lógica mecanicista, a exemplo da física (Hamilton, 1970).

Portanto, o ímpeto crítico de Veblen (1899a) na construção de suas considerações acerca da ciência econômica, diz respeito, justamente, ao combate a esta estrutura de pensamento pautada na prerrogativa naturalista e teleológica. Através do naturalismo (em especial do animismo), os economistas estariam aprisionados a uma leitura metafísica da natureza em seu sentido “quase espiritual” (e.g. propensão à troca), no mesmo sentido que a teleologia os leva à observação dos fenômenos em seu direcionamento a uma finalidade específica e predeterminada (e.g. equilíbrio de mercado) (Veblen, 1899a; 1899b). Sendo assim, através destas preconceções, os economistas não estariam abertos à construção de uma teoria econômica evolucionária, como objetiva Veblen.

Expressas nestes termos, as teorizações dos economistas contemporâneos de Veblen expurgam as considerações humanas de seu principal objeto de estudo – os indivíduos – em sua principal relação – a interação social (Veblen, 1900). Portanto, as críticas de Veblen mostram-se em consonância com as suas proposições teóricas de cunho psicológico e filosófico,

---

*preconception...*” (Veblen, 1899a, p. 138 [grifo meu]). Portanto, no sentido empregado por Veblen (1899a; 1899b; 1900), as preconceções podem ser compreendidas como “o ponto de vista do fato”, ou então, de modo mais abrangente, como fundamentos/ideias concebidos de forma prévia e imputados ao objeto de estudo.

<sup>50</sup> É importante que sejam observadas as diferentes relações econômicas na instituição do provisionamento social. Estas relações, quando compreendidas pela ótica da cumulatividade histórica, permite a observação das preconceções tanto da ciência econômica quanto do sistema econômico. São nestes termos que parte considerável da crítica social do institucionalismo original se pautarão.

que têm como objetivo central a observação do processo de causação cumulativa pela ótica evolucionária (ver Landsman, 1957; Almeida & Luz, 2023). Este fenômeno merece destaque, pois é um dos fundamentais pilares da unidade dos trabalhos de Veblen, aquilo que os une em consistência e coerência (ver Rutherford, 2011; Cavalieri, 2009).

Frisa-se que as considerações de Veblen (1900) acerca das preconceções não se estruturam em uma mera crítica de sua existência, mas sim em uma crítica de sua natureza. Afinal, Veblen compreende o papel da metafísica (em seu sentido ontológico) na construção de postulados e ideias teóricas e, portanto, não se opõe a isto. Veblen compreende que os indivíduos estão imersos em contexto material e de ideias e estes, por sua vez, estruturam o pensamento destes autores. É nesta concepção que Veblen (1900) distingue sua crítica entre economistas clássicos e neoclássicos; os primeiros desempenham papel funcional dentro de seu contexto de possibilidades (tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista histórico), enquanto os neoclássicos – ao perpetuarem os antigos postulados, mesmo frente a novas ideias que exigiriam uma superação de seus métodos e das formas dos inquéritos científicos – estariam incorrendo em severo anacronismo (Veblen, 1900)<sup>51</sup>.

Neste sentido, e compreendendo que a problemática acerca das preconceções se dá em termos de origem e não de existência, Veblen (1900) ainda destaca que suas proposições evolucionárias, assim como esperado, também se compõem como preconceção. Porém, estas estariam em melhor alinhamento com o objeto de estudo da ciência econômica e em consonância com o contexto e a construção do inquérito científico moderno (pós-darwiniano) (Veblen, 1900). Nestes termos, as críticas de Veblen não buscam um ajuste conciliatório com a ciência econômica tradicional, mas sim uma ruptura em prol da reconstrução desta ciência em suas devidas bases. Dentre as principais

---

<sup>51</sup> Deve-se frisar que a terminologia “*neo-classical economics*” nasce em Veblen (1900), justamente na concepção destas críticas.

alterações no inquérito científico da ciência econômica, destaca-se a substituição de “o quê?” para “como?” na indagação dos processos dinâmicos<sup>52</sup>.

Finalmente, quando Veblen (1906) tece considerações acerca do lugar da ciência na civilização moderna – ainda em grande consistência com seu inquérito científico – o faz retomando a conexão entre mundo material e mundo das ideias. Segundo Veblen (1906), a ascensão de uma sociedade industrial, pautada no avanço científico e suas benesses, desenvolve no pensamento social o triunfo de um pensar cada vez mais voltado ao desenvolvimento da própria ciência. Neste ponto, Veblen evoca mais uma vez sua influência pragmática destacando que, mais do que nunca, a sociedade em seu senso comum, substituía a crença, no sentido da metafísica esotérica/sobrenatural, por noções científicas.

Estas considerações de Veblen (1906) destacam o seu intuito de atualização da ciência econômica em um inquérito adequado a seu tempo e lugar. Afinal, a construção da economia em seu seio científico mostrou-se divorciada dos avanços de áreas do conhecimento que seriam correlatas à temática econômica, como por exemplo, a antropologia, a etnologia e a psicologia. Sendo assim, Veblen (1898a; 1899a; 1899b; 1900; 1906) busca a colocação da ciência econômica em seu merecido lugar no *hall* das ciências sociais e humanas, pautadas por uma epistemologia convergente com seu objeto de estudo que, por sua vez, segundo Veblen, se daria através de um paradigma evolucionário<sup>53</sup>.

Conclusivamente, portanto, pode-se argumentar que os principais fatores balizadores das contribuições veblenianas repousam na insatisfação do autor com a abordagem epistêmica da ciência econômica (Veblen, 1898a). Em especial, atenção é dada à presença da teleologia e do animismo nas

---

<sup>52</sup> E.g. “o que acontece?” e “como acontece?”. Mais uma vez, evocando Luz (2009), em suas sistematizações sobre as causas que comandam o pensamento científico, o autor elenca essa passagem de “o que?” para o “como?” na maturação das ideias evolucionárias de Darwin. A partir deste ponto, e com a devida superação dos propósitos teleológicos, Darwin promove uma importante passagem do conhecimento científico a partir das clássicas ideias aristotélicas sobre o “telos” das investigações da natureza. Nestes termos, Luz (2009, p. 19) conclui que “[a]ssim sendo, podemos compreender que é através da concepção filosófica de causa eficiente, complementada pela perspectiva do processo cumulativo, que Darwin logrou construir os fundamentos básicos de sua pioneira abordagem evolucionária”. E, conforme vemos na passagem que funda esta nota, esta idealização transborda seus êxitos de Darwin para Veblen.

<sup>53</sup> Darwiniano, mais especificamente.

preconcepções de seus pares economistas. A fusão da crítica de Veblen com suas propostas teóricas amparam seu papel de fundador da teoria institucionalista que, a partir daquele momento, apresenta-se como uma das principais fontes críticas do pensamento econômico (Veblen, 1899a; 1899b; 1900). Conforme aqui é argumentado, o grande cerne das contribuições veblenianas baseiam-se na lógica evolucionária, da causação cumulativa (cega) de hábitos socialmente compartilhados e, portanto, das instituições. Logo, Veblen constrói desde sua base epistemológica uma teoria de corpo evolucionário.

#### **4.2. Sobre Alfred Marshall: por que a economia não é sistematizada em leis econômicas?**

Assim como no caso de Veblen, Marshall também apresenta vasto número de contribuições ao pensamento econômico, expressando suas considerações acerca de diferentes temas (Pigou, 1925; Groenewegen, 2007). Ainda assim, observando as intenções da reflexão acerca de seu inquérito científico, alguns textos parecem destacar-se em importância, dos quais citam-se: *The Present Position of Economics*, de 1885, seu clássico *The Principles of Economics*, de 1890, (em especial, o primeiro livro), *The Old Generation of Economists and the New*, de 1897 e, por fim, mas não menos importante, *Mechanical and Biological Analogies in Economics*, de 1898. Estes trabalhos destacam a virtude de escrita e apresentação das principais ideias de Marshall, bem como apresentam suas intenções ao pensamento científico da economia, trazendo à tona suas bases de argumentação em relação a uma sistematização do conhecimento econômico<sup>54</sup>.

Seu *Principles* ([1890] 2013) subverte a cronologia nesta apresentação, pois tem, em sua construção, importantes elementos da percepção de Marshall

---

<sup>54</sup> Assim como no caso vebleniano, estes trabalhos também não esgotam a apresentação crítica de Marshall, mas encontram-se em lugar de destaque sobre este tema em sua vasta bibliografia, bem como convergem com os interesses deste esforço. Complementarmente, também poderiam ser incluídas as reflexões de Marshall sobre *Mr. Jevons' Theory of Political Economy* (1872), *Mr. Mill's Theory of Value* (1876), *Some Aspects of Competition* (1890), *Social Possibilities of Economic Chivalry* (1907), dentre outros. Mais uma vez, assim como no caso de Veblen, apesar destes trabalhos não comporem especificamente aqui a nossa reflexão, demonstram pertinência para evocação em outros momentos desta mesma tese.

que foram construídos ao longo dos anos que antecederam sua publicação e, portanto, se sobrepõe aos demais trabalhos. Além de demonstrar-se como uma obra que destaca a completude de suas reflexões, também é rica em elementos que aqui exigem comentários. Esta consideração é importante, principalmente quando se observa o primeiro livro, dedicado a ser um “*preliminar survey*”, que se propõe à análise do objeto e da natureza da ciência econômica.

Em seu prefácio de primeira edição (1890) Marshall já apresenta algumas de suas impressões acerca da ciência econômica, por exemplo, reconhecendo-a como uma ciência secular, associada a características específicas de seu período, e mutável ao longo das gerações. Precisamente neste comentário, Marshall ([1890] 2013) destaca o pensamento econômico em seu sentido de crescimento lento e contínuo. Ao longo de suas considerações – ainda neste prefácio – aponta que o processo no qual a ciência econômica se insinua naquele momento, estrutura-se na analogia biológica, especificamente de Spencer, bem como na estrutura filosófica de Hegel.

A noção de continuidade no que diz respeito ao desenvolvimento é comum a todas as escolas modernas de pensamento econômico, sejam as principais influências que atuam sobre elas as da biologia, tal como representada pelos escritos de Herbert Spencer; ou da história e da filosofia, tal como representada pela Filosofia da História de Hegel, e por estudos ético-históricos mais recentes no continente e em outros lugares (Marshall, [1890] 2013, p. xxi)<sup>55</sup>

Portanto, desde já, o crescimento lento e contínuo comentado por Marshall ([1890] 2013), quando na apresentação do pensamento econômico a ele contemporâneo, parece demonstrar-se associado à lógica da superação e melhoramento<sup>56</sup>. Para além de uma percepção, este parece ser também um

---

<sup>55</sup> Traduzido pelo autor a partir de Marshall ([1890] 2013, p. xxi): “The notion of continuity with regard to development is common to all modern schools of economic thought, whether the chief influences acting on them are those of biology, as represented by the writings of Herbert Spencer; or of history and philosophy, as represented by Hegel's Philosophy of History, and by more recent ethico-historical studies on the Continent and elsewhere”.

<sup>56</sup> Afinal, tanto em Spencer quanto em Hegel há uma perspectiva de linearização dos processos, na medida em que são compreendidos pela lógica da superação e do progresso. Conforme visto, em Spencer, ([1862] 2009) o seu caráter teleológico é amplamente percebido através de sua narrativa evolucionária em um sentido melhorativo e antecipável. Já no caso, de Hegel ([1807] 2003), ainda que aqui não se busque aprofundamento, seu caráter teleológico pode ser percebido através da sua teorização dialética e sua noção de movimento pela superação da contradição.

objetivo de Marshall em sua sistematização teórica, que vê nesta estruturação do pensamento, os caminhos para o aprimoramento da ciência econômica em sentido de superação das limitações das teorias clássicas.

Conforme Mattos (2010) destaca, as contribuições marshallianas podem ser compreendidas como sucessoras das ideias John Stuart Mill, representante da economia clássica, e emancipadoras do movimento marginalista na Inglaterra, principalmente através da influência de William Stanley Jevons. Assim como seu antecessor clássico, Marshall também buscava a consolidação de um consenso teórico na forja de suas teorizações econômicas (Mattos, 2010).

Em 1920, já em sua oitava e última edição, seu prefácio parece incorporar aqueles que teriam sido os principais apontamentos ao seu trabalho até aquele momento e que, de maneira imperativa, destacam-se aqui em importância. Atenção especial é cedida àquilo que Marshall chama de a “*Meca dos economistas*”, que seria a biologia econômica e seu direcionamento ao entendimento do gradualismo na evolução da economia (Marshall, [1890] 2013). Conforme já destacado em seu prefácio da primeira edição, esta influência evolucionária demonstra-se em personagens *sui generis* e são, portanto, de significado específico. Não à toa, na sequência de suas considerações acerca deste tópico, Marshall destaca que a análise estática da mecânica é auxiliar para a compreensão deste gradualismo evolucionário, uma vez que apresenta as condições “normais” de uma vida moderna. Nesta lógica, ainda segundo Marshall, a dinâmica seria a compreensão destes fenômenos estáticos em suas variações relativas ao longo do tempo<sup>57</sup>.

Portanto, Marshall ([1890] 2013, p. xxv; p.xxvi) parece entender a “dinâmica” como diferente do “processo”. Enquanto a dinâmica vislumbra-se pela análise relativa dos fenômenos estáticos, o processo remete à compreensão destas mudanças no tempo. Esta consideração parece ser corroborada pelas teorizações de Marshall em mais de uma oportunidade, quando o autor esboça suas ideias em relação às limitações da análise mecânica (Glassburner, 1955; Mattos, 2010). Em mesmo sentido, esta consideração também é auxiliar ao

---

<sup>57</sup> Esta forma de apresentação da análise dinâmica se faz presente em mais de uma oportunidade nos escritos de Marshall: ([1885] 1925; [1898] 1925; [1890] 2013). Este elemento voltará para nossa análise na seção seguinte, ainda neste trabalho.

entendimento das aproximações e complementaridades que Marshall estabelece entre estática e dinâmica em seu método de análise e apresentação de ideias<sup>58</sup>.

Ao que segue este primeiro livro de seu *Principles* ([1890] 2013), especificamente em sua introdução, Marshall confina a ciência econômica na compreensão da riqueza e da humanidade em sua vida de negócios ordinários, examinando as potencialidades individuais e sociais em suas demandas materiais buscando o bem-estar (Marshall, [1890] 2013). Ou então, mais especificamente, pelas próprias palavras de Marshall ([1890] 2013, p. 41), quando buscando uma síntese na abertura de seu segundo livro:

Vimos que a economia é, por um lado, uma ciência da riqueza; e, por outro, aquela parte da ciência social da ação do homem na sociedade, que trata de seus esforços para satisfazer suas necessidades, na medida em que os esforços e necessidades são passíveis de serem medidos em termos de riqueza, ou seu representante geral, ou seja, dinheiro<sup>59</sup>.

Logo, desde já, destaca-se no pensamento marshalliano o desejo da mensurabilidade e generalidade dos princípios econômicos. Em mesmo sentido, de modo, também é possível a observação à aderência de uma lógica utilitarista quando se menciona a busca pela satisfação de necessidades sem maiores qualificações acerca de sua identificação e natureza (ver Shove, 1942).

Em sequência, já em seu capítulo dois, Marshall busca esboçar elementos de uma “substância da economia” em seu sentido de ciência e organização de pensamento. Segundo o autor, mesmo que a economia não pudesse ser comparável à física, deveria ter como norte a sua capacidade de antecipação e mensuração de seus fenômenos. Para tal, Marshall reconhece a necessidade das abstrações em seu sentido de simplificação de um pensamento mais amplo,

---

<sup>58</sup> Deve-se ter em mente que essa possibilidade de aproximação é, mais uma vez, uma viabilidade de sua influência spenceriana. Conforme visto anteriormente, as relações entre “leis fundamentais” e “leis fenomênicas” imputam as conexões entre o mundo físico e demais fenômenos sociais e humanos (Spencer, [1862] 2009).

<sup>59</sup> Traduzido pelo autor, a partir de: “*We have seen that economics is, on the one side a Science of Wealth; and, on the other, that part of the Social Science of man’s action in society, which deals with his Efforts to satisfy his wants, in so far as the efforts and wants are capable of being measured in terms of wealth, or its general representative, i.e. money*” (Marshall, [1890] 2013, p.41).

difuso e de direcionamentos gerais (Marshall, [1890] 2013). Afinal, deveriam ser buscadas as forças motoras basilares do interesse humano e da sociabilidade na já mencionada vida de negócios ordinários<sup>60</sup>.

Este aspecto generalista da concepção teórica de Marshall responde às suas intenções para a ciência econômica. Conforme destaca Aspkrs (1999) Marshall compunha o movimento de afastamento da economia política em seu sentido de construção de uma *economics* de disposições teóricas práticas que, conforme destacado, desenha-se para a compreensão da vida em uma sociedade de negócios. Em sentido semelhante, Glassburner (1955) e Shove (1942) enfatizam em Marshall a importante característica de sintetizador de ideias, principalmente visando a sua sistematização de uso e aplicação generalizada<sup>61</sup>.

Ainda em sua análise da substância da economia, Marshall ([1890] 2013, p.17-18) reconhece o fundamental papel dos hábitos e costumes, porém já imersos na concepção da vida de negócios e, portanto, a ela direcionados. Ou seja, não os negligencia, mas os compreende como dados em um contexto de vida específico, voltados à lógica empresarial/industrial/comercial. É justamente nestes termos que se congregam os dogmas estruturantes da teoria marshalliana, pautados no “indivíduo egoísta” e na busca por “ganhos pecuniários” (Aspkrs, 1999)<sup>62</sup>. Segundo Marshall, não se trata de uma estrutura inerente do ser humano, mas sim adquirida por seus hábitos e costumes na vida

---

<sup>60</sup> Neste sentido, Marshall ([1890] 2013) parece elencar o estabelecimento de um “senso comum treinado” em sua percepção generalizadora do comportamento humano em um contexto de negócios. Em alguma medida, pode ser argumentado este senso comum treinado como um balizador de um *status* naturalizado da sociabilidade.

<sup>61</sup> Um contraste importante e pertinente a nossa análise é possibilitado com esta percepção das contribuições de Marshall. Anteriormente, no caso de Veblen, pode-se vislumbrar a incorporação das teorizações pragmatistas e antropológicas na fundamentação e interpretação de um indivíduo-objeto de estudo (ver Dyer, 1986; Landsman, 1957). Fundamentalmente, o fio condutor destas influências veblenianas é estabelecido pelo paradigma evolucionário, especificamente, de origem darwiniana. Agora, no caso de Marshall, através de sua incorporação às ideias de Spencer é viabilizada uma incorporação generalista de indivíduo-objeto de estudo, pautado na perspectiva melhorativa desta lógica evolucionária. Esta relação é imperativa na teoria marshalliana, pois será a balizadora fundamental de um indivíduo utilitarista (Aspkrs, 1999; Mattos, 2010).

<sup>62</sup> Marshall ([1890] 2013) comenta que a generalização do egoísmo se caracteriza por uma facilitação útil e funcional ao indivíduo em um contexto de negócios, reconhecendo que este comportamento pode ser contestado, sem prejuízos a sua teorização, em determinados contextos.

de negócios ordinários. Portanto, ainda que não figurem por uma “naturalidade”, segundo Marshall, são características passíveis de uma generalização aceitável a compreensão da dinâmica econômica; do “*organon*”.

Através destas considerações, Marshall direciona a sua proposta acerca das generalizações econômicas (ou leis) e da ordem e objetivos da economia, respectivamente nos capítulos três e quatro, ainda do primeiro livro de seu *Principles*. Marshall ([1890] 2013, p. 24-26) compreende as limitações das leis econômicas, principalmente apresentando sua dificuldade de mensuração dadas as variáveis sociais. Ainda assim, destaca que as leis da ciência têm características de afirmações de tendências, o que, segundo Marshall, seria perfeitamente possível no caso econômico, dadas as características anteriormente citadas acerca de um organismo social em um contexto específico de negócios<sup>63</sup>.

Neste sentido, Marshall argumenta que o papel da ciência econômica serve para identificar as unidades concernentes ao estudo de seu fenômeno ou, em outras palavras, estabelecer suas leis e fundamentos (Aspkrs, 1999; Mattos, 2010). Sendo assim, designa à ciência econômica a coleção de fatos da vivência humana em sua rotina de negócios, buscando os elementos de recorrência em suas atribuições. Afinal, conforme anteriormente mencionado, na concepção marshalliana, o que se busca na economia é o conhecimento para guiar, em seu sentido prático, a vida em sociedade (Marshall, [1890] 2013). Em observação de seus comentadores na organização da história das ideias econômicas, é

---

<sup>63</sup> Marshall divaga em algumas considerações sobre esta capacidade antecipatória das teorias científicas, destacando as “leis inexatas de ciências complexas”. Para tal, busca distinguir, através de um exemplo bastante prático, a distinção entre astronomia e a “ciência das marés”. De acordo com Marshall ([1890] 2013, p. 26): “*The science of the tides explains how the tide rises and falls twice a day under the action of the sun and the moon: how there are strong tides at new and full moon, and weak tides at the moon's first and third quarter; and how the tide running up into a closed channel, like that of the Severn, will be very high; and so on. Thus, having studied the lie of the land and the water all-round the British Isles, people can calculate beforehand when the tide will probably be at its highest on any day at London Bridge or at Gloucester; and how high it will be there. They have to use the word probably, which the astronomers do not need to use when talking about the eclipses of Jupiter's satellites*”. Esta passagem poderia caracterizar mera exemplificação desprezível sobre as dificuldades que diferentes ciências enfrentam na mensurabilidade e antecipação de seus respectivos objetos de estudo. Porém, esta passagem torna-se ainda mais emblemática na sequência do argumento de Marshall ([1890] 2013, p. 26): “*The laws of economics are to be compared with the laws of the tides, rather than with the simple and exact law of gravitation. For the actions of men are so various and uncertain, that the best statement of tendencies, which we can make in a science of human conduct, must needs be inexact and faulty*”. Nestas considerações podemos estabelecer em ainda melhores termos as relações de Marshall com a característica antecipatória da ciência econômica.

possível identificar ratificação a estas considerações (ver Glassburner, 1955; Groenewegen, 2007; Aspkr, 1999).

Complementarmente, Groenewegen (2007) destaca o apreço de Marshall sobre os estudos filosóficos associados às perspectivas psicologistas. Segundo o comentador, este interesse, teria sido um dos viabilizadores da busca de Marshall por uma sistematização fundamental das teorias acerca da interação humana neste sentido prático. Porém, ao que se indica, este transbordamento à teoria econômica encontrou dificuldades em seu aprofundamento no zelo à manutenção dos avanços anteriores da ciência econômica. Esta consideração mostra-se plausível, principalmente pela já comentada característica de conciliador das contribuições de Marshall (ver Mattos, 2010 e Shove, 1942).

Deve-se destacar que Marshall se fez recorrente neste último ponto em outras oportunidades, antes mesmo da publicação de seu *Principles*, como por exemplo, em sua *lecture* de posse como professor de Cambridge em 1885 (Marshall, [1885] 1925). Em sua exposição, discorrendo sobre a posição atual da ciência econômica, reconheceu o fundamental papel da Inglaterra, principalmente no nome e nas contribuições de David Ricardo, afirmando-o como forte influência<sup>64</sup>. Segundo Marshall, naquele momento evidenciou-se o indivíduo como criatura de sua circunstância e demandante de estudos acerca de sua natureza e comportamento. Além disso, fora justamente a partir destes termos que as considerações de Smith puderam ser aprimoradas no sentido de identificação de uma motivação humana passível de mensurabilidade e antecipação (Marshall, [1885] 1925)<sup>65</sup>.

Em continuidade, Marshall ([1885] 1925) argumenta a característica de generalidade dos princípios concernentes à economia. Segundo o autor, mesmo em outras potenciais formas de organização de uma sociedade, existiriam outros tratados econômicos similares aos vigentes. Isto porque as evidências até

---

<sup>64</sup> Para além da influência clássica de Ricardo, também é declarada por Marshall ([1890] 2013) a sua admiração pelas contribuições de Cournot.

<sup>65</sup> Importante que seja reparado o fator de fundamento desta influência ricardiana em Marshall. Conforme se avulta em seus comentários, o apreço de maior consideração de Marshall às contribuições de Ricardo, parecem repousar em sua capacidade dedutivista de teorização. Conforme argumento que aqui se constrói, esta lógica se estabelece de modo convergente aos propósitos das teorizações marshalliana, principalmente no estabelecimento de leis econômicas e sua busca recorrente por generalizações.

aquele momento levantadas na teoria econômica indicam suas leis fundamentais que, por sua vez, independem de contexto. Aqui, mais uma vez, Marshall traz luz à ideia de que todo corpo científico responde a um conjunto de leis que, apesar de se adaptarem à sua estrutura teórica, figuram-se como a parte fundamental e/ou basilar de seu objeto de estudo<sup>66</sup>. Segundo Marshall ([1885] 1925), na economia, assim como na teoria mecânica, não se trazem considerações específicas a cada uma das suas potenciais aplicações, mas sim concede-se ao seu teórico a capacidade de antecipação de resultados, justamente pela identificação das leis fundamentais de seu objeto de estudo.

Portanto, Marshall parece evocar uma característica fundamental do sistema econômico em sua própria lógica epistêmica. Uma vez que a sociedade se desdobra no sentido de melhoramento e tem suas diretrizes gerenciadas pelos fundamentos (leis) econômicos, então sua presente configuração e estruturação parece se aceitar “naturalmente” concebida e adaptada<sup>67</sup>. Neste entendimento, o sistema capitalista e suas especificidades, desenhariam-se como um estágio natural da organização econômica, tendo passado pela seletividade da história. É justamente ecoando convergência a esta consideração, que Moss (1990), Hodgson (1993) e Luz & Fracalanza (2011) destacam o fundamental papel da influência spenceriana nas contribuições de Marshall.

Deste modo, ainda segundo Marshall ([1885] 1925), no caso da aplicação do conhecimento econômico, papel fundamental é direcionado ao comportamento humano egoísta. Segundo o autor, este fator é fundamental no ordenamento do interesse humano do ponto de vista econômico, pois está

---

<sup>66</sup> Parece argumentável que esta percepção aproxima as considerações marshallianas da doutrina filosófica do essencialismo. Segundo esta doutrina os objetos e seres possuem determinadas características que se compõe como essências à sua caracterização, independentemente de qualquer outra variação contextual ou conjuntural (Popper, 1950; Luz, 2009; Luz & Fracalanza, 2010). Especificamente em Luz (2009), podemos compreender o fundamental papel desta perspectiva científica com a fundamentação de um pensar teleológico nas concepções do conhecimento.

<sup>67</sup> Neste ponto, mais uma vez se faz necessária a lembrança de Marshall como um pensador de contribuições muito mais complexas do que as sínteses em livro texto que focam na caricatura neoclássica. Deve ser destacado que Marshall compreende o fundamental papel da história e a concepção habitual da organização social. Porém, o autor não estabelece uma incorporação destes elementos em seu desenvolvimento teórico. A formação do corpo social em torno do “mundo ordinário dos negócios” não se apresenta problematizado e/ou aprofundado na raiz marshalliana. Portanto, ainda que a “naturalidade” que aqui se chama atenção não se refira mais a uma nascente animista, parece agora ser balizada a uma matriz spenceriana de evolução.

diretamente vinculado ao desejo e necessidade de provisionamento dos indivíduos. Em sentido semelhante, quando se observam as potencialidades de mensurabilidade deste comportamento, Marshall destaca o fundamental papel do dinheiro, conforme adiantado em sua concepção de ciência econômica em seu *Principles* (Marshall, [1890] 2013, p.32-33).

Quando Marshall apresenta suas ideias nestes termos, admite que parte das teorizações clássicas pecam pela omissão daquilo que ainda carecem de aprimoramento. Mais especificamente, quando menciona o papel dos historicistas e socialistas a respeito da leitura do sistema econômico, elenca-os como críticos não de uma falha, mas de uma omissão dos trabalhos de veia tradicional. Sobre o papel dos críticos historicistas, Marshall ([1885] 1925) reconhece a necessidade de melhor compreensão dos hábitos, costumes e seu processo histórico, mas frisa que esta análise *per se* não representa uma conjunção teórica. Já sobre o papel das críticas socialistas, Marshall busca argumentar o desconhecimento desses pensadores acerca dos já citados “fundamentos” econômicos que, por sua vez, desconversam com os direcionamentos socialistas<sup>68</sup>.

Findando suas considerações naquela oportunidade, mais uma vez Marshall traz luz à necessidade de construir uma ciência econômica como um sistema lógico que auxilie a compreensão e solução dos problemas econômicos<sup>69</sup>. Este sistema lógico, conforme explanado até aqui, parece representar o “*organon*” do funcionamento econômico; sua compreensão através de suas forças fundamentais. Segundo Marshall ([1885] 1925), são nestes termos que repousa a presente preocupação da ciência econômica.

Marshall ([1897] 1925) também ecoa algumas destas considerações quando busca a comparação entre “velhos” e “novos” economistas. Segundo o autor, parte da decadência do pensamento econômico naquele momento

---

<sup>68</sup> Marshall, em seu entendimento dos fundamentos econômicos, parece vislumbrar uma única forma exequível de organização econômica. Em passagem emblemática, Marshall ([1885] 1925, p. 155-156) destaca: “*The socialists did not always attempt to understand the doctrines which they attacked; and there was no difficulty in showing that they had often failed rightly to apprehend the nature and efficiency of the existing economic organization of society*”. A relação de Marshall, bem como suas críticas aos socialistas serão exploradas em melhores termos adiante, ainda nesta mesma tese.

<sup>69</sup> Aqui, papel fundamental é creditado por Marshall a ideia de escassez de recursos.

histórico pode ser associada às críticas sistemáticas por parte daqueles que atacam os princípios gerais desta ciência. Neste trecho, Marshall ([1897] 1925) especifica, mais uma vez, suas considerações às críticas historicistas e sua lacuna teórica. Ainda assim, em reconhecimento parcial dos apontamentos críticos à economia direcionados por estes pensadores, reconhece que em sua tradição inglesa, a teorização econômica é autocentrada e, portanto, potencialmente descolada de outras trajetórias econômicas<sup>70</sup>.

Na sequência, consonante à sua perspectiva de inquérito científico, Marshall ([1897] 1925) estabelece relações importantes entre Newton e Darwin, apresentando-os como pensadores incontornáveis na descoberta dos princípios fundamentais de suas respectivas ciências<sup>71</sup>. Segundo o autor, fora justamente através destes princípios que os economistas clássicos buscavam trabalhar, compreendendo o papel da natureza humana em seu contexto e descrevendo-a em postulados que compunham um corpo teórico. Estes esforços, ainda segundo Marshall ([1897] 1925), teriam cedido a estes economistas papel de destaque na concepção desta ciência mesmo que, em sua sequência, seus desdobramentos pecassem em maturação. Afinal, Marshall argumenta que no século XIX a ciência econômica teria avançado somente em termos qualitativos, tendo abandonado seus propósitos quantitativos que, segundo o autor, seriam de grande importância, atribuindo a responsabilidade de superação deste problema aos novos economistas.

Finalmente, analisando o papel das analogias física e biológica na construção da retórica econômica, Marshall ([1898] 1925), busca destacar suas complementaridades. Segundo o autor, quando se buscam estas analogias, estruturam-se pensamentos acerca da análise estática e dinâmica e, contrariamente do tradicionalmente argumentado, não há antagonismo entre

---

<sup>70</sup> Ainda assim, conforme destacado em seu posicionamento anterior, os resultados desta interação econômica não seriam diferentes, uma vez que se originam das mesmas leis e fundamentações.

<sup>71</sup> Neste ponto deve-se atentar que a nomenclatura de Darwin neste exercício comparativo à Newton não é acompanhada de maiores especificações acerca de uma “teoria evolucionária Darwiniana”. Esta constatação infere que a referência a Darwin se deve ao imaginário de aproximação aos trabalhos de Spencer. Este último sim, uma influência bem mapeada do pensamento de Marshall (ver Luz & Fracalanza, 2012, Hodgson, 1993, Aspkr, 1999, Glassburner, 1955). Complementarmente, também pode se argumentar o amplo papel da efervescência de ideias evolucionárias pouco compartimentalizadas neste período.

estas análises. Afinal, tais terminologias apresentam origem comum (da física) e, ainda segundo Marshall, diferenciam-se unicamente pela aplicação em seu objeto de estudo: estado estacionário (estática) e mudança relativa (dinâmica). Para Marshall, estas analogias fazem-se presente na retórica social em diversos autores, dentre os quais Marshall destaca Mill.

Quando se volta especificamente às reflexões acerca da analogia biológica, Marshall é explícito em apresentar a evolução em seu sentido de progresso, mais especificamente daquilo que seria um crescimento orgânico, quando em sua analogia econômica. Neste sentido, ainda segundo Marshall ([1898] 1925), estas analogias dizem respeito ao fenômeno a ser observado e não à uma leitura da ciência em si. São nestes termos que o autor viabiliza a fusão de sua análise estática com as analogias biológicas. Em mesmo sentido, são nestas considerações que Marshall retoma sua argumentação em relação à biologia econômica (Marshall, [1898] 1925).

Conclusivamente, portanto, pode-se argumentar que os principais fatores balizadores do inquérito científico marshalliano repousam na busca pela continuidade da tradição econômica (Marshall, [1890] 2013; [1897] 1925; [1898] 1925). Este empenho parte do entendimento de que esta ciência possui bases adequadas para sua maturação, ainda que peque por omissões em sua estrutura. Neste sentido, Marshall ([1897] 1925) compreende as distinções entre velhos e novos economistas, identificando as necessidades de aprimoramento e dirigindo seus apontamentos a este último grupo. Em seu sentido de aproximações à análise biológica, Marshall ([1898] 1925) utiliza-se majoritariamente de metáforas, não desenvolvendo a construção de um corpo teórico evolucionário. Sobre este ponto, mais especificamente, Marshall traz atenção à biologia econômica (a Meca dos economistas) no sentido de organicidade das mudanças e do crescimento econômico, ainda que não a especifique e tampouco a teorize.

## 5. O EVOLUCIONISMO DE VEBLLEN E MARSHALL EM PERSPECTIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Conforme se vislumbra na observação das questões fundamentais propostas para análise, tanto de Veblen quanto de Marshall, importantes distinções podem ser percebidas. Assim como se argumenta nesta diligência, estas diferenças são interpretadas como fundamentos dos inquéritos científicos destes autores. Afinal, a compreensão de como Veblen e Marshall observavam e lidavam com a ciência econômica é fundamental para que se compreenda em totalidade suas intenções evolucionárias em suas contribuições ao pensamento econômico.

De fato, apesar destas distinções em termos de inquérito apresentarem uma significativa clivagem entre os autores, ainda assim é reconhecida a aproximação comum em relação à biologia, ou então, mais especificamente, às teorizações evolucionárias. Afinal, em diferentes medidas e com diferentes influências, ambos os autores buscaram construir conexões importantes entre a análise da ciência econômica e o processo evolucionário. Veblen o faz de maneira sistêmica, recorrente e basilar em suas contribuições, enquanto Marshall parece o fazer de maneira tímida, buscando metáforas úteis e evitando comprometimentos aos avanços, entendidos por ele, das concepções da economia tradicional (não-evolucionária).

Portanto, pode-se argumentar que, apesar de representar um elemento comum entre os autores, a temática evolucionária não parece compor uma base consistente no inquérito científico de Marshall. Em outras palavras, é argumentável que Marshall não tinha como proposta basilar uma ciência econômica evolucionária, assim como Veblen. Importantes comentadores também chegam a estas constatações, como por exemplo, Glassburner (1955), Hodgson (1993) e Luz & Fracalanza (2012). Porém, vozes mais brandas, como Reisman (1987) e Foss (1991), argumentam que Marshall pode sim ser interpretado “*como um genuíno teorizador evolucionário*” (Foss, 1991, p. 67).

A interpretação de Foss (1991) pode ser compreendida pelas inspirações spencerianas de Marshall no caso de suas teorizações sobre a firma. Afinal, é neste contexto que o autor elenca sua interpretação de um Marshall evolucionário. Já Reisman (1987) empreende em uma argumentação mais abrangente, alegando a percepção de Marshall sobre os processos graduais de

mudança e a retórica organicista. Porém, conforme visto, ainda que a temática evolucionária empreenda atributos teóricos em pontos específicos da contribuição marshalliana, ela não parece ser vislumbrada em seus propósitos de base; naquilo que se chamou de inquérito científico.

Conforme buscou-se evidenciar na análise anterior, a interpretação de Marshall como um pensador evolucionário parece transcender em exagero. Suas metáforas, quando presentes, não propõem um ferramental analítico em torno de uma lógica evolucionária, ainda que se reconheça a utilização de elementos teóricos pertinentes ao campo biológico (especificamente de inspiração spenceriana) (ver Moss, 1990 e Hodgson, 1993). Esta característica é fundamental na categorização do pensamento de Marshall, principalmente quando se contrastam suas contribuições com a perspectiva vebleniana. Portanto, é argumentável não só sua não adesão a um inquérito científico evolucionário, como sua característica afável ao inquérito econômico tradicional (pré-evolucionário) (ver, Glassburner, 1955; Mattos, 2010; Groenewegen, 2007).

Portanto, na sequência deste trabalho, para que se possa compreender a viabilidade destas ideias evolucionárias em Marshall, mesmo em uma concepção de inquérito divorciada deste objetivo, recorreremos a uma análise em contraposição com Veblen. É justamente nesta distinção de proposições à teoria econômica que se faz rico o diálogo entre estes pensadores sobre este tema. Sendo assim, para o que se constrói na sequência, se apresenta como pertinente o questionamento acerca de quais teriam sido as incorporações evolucionárias destes pensadores em suas respectivas divergências de inquérito e de influências na matriz evolutiva.

### **5.1. Teorias Evolucionárias e Teorias Econômicas: As Influências de Darwin e Spencer em Veblen e Marshall**

Em sua fértil concepção evolucionária, Veblen contribui não só com a crítica à teoria econômica tradicional – ponderando sobre suas características anacrônicas e desconexas das demais ciências sociais – como também oferece alternativas. Já em 1899, Veblen publica uma de suas mais célebres obras, *The Theory of Leisure Class*, que o consolida como um dos economistas mais influentes de seu tempo em território norte-americano (Rutherford, 2011). Deve-

se mencionar que esta atenção ascende não só pelos méritos e ineditismos de sua obra, mas também pelo desconforto e descontentamento gerados por sua leitura da origem e da funcionalidade do *status quo* social (Cavaliere, 2009)<sup>72</sup>.

Através de sua escrita ácida, Veblen ([1899] 2009) se utiliza de um contar regressivo da história, buscando pelos elementos que compõem as características do comportamento humano em uma sociedade estratificada. Logo, em sua gênese teórica, Veblen já se demonstra aberto ao diálogo com a temática histórica e antropológica de seu objeto de estudo. Naquele momento, regredindo até o período por ele apresentado como “selvageria pacífica”, Veblen apresenta os primeiros traços de uma ascensão da estratificação social<sup>73</sup>. Segundo o autor, daquele momento em diante, os processos sociais se destacariam na busca pela distinção e, em consequência, pelo nascimento do “barbarismo”. Sendo assim, conforme destacam Camic & Hodgson (2011), é importante frisar que Veblen objetiva nesta apresentação, a construção de uma teoria econômica que compreende o indivíduo como imerso em seu próprio processo histórico. Portanto, Veblen vê como fundamental a regressão da análise econômica aos princípios da organização social, pois entende que suas características atuais são resultado do processo de causação cumulativa que naquele momento se originaram (ver Dugger, 2006 e 1979).

É neste ponto que Veblen se destaca pela teorização institucional, compreendendo que o indivíduo em sua socialização apresenta o compartilhamento de hábitos (ver Dugger, 1979)<sup>74</sup>. Através deste

---

<sup>72</sup> Desde já, deve ser salientado que os ímpetus críticos das teorias de Veblen e Marshall não comporão esta seção. Aqui o propósito é a devida ligação entre estes autores e suas respectivas influências evolucionárias.

<sup>73</sup> Conforme comentado anteriormente, as demarcações temporais dos trabalhos de Veblen cedem papel de relevância às suas influências antropológicas, com destaque às nomenclaturas de *Ancient Society* (1877), de Morgan. Sendo cronologicamente compreendidos como: baixo, médio e alto status de selvageria, baixo, médio e alto status de barbarismo e, finalmente, o status da civilização (sendo este último representado pela criação do alfabeto fonético e da ascensão da escrita até o tempo presente) (Simiqueli, 2016).

<sup>74</sup> A teorização institucionalista, pautada no entendimento dos hábitos demonstra a forte ligação e influência de Veblen em relação ao já mencionado pragmatismo clássico. Esta influência se caracteriza como base fundamental do pensamento vebleniano junto de uma epistemologia evolucionária, pois empreende importante papel na unificação de um corpo teórico pautado em um processo de causação cumulativa (evolucionário). Neste sentido, o pragmatismo clássico apresenta-se como referência ímpar, principalmente em seu papel de precursor dos estudos psicologistas em um momento pós-darwiniano (ver Landsman, 1957; Edgell & Tilman, 1989).

compartilhamento criam-se pensamentos e costumes institucionalizados, dando origem às características fundamentais do comportamento humano em sociedade. Com base nestes elementos é que Veblen ([1899] 2009) especifica em recorte seu objeto de estudo, elencando a ascensão da “classe ociosa” – a classe desvinculada do processo produtivo – à gênese destas instituições bárbaras de busca pela distinção<sup>75</sup>.

Ainda que inicialmente evidenciados seus esforços evolucionários naquela obra, Veblen os ecoa em recorrência em suas demais contribuições. Uma vez que a totalidade das obras veblenianas não podem aqui ser trabalhadas, é trazida atenção ainda àquelas contribuições que se demonstram úteis para a comparação com o caso marshalliano a ser explorado na sequência: sua análise da empresa de negócios, em *The Theory of Business Enterprise*, de 1904; e seu exame acerca do estado da arte industrial, em *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts*, de 1914. Nestas obras Veblen apresentará elementos que nos levam a reflexão acerca dos antagonismos presentes na mentalidade de mercado e no interesse de provisionamento, bem como nos dá insumos para a identificação dos processos (evolução) que dão origem à indústria (Veblen, [1904] 2017; [1914] 2018). Mais uma vez, frisam-se as imperativas conexões das teorizações de Veblen com importantes aspectos da antropologia e da incipiente psicologia, assim como já evidenciado em sua obra prima de 1899.

Especificamente em sua contribuição de 1904, Veblen exhibe o papel dicotômico da empresa, uma vez que apresenta uma faceta industrial, voltada ao provisionamento, e uma faceta gerencial, voltada aos negócios (Veblen, [1904] 2017). Segundo Veblen, esta característica dicotômica desenvolve-se no processo histórico (evolução) do capitalismo e demonstra-se como imperativa na delação da desconexão dos ímpetus deste sistema produtivo com os propósitos do sistema econômico (provisionamento social). Uma vez que a empresa, direcionada pelo seu propósito aos negócios, volta-se à busca pelo lucro, seu

---

<sup>75</sup> Veblen ([1899] 2009) apresenta a “classe ociosa” como a classe mais elevada e de maior prestígio na estratificação social. Esse nome é devido a uma de suas mais fundamentais características: seu afastamento de atividades laborais pertinentes à reprodução material e, portanto, ao provisionamento social. Esta classe utiliza-se do ócio e consumo conspícuo como ferramentas de sua distinção.

processo de produção passa a ser uma mera consequência da busca pelo acúmulo de capital (Dugger; 1980; Bush, 1979). Ou seja, através de suas reflexões nesta obra, Veblen apresenta a característica de dominância do aspecto “cerimonial” dos negócios (gerar lucros), em relação a sua finalidade “instrumental” (gerar provisionamento)<sup>76</sup>.

O contar da história de Veblen acerca deste processo antropológico é feito com maestria pelo institucionalista em sua obra de 1914. Naquela oportunidade, Veblen traça importantes paralelos entre a organização social e o provisionamento social. Através de método muito semelhante à sua obra sobre a classe ociosa, Veblen agora atenta-se à compreensão das características que viabilizam a incorporação do “barbarismo” nas formas de produção, chegando até o estado da arte industrial. Assim como em suas obras anteriores, Veblen ([1914] 2018) cede papel fundamental aos hábitos, afinal, estes fundamentam as instituições, entre as quais, o próprio sistema capitalista-industrial<sup>77</sup>. Portanto, é nestes termos que constrói seus argumentos evolucionários na culminação dos processos econômicos.

É inegável que a teoria vebleniana respira um paradigma evolucionário que explicita o caráter darwiniano através das contradições e da cumulatividade (ver, Dugger, 1988, 2006 e 1979; Hodgson, 1992 e 2004). Veblen utiliza-se desta construção epistemológica para estabelecer uma leitura processual da ciência econômica, compreendendo seu papel na realidade histórica, material e social. Portanto, pode-se argumentar que a lógica darwiniana aplicada à temática econômica por Veblen, fundamenta o seu ceticismo, atuando no sentido de desconstruir o propósito “naturalista” tão recorrente no pensamento econômico

---

<sup>76</sup> A dicotomia instrumental-cerimonial é recorrente na temática vebleniana, pois compreende parte fundamental dos entendimentos acerca da mudança institucional (evolução). Sua relevância e características, são bem apresentadas no debate contemporâneo através das contribuições de Bush (1987).

<sup>77</sup> Mais especificamente, Veblen apresenta as relações entre hábitos e instintos na concepção dos sistemas produtivos em sua tratativa histórica. De acordo com o institucionalista, atenção especial deve ser cedida ao instinto de trabalho eficiente (Instinct of Workmanship), o que vem a justificar o título da obra.

e antagonizando o entendimento de “equilíbrio natural das coisas” em relação às capacidades de organização econômica e bem-estar social<sup>78</sup>.

Diferentemente de Veblen, Marshall, mesmo utilizando-se da prerrogativa evolucionária, apresenta severa dificuldade na incorporação de seus elementos em sua composição metodológica e teórica. Sua epistemologia, em essência, parece permanecer em associações mecanicistas, delatando sua influência das ciências naturais e o interesse de continuidade da tradição econômica. Conforme aqui se argumenta, Marshall compunha um contexto bastante disciplinar da ciência econômica em seu sentido de maturação e sistematização por suas bases clássicas, mesmo que reconhecendo a demanda por reorganizações metodológicas (Blaug, 2016; Mattos, 2010). Portanto, a busca por elementos evolucionários em suas contribuições nos leva a resultados menos diversos do que no caso vebleniano<sup>79</sup>.

A ampla percepção e o exemplo de maior recorrência de uma contribuição evolucionária nos trabalhos de Marshall recaem em seu *Principles* (ver Hodgson, 1993; Reisman, 1987; Niman, 1991; Luz & Fracalanza, 2012)<sup>80</sup>. Esta obra materializa-se como uma das principais contribuições de Marshall, uma vez que seu processo de construção de ideias perduraram durante anos, principalmente

---

<sup>78</sup> Desde já, como combustível para instigação, fazem-se claras as relações do propósito darwiniano em Veblen e sua capacidade de estabelecimento de críticas à teoria econômica, tanto em seu sentido acadêmico quanto em seu sentido sistêmico. Conforme comentado, este senso crítico associado às absorções evolucionárias de Veblen e Marshall serão, de maneira dedicada, exploradas a seguir, não cabendo (literalmente) maiores desenvolvimentos nos empenhos aqui construídos.

<sup>79</sup> Ainda assim, conforme aqui se argumenta, a mescla entre uma perspectiva evolucionária e mecanicista será um elemento importante para a compreensão das contribuições de Marshall. Afinal, através desta concepção híbrida oriunda do spencerianismo, Marshall habilita-se a uma nova organização metodológica e teórica para a ciência econômica e suas proposições.

<sup>80</sup> Mais especificamente, pode-se argumentar que seu quarto livro compreende a parte fundamental das analogias biológicas, devido aos seus tratamentos referentes a firma. Conforme destaca a bibliografia, é justamente no contexto da firma em que Marshall estabelece *explicitamente* e em maior recorrência suas aproximações a uma lógica evolucionária. Neste sentido, atenção também poderia ser elencada em relação à sua outra grande obra *Industry and Trade* (Marshall, [1919] 2013). Porém, naquela oportunidade, o próprio Marshall a coloca como uma obra suplementar ao seu *Principles*. Quando apresenta o “lema” de sua obra de 1919, Marshall o qualifica da seguinte maneira: “*This motto supplement the motto of my Principles...*” (Marshall, [1919] 2013, p. 7). É neste sentido e pela necessidade de recorte, que aqui opta-se em focar em sua grande obra de 1890. Ainda assim, evocações ao seu *Industry...* se farão presentes adiante nesta mesma tese, pois esta suplementação apresentada por Marshall, também ecoa considerações importantes de sua concepção econômica em um sentido evolucionário.

pela característica autocrítica de seu autor, conforme aponta Keynes (1925). Em sua concepção, logrou êxito no campo econômico, tornando-se um dos principais livros base desta ciência pelos anos seguintes (Pigou, 1925).

Conforme se constata em vasta bibliografia, as bases do pensamento marshalliano repousam na retificação de ideias tradicionais da ciência econômica (ver, Mattos, 2010 e Groenewegen, 2007). Parte significativa destas retificações vinculam-se, de modo argumentável, à busca pela incorporação dinâmica e pela analogia orgânica (ver Reisman, 1987, em especial seu capítulo VII). Desse modo, o aspecto de maior dificuldade em entendimento quando analisa-se Marshall e suas intenções evolucionárias, é a compreensão acerca das vias pelas quais se viabilizaram as sobreposições entre mecanicismo e evolucionismo (ver Hodgson, 1993; Niman, 1991; Aspkr, 1999). Neste sentido, algumas tratativas de seu *Principles* devem ser evidenciadas.

Em seu livro quatro, apresentando as aproximações de uma diferenciação orgânica na organização industrial, Marshall ([1890] 2013) coloca em evidência clara sua apreciação e aproximação com as ideias de Spencer. Na argumentação ali construída, se evidencia a ideia de que a mudança industrial ocorre da homogeneidade para a heterogeneidade em um claro sinal de progresso, compreendendo as características da diferenciação e da integração neste processo (Marshall, [1890] 2013, p.200-205)<sup>81</sup>. Sobre este aspecto, Luz & Fracalanza (2012) sinalizam a ideia de um princípio de continuidade, representando pela lógica incremental de mudança que, portanto, além de teleológica, é não disruptiva. É com estes traços que Marshall parece apresentar sua concepção de crescimento “orgânico” contínuo<sup>82</sup>.

Complementarmente, quando Marshall ([1890] 2013) aplica a análise deste processo em termos relativos, utiliza-se do princípio da substituição<sup>83</sup>. Com

---

<sup>81</sup> Sobre este ponto, conforme destacado por Hodgson (1993, p.410): “*Marshall sees an analogy between the subdivisions of functions and organic differentiation in nature and similar phenomena in industry. Here the influence of Spencer is abundantly clear*”. Neste sentido, deve-se lembrar também as influências lamarckianas que transbordam através das bases spencerianas absorvidas por Marshall.

<sup>82</sup> Mais uma vez, deve-se frisar que, assim como em Spencer, para Marshall, “evolução” e “progresso” detêm o mesmo significado.

<sup>83</sup> Aqui deve-se chamar atenção ao fato de em seu *Industry and Trade* ([1919] 2013) Marshall evoca a semântica de um “progresso cumulativo”. Entende-se que esta associação à

este princípio, entende-se a racionalidade como auxiliar da ação humana na escolha entre diferentes alternativas. Dada sua matriz teórica, por óbvio, a melhor alternativa é aquela que leva seu agente à escolha maximizadora de sua utilidade (Marshall, [1890] 2013). São nestes termos que Marshall adere ao cálculo diferencial como ferramental analítico da observação da mudança em termos relativos e, conseqüentemente, à mensurabilidade dos fenômenos econômicos (Marshall, [1890] 2013; Hodgson, 1993; Reisman, 1987).

Estas ideias são melhor compreendidas em Marshall quando retomados os aspectos fundamentais de sua influência spenceriana, que repousa na distinção entre as leis fundamentais e leis fenomênicas (ver Luz & Fracalanza, 2012). Conforme visto, a imperatividade das leis físicas (fundamentais) sobre as leis fenomênicas, justificam a perspectiva marshalliana acerca da mudança não disruptiva e de direcionamentos específicos para sua finalidade (e.g. escolha ótima e equilíbrio). Afinal, os processos envolvidos nesta perspectiva de “evolução”, comporiam as leis fenomênicas regidas pelas leis fundamentais do mundo físico (Marshall, [1890] 2013; Luz & Fracalanza, 2012; Hodgson, 1993).

Desse modo, frente ao entendimento das viabilidades de uma lógica spenceriana de análise, o elemento do estranhamento oriundo da mescla entre perspectiva evolucionária e mecanicista cessa (ver Moss, 1990; Niman, 1991; Hodgson, 1993; Aspkr, 1999). Afinal, conforme aqui demonstra-se, a interpretação *sui generis* do processo evolucionário pela ótica de Spencer, permite a fusão destes elementos analíticos que, tradicionalmente, podem ser entendidos como antagônicos<sup>84</sup>. Desse modo, o caráter teleológico das interpretações spencerianas e, portanto, marshallianas, não significam mero

---

“cumulatividade” não se estabelece na leitura de um processo de mudança em seu sentido integral, mas sim em sua concepção de acumulação do conhecimento direcionado aos ajustes dos meios aos fins que, em essência, ainda se estrutura teoricamente no princípio da substitutibilidade (ver Glassburner, 1955 e Marshall [1919] 2013, em especial o capítulo dois de seu segundo livro). Assim, em essência, suas teorizações permanecem concentradas em uma ideia de substituição. Esta interpretação parece ser corroborada também por Hodgson (1993) e Luz & Fracalanza (2012).

<sup>84</sup> Conforme Aspkr (1999, p. 654) destaca, esta percepção se funde em Marshall de modo bastante amplo, baseando aquilo que o autor chama de “sua perspectiva sociológica”: “*Spencer was probably the sociologist that Marshall knew best, and he had Spencer’s books and kept them at his library where they were bound with a special cover*”.

elemento teórico, mas sim agem como pilar fundamental de uma estruturação epistemológica de resultados bastante específicos.

Neste sentido, Marshall parece apresentar paralelos do desenvolvimento de um organismo físico e de uma estrutura social, entendendo que este processo de desenvolvimento repousa na subdivisão de suas diferentes partes, ao mesmo tempo que aumentam as conexões entre elas. Como exemplo, rapidamente visitando o capítulo VII de seu sexto livro, Marshall ([1890] 2013) retoma a ideia da diversificação industrial, bem como a diversificação de seus insumos componentes (divisão da mão de obra, especialização da maquinaria etc.). Segundo o autor, é desta ideia de diversificação e seletividade que emerge o progresso<sup>85</sup>. É justamente através desta lógica que Marshall insinua o estado da arte da indústria inglesa como a expressão de um fim processual da evolução da sociedade, que se iniciou em seu estado primitivo e culminou na revolução industrial. Portanto, explicitando, mais uma vez, a associação entre evolução e progresso. Esta leitura parece ser ratificada por Moss (1990), Hodgson (1993) e Luz & Fracalanza (2012).

Neste ponto, é importante termos em mente o argumento de Marshall ([1890] 2013, p. 200 [grifo meu]) sobre a “unidade fundamental” entre as analogias orgânicas, físicas e industriais.

Esta unidade central é estabelecida na regra geral, à qual não há muitas exceções, de que **o desenvolvimento do organismo, seja social ou físico, envolve uma crescente subdivisão de funções entre suas partes separadas, por um lado, e, por outro, uma conexão mais íntima entre elas**. Cada parte se torna cada vez menos autossuficiente, depende cada vez mais de outras partes para seu bem-estar, de modo que qualquer desordem em qualquer parte de um organismo altamente desenvolvido afetará outras partes também.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> É nestes termos que Marshall constrói seu paralelo da organização da firma e suas “capacidades evolucionárias”. Mais especificamente, pelas palavras do autor, temos: “*We must call to mind the fact that the struggle for survival tends to make those methods of organization prevail, which are best fitted to thrive in of business their environment; but not necessarily those best fitted to benefit environment, unless it happens that they are duly rewarded for all the benefits which they confer, whether direct or indirect. And in fact this is not so. For as a general rule the law of substitution-which is nothing more than a special and limited application of the law of survival of the fittest-tends to make one method of industrial organization supplant another when it offers a direct and immediate service at a lower price*” (Marshall, [1890] 2013, p. 495 [grifo meu]).

<sup>86</sup> Traduzido pelo autor a partir de ([1890] 2013, p. 200 [grifo meu]): *This central unity is set forth in the general rule, to which there are not very many exceptions, that the development of the organism, whether social or physical, involves an increasing subdivision of functions between its*

Conforme apresentado anteriormente, esta perspectiva coloca Marshall em íntimo contato com a perspectiva spenceriana.

Para melhor compreender este ponto da perspectiva evolucionária de Marshall, mantenhamos em mente esta ideia de diversificação e voltemos a visitar seu quarto livro, especificamente em seu capítulo XIII, onde o autor apresenta sua famosa analogia de que a “indústria seria uma floresta e as firmas seriam as árvores” (Marshall, [1890] 2013)<sup>87</sup>. Naquela oportunidade, Marshall esboça ideias que associam a vivência dos negócios às analogias biológicas, dando a entender que se trata também de um mecanismo associado à seletividade através da incorporação de variações e adaptação (ver Possas 1990).

Porém, de modo bastante emblemático e, mais uma vez, fomentando ideias aparentemente antagônicas à perspectiva evolucionária, Marshall “poda sua floresta” partindo para a sua concepção daquilo que ficaria imortalizado em sua literatura como a “firma representativa”. Conforme destacam seus comentadores, se observa que a firma representativa apresentada por Marshall naquele momento, compõe o espectro imaginário do autor, não se propondo a ser uma firma tipicamente componente daquela indústria (Luz & Fracalanza, 2012; Hodgson, 1993). Assim como argumentam Luz & Fracalanza (2012), parece se fazer possível a concepção de duas perspectivas para a lógica industrial de Marshall: aquela que se propõe como populacional, sendo

---

*separate parts on the one hand, and on the other a more intimate connection between them. Each part gets to be less and less self-sufficient, to depend for its wellbeing more and more on other parts, so that any disorder in any part of a highly-developed organism will affect other parts also”.*

<sup>87</sup> Quando Marshall está voltado a comentar os aspectos da dinâmica industrial, mais especificamente sobre a sobrevivência, “saúde” e perpetuação das firmas, faz sua clássica referência à floresta: “[...] we may read a lesson from the young trees of the forest as they struggle upwards through the benumbing shade of their older rivals. Many succumb on the way, and a few only survive; those few become stronger with every year, they get a larger share of light and air with every increase of their height, and at last in their turn they tower above their neighbors, and seem as though they would grow on for ever, and for ever become stronger as they grow. But they do not. One tree will last longer in full vigour and attain a greater size than another; but sooner or later age tells on them all. Though the taller ones have a better access to light and air than their rivals, they gradually lose vitality; and one after another they give place to others, which, though of less material strength, have on their side the vigour of youth” (Marshall, [1890] 2013, p. 263).

exemplificada pela analogia da floresta, e aquela que se propõe como tipológica, fundamentada nas ideias de Marshall<sup>88</sup>.

Logo, já em sua concepção, viabiliza-se que esta firma representativa apresente características inorgânicas e mecanicistas. Conforme aponta Hodgson (1993) esta ideia de firma é compatível com a lógica reducionista da teoria marshalliana que corrobora a análise de equilíbrio em um cenário de sua “organicidade” que respeita as já comentadas características de continuidade e substituição<sup>89</sup>. Mais do que isto, destaca-se ainda que, em mesma proporção que esta ideia afasta Marshall de qualquer propósito darwiniano, o aproxima de Spencer.

Desse modo, ainda que não se possa aqui explorar a totalidade das contribuições de Veblen e Marshall, importantes distinções puderam ser introduzidas. Veblen, além de estruturar um corpo teórico pertinente à temática evolucionária, o faz baseado em sua influência darwiniana de variação e descendência em um processo de cumulatividade. Marshall, ainda em forte estruturação mecanicista, viabiliza aproximações com o campo orgânico através de sua influência spenceriana de continuidade e substituição, sendo imperativa a idealização de uma finalidade teleológica.

Finalmente, o leitor atento também pôde perceber implicações importantes destas distintas inspirações evolucionárias em Veblen e Marshall. Estas implicações, sugerem a necessidade de uma leitura crítica sobre os aspectos componentes de uma teoria evolucionária na ciência econômica, principalmente atentando às finalidades de uma estruturação argumentativa

---

<sup>88</sup> Conforme comentado anteriormente, esta lógica de raciocínio associado a uma tipologia está fundamentada na lógica do essencialismo aristotélico. É justamente nesta lógica que a firma representativa de Marshall parece se construir num ideário tipológico (imaginário, ideal, etc.). Ainda que se proponha a lógica marshalliana como evolucionária, essa característica é anti-darwiniana em sua essência. Portanto, mais uma vez, é elemento que parece reforçar sua base spenceriana de evolução. Paralelamente a esta discussão, Possas (1990) apresenta algumas considerações importantes que visam elaborar a tratativa marshalliana da firma sobre uma perspectiva schumpeteriana. Neste esforço, mais uma vez, a complexidade da tratativa marshalliana em relação às interações estáticas e dinâmicas são evidenciadas.

<sup>89</sup> Neste ponto é destacar o contexto do surgimento desta analogia. Marshall se debatia o célebre "dilema de Marshall", ou seja, como conciliar sua compreensão aguda das vantagens da economia de escala, com a necessidade de preservar a ideia da concorrência perfeita. Ora, as economias de escala levariam à concentração da indústria e, portanto, à eliminação das virtudes da concorrência perfeita. Assim, surge a analogia com a floresta, ou um ciclo de vida natural das firmas que nascem, crescem e morrem. Ou seja, a ideia aqui de uma adequação cerimonial em torno da ideia do equilíbrio competitivo

sobre Economia Política. Como esta análise impõe-se em escopo e complexidade, é promovida na sequência desta tese. Até lá, mantenhamos em mente as associações que aqui buscaram se evidenciar entre Veblen e Darwin e entre Marshall e Spencer.

## **5.2. Atribuições e Implicações das Especificidades Evolucionárias de Veblen e Marshall**

É justo que o leitor questione o papel de relevância da influência evolucionária destes autores no que até aqui se apresentou em relação à ascensão do pensamento econômico. Afinal, de que modo Veblen e Marshall, munidos de suas respectivas contribuições, constroem um ponto nesta concepção histórica das ideias econômicas? É justamente na resposta desta questão que se fazem relevantes as diferenciações destes autores. Para além de mera divergência advinda de um contexto fértil de ideias, em suas distinções evolucionárias também se apontam importantes elementos lógicos referentes a tratativas de problemas crônicos da teoria econômica<sup>90</sup>. Naquele contexto, argumentar a defesa de uma abordagem evolucionária no pensamento econômico não significava adesão ao mero furor de uma época, mas sim objetivava a adequação de um modo de se pensar a economia<sup>91</sup>.

O que aqui se busca argumentar é que a idealização de uma teoria econômica evolucionária possibilita não só uma melhor compreensão dos processos de mudança, como também viabiliza a superação das limitações animistas e teleológicas (ver Luz, 2009 e 2013). A capacidade de compreender a ciência econômica através dos processos de mudança exige a incorporação

---

<sup>90</sup> Esta afirmação faz referência ao período do fim do século XIX que, em sua efervescência de ideias, já apresentava demandas importantes para a teoria econômica, tanto em seu sentido acadêmico quanto em seu sentido político. Dentre estas demandas, destacam-se os questionamentos acerca da “eficiência mercadológica”, haja vista a ascensão dos oligopólios industriais e da insistência da pobreza e da desigualdade, bem como a necessidade da melhor compreensão dos processos econômicos em seu sentido dinâmico. Em grande medida, estas questões serão centrais para formar a base do pensamento institucionalista (ver Rutherford, 2011).

<sup>91</sup> Em alguma medida, é nestes termos que repousam as apresentações feitas anteriormente, em que se destacam e ratificam as influências de Darwin e Spencer em Veblen e Marshall, respectivamente.

óbvia de uma inspiração evolucionária. Já a capacidade de superar estas limitações epistemológicas, é o trunfo do olhar e aplicação atentos de uma inspiração evolucionária de base darwiniana. Afinal, Darwin funda em sua tratativa evolucionária o antagonismo às ideias essencialistas de finalidade teleológica, imputado a causa eficiente da cumulatividade no âmago de suas teorizações (Luz, 2009)<sup>92</sup>.

É justamente nestes termos que aqui se utilizam as contraposições entre Veblen e Marshall. Ao fim o que se desenha em claro, é a necessidade da característica disruptiva de uma concepção econômica evolucionária, assim como defendida por Veblen e, aparentemente, negligenciada por Marshall<sup>93</sup>. Portanto, Veblen teria empregado uma ciência econômica evolucionária em seu completo sentido de potencialidades, enquanto Marshall em seu “reformismo com intenções evolucionárias” restringiu-se às limitações do inquérito científico de uma economia tradicional já consolidada e inflexível a mudanças radicais<sup>94</sup>.

Para Veblen o entendimento da ciência econômica pela ótica de um processo evolucionário seria disruptivo justamente por viabilizar a superação dos gargalos epistemológicos desta ciência, dentre os quais se elencam os recorrentes atributos de vertente animista e as constantes ideias teleológicas de finalidade antecipável e inquestionável. Neste sentido, desde seus trabalhos

---

<sup>92</sup> Luz (2009) apresenta esta distinção da contribuição darwiniana como um dos méritos do propósito revolucionário de seu pensamento. De acordo com o autor, “*na perspectiva darwiniana a explicação teleológica não faz sentido para a compreensão dos eventos do mundo natural. Desta forma, as regularidades observadas e mesmo a transitória adequação dos seres vivos ao meio-ambiente (fitness) só podem ser compreendidas como resultado de um longo processo histórico e cumulativo de mutações, hereditariedade e seleção pelo meio. Nesse sentido, Mayr (2006) destaca que a ideia de progresso e perfeição como fim teleológico dos processos orgânicos foi duramente atingida pela lógica do pensamento darwiniano*” (Luz, 2009, p.16, [grifos meus]). Sendo que, como transbordamento claro às teorizações do campo humano e social, este direcionamento do pensamento científico traz grande influência: “*nesse sentido, a cumulatividade darwiniana compreende que resultados complexos podem ser explicados em termos de uma sucessão detalhada de eventos a partir de uma acumulação de mecanismos causais eficientes. Desta forma a cumulatividade aparece como um elemento essencial, pois revela a sequência de relações causais eficientes como processo histórico*” (Luz, 2009, p. 17).

<sup>93</sup> Somada a esta concepção do processo evolucionário em seu contexto nas ideias econômicas, pode-se ainda retomar Polanyi. De acordo com o autor, “[*e]m parte alguma a filosofia liberal falhou tão flagrantemente quanto em compreender o problema da mudança. Inflamada por uma crença emocional na espontaneidade, a atitude de bom senso perante a mudança foi descartada, em favor de uma disposição mística a aceitar as consequências sociais do aprimoramento econômico, fossem quais fossem*” (Polanyi, [1944] 2021, p. 87).

<sup>94</sup> Aqui o termo radical deve ser compreendido em seu sentido de “raiz”.

iniciais, Veblen (1898a; 1899a; 1899b; 1900;) teria percebido que estes limitantes, para além de meros elementos de discordância entre intelectuais de seu tempo, ocupam espaço também como vetores de divórcio da teoria econômica com as demais ciências sociais e humanas (ver Veblen, 1989). É nestas bases, e somente nelas, que a associação de uma teoria econômica com o processo de causação cumulativa consegue empreender uma ciência econômica compatível com o supracitado preâmbulo sobre o discurso econômico: com capacidade de análise processual e desvinculada de sua matriz errática e anacrônica.

### **5.2.1. O Mérito de Uma Epistemologia Evolucionária (Darwiniana) Vs. Implicações do Evolucionismo Teleológico (Spenceriano)<sup>95</sup>**

Retomando sua trilogia acerca das preconcepções econômicas, Veblen (1899a; 1899b; 1900) deixa claro que o fio condutor de suas críticas repousa nos elementos animistas e teleológicos. Sua varredura na história do pensamento econômico apresenta o foco nestes elementos epistemológicos que, no caso da teoria econômica, tem sua gênese em tempo e contexto específico das ideias e é, posteriormente, anacronicamente carregado na cumulatividade do conhecimento desta ciência. Portanto, Veblen compreende o papel animista e teleológico nas concepções clássicas, não no sentido de corroborá-las, mas no sentido de lhes reconhecer no senso científico daquela época<sup>96</sup>.

De acordo com Veblen (1898a), a crítica do anacronismo associado à estas ideias, é direcionado àquelas contribuições econômicas pós-darwinianas que permaneceriam divorciadas da ideia de causação cumulativa. Segundo o institucionalista, vislumbram-se nas contribuições de Darwin a percepção faltante à lógica econômica na compreensão de seus processos (Veblen, 1898a). Conforme destacado anteriormente, é justamente a incorporação do fenômeno da cumulatividade que cessa com os princípios teleológicos, na

---

<sup>95</sup> Para a análise aqui proposta, se entende como ponto pacífico as influências de Darwin e Spencer em Veblen e Marshall respectivamente, conforme apresentado anteriormente. Ainda que alguns pontos sejam retomados neste sentido, esta seção não objetiva regressar àquela discussão, mas sim projetar as implicações e consequências das constatações lá já identificadas.

<sup>96</sup> Ainda assim, é importante notar que Veblen faz esta leitura compreendendo os diferentes papéis destes elementos epistemológicos nos diferentes pensadores da economia (ver, Veblen, 1899a; 1899b; 1900).

medida em que rompe com a perspectiva antecipável e inclui a história (passado) em suas ponderações. Portanto, o caráter darwiniano de sua percepção evolucionária (processo cego de causação cumulativa) é requisito e atributo fundamental de sua crítica. É nestes termos que Veblen (1900) argumenta sua insatisfação com aqueles que chama de neoclássicos, grupo no qual Marshall é importante expoente.

Em seu contexto de fim do século XIX e início do século XX, mesmo em reconhecimento à existência de vertentes distintas do pensamento econômico, Veblen encontra estes mesmos elementos de crítica. Aqui se traz atenção à leitura de Veblen sobre dois casos importantes nesta apresentação da imperatividade dos atributos animistas e teleológicos: (i) o historicismo alemão na figura de Gustav Schmoller, pela lógica idealizada da cultura e história alemã e seu sentido antecipável (ver Veblen, 1901); e, (ii) o pensamento marxiano/marxista, pela sua estruturação dialética de direcionamento revolucionário (ver Veblen, 1906 e 1907)<sup>97</sup>.

Em sua análise das contribuições historicistas, Veblen (1901) cede papel de destaque e admiração à observação do processo histórico, ainda que a critique pela ausência de um corpo teórico que a estruture e sistematize. Em sua leitura, Veblen coloca Schmoller na segunda geração de historicistas que, dentre outros atributos, apresentavam o ensejo de superação desta crítica (Veblen, 1901). Ainda assim, em sua interpretação, percebe Schmoller como forte adepto das incorporações teleológicas associadas à antecipação de seu objeto de estudo, principalmente através de sua recorrente utilização de qualificadores morais em processos econômicos. Desse modo, segundo Veblen, Schmoller acabou desenvolvendo suas considerações através de juízo de valor, desestruturando de forma severa a sua análise histórica de fenômenos sociais (Veblen, 1901)<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> É importante que seja frisada a característica mista destes autores na construção das ideias veblenianas. Conforme destacam Dugger (1879 e 1980) e Edgell & Tillman (1989), por vezes as influências de Veblen também se apresentam em suas considerações críticas. A seguir este elemento é retomado quando se traz atenção ao Veblen como “leitor atento” às divergências de uma concepção darwiniana.

<sup>98</sup> Veblen argumenta que Schmoller, ainda que em tentativa de superar seus antecessores, compartilhava com esses uma série de inspirações. Dentre estas inspirações, se destacam o romancismo alemão e o hegelianismo que, ainda segundo Veblen, seriam bases fundamentais

No caso marxiano/marxista, Veblen (1906; 1907) constrói sua crítica no elemento metodológico da dialética como força dinâmica dos processos históricos. Assim como no caso do historicismo, Veblen também se coloca como parcialmente afável às ideias marxianas, compreendendo-as como contribuidoras da crítica de uma estrutura econômica dissociada de sua finalidade do provisionamento social. Porém, ao olhar mais atento, percebe a incompatibilidade do método dialético com o processo de causalção cumulativa (Veblen, 1906). Conforme aqui argumentado, este elemento é caro às ideias veblenianas, na medida em que fundamenta consistentemente suas críticas ao pensamento econômico, bem como estrutura a totalidade de suas contribuições teóricas. Deve-se finalmente notar que, esta incompatibilidade é fruto da noção teleológica imputada no método dialético, sendo este compreendido pelo fluxo: tese, antítese e síntese (nova tese). Na leitura de Veblen, esta crítica transborda das contribuições marxianas para seus seguidores, os marxistas (Veblen, 1907)<sup>99</sup>.

Portanto, se faz repetitivo o argumento de que Veblen esteve sistematicamente imbuído da defesa de sua economia institucional evolucionária, pautada no processo cego de causalção cumulativa. Isto é verdade não só em suas recorrentes críticas à economia tradicional, mas também àqueles que a ela se apresentavam como alternativa. É nestes termos que Veblen buscou a superação das limitações animistas e teleológicas presentes na ciência econômica desde sua gênese, em mesmo sentido que viabilizou a análise do processo histórico na teoria econômica<sup>100</sup>. Mesmo que

---

desta perspectiva moralista da história alemã, bem como da teleologia empregada em suas teorizações (ver Veblen, 1901).

<sup>99</sup> Veblen dedica dois ensaios sequenciais à Marx e seus seguidores, publicados respectivamente em 1906 e 1907. Nesta tratativa, Veblen demonstra cuidado na distinção entre teoria marxiana e marxista. Ainda que compreenda esta distinção, reforça que seus apontamentos seguem perpetuados pelos seguidores de Marx (ver, Veblen, 1906 e 1907). Ainda assim, é importante lembrarmos que esta consideração não imputa uma aversão cega às considerações marxianas, pois conforme se constata na bibliografia, principalmente em Veblen (1891) e em seu último ensaio de ([1921] 1919), há o afago das antíteses socialistas em relação aos ímpetos capitalistas.

<sup>100</sup> Afinal, nos critérios explorados por Veblen (1898, p.375), era entendido que a ciência evolucionária era representada por "... a close-knit body of theory. It is a theory of a process, of unfolding sequence". Nestes termos, ficam ainda mais claras as suas divergências com os propósitos historicistas e marxianos/marxistas.

afável a perspectivas alternativas já conhecidas, Veblen manteve-se firme ao seu propósito de demonstração da incompatibilidade epistemológica do discurso econômico com seu grande campo das ciências sociais e humanas, delatando o afastamento de suas áreas correlatas.

Diferentemente do caso vebleniano, Marshall não estrutura comentários críticos aprofundados acerca da epistemologia econômica. Ainda assim, na fundamentação de suas ideias, na mesma medida que direciona convergências importantes na concepção de uma teoria econômica tradicional, unindo os esforços marginalistas ao consenso milliano, Marshall também apresenta algumas de suas reticências (ver, Marshall, [1872] 1925). Ao considerar os esforços marginalistas, Marshall elenca interpretações críticas diversas, majoritariamente voltadas a elementos interpretativos de Jevons sobre os trabalhos de Mill (Marshall, [1872] 1925). Além disto, neste esforço também fica evidente a ausência de qualquer discordância epistemológica em relação ao pensamento marginalista. A cabo, é justamente neste contexto de ideias que ascendem as concepções marshallianas que fundem atributos marginalistas e clássicos. É a partir desta fusão que se perpetuam e intensificam as preconcepções pré-evolucionárias na consolidação do pensamento neoclássico.

De outro lado de suas análises, quando Marshall ([1885] 1925; [1897] 1925) estrutura suas críticas àquelas vertentes propostas como alternativas à teoria econômica tradicional, seus apontamentos de aversão mostram-se mais incisivos em críticas. Segundo Marshall ([1897] 1925) os apontamentos críticos das vertentes historicistas direcionados à veia tradicional da teoria econômica dizem respeito não a uma inadequação, mas a uma omissão. Afinal, de acordo com o neoclássico, a incorporação de atributos históricos na ciência econômica não configuraria uma construção teórica em si, apenas o ensejo de uma conjectura dos processos econômicos. Portanto, segundo o autor, o historicismo não empreendia como uma teoria alternativa. Neste sentido, Marshall parece compreender o papel dos processos históricos na economia como mero adendos conjunturais às teorias econômicas, sendo assépticos na estruturação do pensamento desta ciência.

Já no caso de suas críticas ao pensamento socialista, Marshall ([1885] 1925; [1897] 1925) argumenta a desconexão destes pensadores aos achados da “substância econômica”, destacando o afastamento do pensamento socialista

às alegadas “leis econômicas”<sup>101</sup>. Afinal, é nesta ideia que repousa a perspectiva marshalliana de um *organon* econômico que possui bases largas nos atributos mercadológicos, naquilo que, conforme se apresenta adiante, Marshall chama de um mundo de negócios.

A relação de Marshall com a análise dos processos históricos é pertinente em apontar as diferentes formas e períodos de organização econômica. Porém, em mesmo sentido, direciona este processo à um entendimento de unidade (antecipável e, portanto, teleológica). Este entendimento é auxiliar a compreensão dos posicionamentos de Marshall tanto sobre o historicismo quanto sobre o socialismo. Apesar destes elementos se fazerem presentes na retórica marshalliana de diferentes formas e em diferentes passagens, pode ser observado quando Marshall ([1897] 1925, p. 299 [grifo meu])<sup>102</sup> comenta que:

A ciência social ou a história raciocinada do homem, pois as duas coisas são a mesma coisa, está trabalhando seu caminho em direção a uma unidade fundamental; assim como está sendo feito pela ciência física, ou, o que é a mesma coisa, pela história raciocinada dos fenômenos naturais. A ciência física está buscando sua unidade oculta nas forças que governam o movimento molecular: **a ciência social está buscando sua unidade nas forças do caráter humano**. Para isso toda a história tende; disso procede toda predição, toda orientação para o futuro.

Esta passagem é interessante, pois elenca a peculiaridade da tratativa histórica em Marshall em mesma medida que destaca – neste contexto – seus antagonismos com os propósitos socialistas e o “atual desenho” da sociedade

---

<sup>101</sup> Neste sentido, Reisman (1987, p. 123-136) traz importantes destaques em relação às objeções marshallianas sobre o socialismo, dentre as quais o caráter de aproximação aos antagonismos de Spencer. De acordo com o autor, “*Marshall's objections to socialism (which, it must be said, closely resemble those raised by Herbert Spencer) fall into four categories*”. Estas categorias são: (i) o entendimento de que os socialistas são sonhadores, utopistas e deslocados do conhecimento sobre uma vida de negócios; (ii) o entendimento de que os socialistas seriam normativos em relação aos indivíduos; (iii) o entendimento de que os socialistas não vislumbravam a relação entre liberdade individual e livre iniciativa; e, (iv) o entendimento de que os socialistas seriam disruptivos abruptos. Estas considerações são retomadas a seguir, mais uma vez elencando as aproximações destas interpretações de Marshall em relação à sua influência spenceriana e à promoção funcional de uma ideologia (neo)liberal.

<sup>102</sup> Traduzido pelo autor a partir de Marshall ([1897] 1925, p. 299 [grifo meu]): “Social science or the reasoned history of man, for the two things are the same, is working its way towards a fundamental unity; just as is being done by physical science, or, which is the same thing, by the reasoned history of natural phenomena. Physical science is seeking her hidden unity in the forces that govern molecular movement: social science is seeking her unity in the forces of human character. To that all history tends; from that proceeds all prediction, all guidance for the future”

contemporânea ao autor. Em essência, esta perspectiva o coloca, mais uma vez, em íntimo contato com uma perspectiva spenceriana

Portanto, diferindo fundamentalmente do caso de Veblen, não há em Marshall o propósito de superação epistemológica da ciência econômica, mas sim sua devida adequação metodológica e promoção de aproximações teóricas. Conforme aqui se argumenta, é justamente neste sentido que Marshall viabiliza a incorporação de uma lógica evolucionária de cunho spenceriano em sua análise mecanicista. Fundamentalmente, Marshall viabiliza a continuidade dos elementos epistemológicos da economia tradicional (especialmente da teleologia), mesmo que advogue, alegadamente, uma incorporação evolucionária. Esta constatação denuncia a funcionalidade de um pensamento evolucionário melhorativo no amadurecimento dos princípios mercadológicos.

Neste contexto, a influência spenceriana de Marshall se manifesta no sentido de reforçar estas bases epistemológicas em mesma medida que viabiliza uma análise evolucionária em seu sentido de equilíbrio<sup>103</sup>. Afinal, as considerações tradicionais do campo econômico, mesmo que com ressalvas, se estruturam na ideia metafísica de um mercado balizador dos interesses humanos. Estes interesses, uma vez que compreendidos pela expressão de uma utilidade marginal, são passíveis de direcionamentos teóricos amplamente pautados em elementos pré-evolucionários de análise. Nestas bases, se reforçam as ideias de um mercado mítico inquestionável e irreversível, capaz da autorregulação e gerência dos interesses econômicos<sup>104</sup>. Conforme aqui se argumenta, Marshall se utiliza destas ideias e parece as partilhar amplamente.

Conforme destacado nos esforços anteriores, não só em seus trabalhos críticos, mas também em seus empenhos teóricos, estes autores se fazem divergentes, quando ao olhar atento de suas inspirações evolucionárias. Afinal,

---

<sup>103</sup> Esta qualificação, mais uma vez, faz referência às relações com o universalismo físico na análise evolucionária de Spencer. Mais uma vez, é válido que se revise os comentadores que parecem convergir com esta leitura: Hodgson (1993), Luz & Fracalanza (2012) e Glassburner (1955).

<sup>104</sup> Aqui se explicita o resultado de uma concepção spenceriana de processo. Nesta lógica, os desdobramentos levam ao estado da arte do progresso. Compreender Marshall nos termos de um “mercado mítico inquestionável e irreversível” não implica em ignorar sua relação do autor com suas propostas de políticas normativas de assistência social e demais medidas de combate a pobreza, mas sim destaca como nem mesmo estes pontos impõe questionamentos à lógica de mercado.

suas composições teóricas são influenciadas por balizadores fundamentalmente distintos, principalmente na ideia de *adaptação* (Darwin) e *progresso* (Spencer). É especificamente nestes termos que se argumenta o mérito de uma construção *crítica* da teoria econômica no caso vebleniano, na mesma medida que se argumenta a implicação de uma construção *asséptica* na teoria econômica no caso marshalliano.

Retomando Veblen e revisitando sua Teoria da Classe Ociosa (1899), nota-se o uso de sua concepção de um processo de causação cumulativa no estabelecimento de um contar regressivo das transmutações institucionais (Veblen, [1899] 2009). Em seu objetivo, utilizando-se daquela já apresentada narrativa antropológica, apresentam-se a devida compreensão dos hábitos e instituições que fundamentam a estrutura social em suas características hierárquicas. Na perspectiva de Veblen, para além de mero fenômeno sociológico, esta estrutura argumentativa emerge como auxiliar à compreensão de uma série de outros fatores balizadores da estrutura econômica, como por exemplo, o modo de produção, as características de consumo, a acumulação, o exercício do poder, dentre outros elementos centrais à sociabilidade em seu sentido econômico.

Nesta obra, a ambição de Veblen, dentre outros elementos, parece ser representada pela devida “desnaturalização” do comportamento econômico. Afinal, em suas reflexões, Veblen ([1899] 2009) busca trazer luz às características da sociabilidade humana em seus diferentes estágios antropológicos, compreendendo justamente a cumulatividade de hábitos e instituições ao longo deste processo. Neste ínterim, além de apresentar uma estruturação rica para sua economia institucional, Veblen também possibilita a visualização de importantes elementos críticos à estrutura socioeconômica de seu tempo. Através de sua sistematização nesta obra, Veblen é explícito em sua argumentação acerca da perpetuação de hábitos predatórios criados e carregados desde os estágios iniciais do barbarismo<sup>105</sup>. Uma vez que esta lógica evolucionária é ponderada pela ideia darwiniana, se tem como ausente a ideia

---

<sup>105</sup> Simiqueli (2016) apresenta sua análise sobre esta obra vebleniana com o sugestivo título principal “Força e Fraude”, justamente destacando o traçado habitual apresentado Veblen em sua análise sobre a Classe Ociosa.

de progresso. Portanto, mais uma vez, se explicita que, em Veblen ([1899] 2009), o processo evolucionário desdobra-se de maneira não antecipável, representando uma característica adaptativa e cumulativa. Somente nestes termos exercita-se o olhar crítico do processo histórico: utilizando-se da contraposição entre este processo cumulativo e o propósito das instituições humanas.

É justamente neste sentido que se destaca a importância de serem observados os critérios balizadores desta crítica social em Veblen. Apesar de presente de diferentes modos e em diferentes obras do autor, seu trabalho *Theory of Business Enterprise* (1904) é aquele que se destaca pela apresentação de sua capacidade crítica, pois se direciona a um recorte prático de análise, comparável ao caso marshalliano a ser apresentado na sequência.

Neste esforço, Veblen ([1904] 2017) se dedica ao exame do emaranhado institucional voltado ao mundo dos negócios e ali identifica uma concepção habitual divorciada do processo produtivo e seus propósitos. De acordo com Veblen ([1904] 2017), na medida em que as empresas de negócios se voltam ao princípio do lucro e da acumulação (cerimonialismo), desvinculam-se da finalidade do provisionamento (instrumentalismo)<sup>106</sup>. Mais do que isto, para além de apresentar a desconexão entre estes elementos, Veblen demonstra também as suas incompatibilidades. Esta característica dimórfica ficará conhecida como a dicotomia cerimonial-instrumental, sendo a balizadora do ferramental analítico, tanto da análise das mudanças institucionais (evolução) ao longo do tempo, quanto de sua potencialidade crítica. Afinal, a empresa de negócios se adaptou a quê? No argumento de Veblen ([1904] 2017), ao propósito de acumulação e não de provisionamento social.

Passando para sua obra de 1914, Veblen se dedica à devida compreensão dos processos econômicos que resultam no estado da arte da

---

<sup>106</sup> A dicotomia cerimonial-instrumental explicita as facetas sociológicas (e não naturais) das instituições humanas. Utilizando-se como exemplo o caso em questão, temos a apresentação da dicotomia cerimonial-instrumental através da ideia de um sistema de provisionamento. Ao se compreender as instituições através de suas duas facetas, cerimonial e instrumental, somos aptos a compreender o sistema econômico em sua dicotomia: sua finalidade instrumental é o provisionamento, enquanto sua finalidade cerimonial são os demais fatores envolvidos neste processo. Portanto, na medida em que, por exemplo, a busca por lucros se sobrepuser à finalidade produtiva, haverá também uma sobreposição da finalidade cerimonial deste sistema em relação a sua finalidade instrumental de provisionar. Apesar do foco no caso aqui aplicado, deve se ter em mente que esta característica dicotômica está presente em todas as instituições humanas (ver Bush, 1987).

indústria de seu tempo (Veblen, [1914] 2018). Mais uma vez utilizando-se de seu traçado antropológico e pragmatista, Veblen especifica as combinações e conflitos de hábitos e instintos que fundamentam a atividade humana em seu sentido de provisionamento. Neste contexto, enquanto transpassa os diferentes estágios da organização social, deixa clara, mais uma vez, a ascensão das instituições bárbaras na estruturação do provisionamento social. Papel de destaque é cedido à ascensão da propriedade privada e da exploração humana como sua consequência imediata. Sendo assim, em consonância com seus apontamentos anteriores, Veblen ([1914] 2018) empreende, mais uma vez, argumentação crítica, porém, desta vez direcionada ao estado da arte industrial.

Esta obra de Veblen é central para a devida compreensão de seus apontamentos ao sistema econômico como uma unidade. Em seus esforços, Veblen deixa clara as mudanças institucionais que compõem, ao longo dos diferentes estágios humanos, o ímpeto da produção e provisionamento, principalmente através de sua exploração do conceito de “instinto do trabalho eficiente”. A partir desta identificação, Veblen ([1914] 2018) volta a demonstrar a adesão cumulativa de hábitos bárbaros na concepção institucional do sistema produtivo e da organização social. Resultado destes processos, apresenta em sua análise o fio condutor que transmuta a vivência humana do senso de comunidade produtiva para a competição exploratória; em resumo, em direção à intensificação dos propósitos cerimonialistas. Ao fundo, mais uma vez, tem-se o argumento de dissociação entre o atual sistema industrial e o princípio de provisionamento humano<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Em consonância a este estabelecimento crítico da dicotomia cerimonial-instrumental, também deve ser atentar ao caráter exploratório embebido neste sistema. Afinal, sua face cerimonial desenvolve-se fortemente no princípio emulativo que, em essência, baliza as distinções sociais e suas respectivas classes. Neste sentido, apesar de aqui se ponderar a importante relação da teoria vebleniana da dicotomia cerimonial-instrumental, as suas leituras acerca da dinâmica socioeconômica se desenvolvem de modo rico em diferentes empreendimentos analíticos: distinções de gênero e classes, papel da emulação e sua relação com o entendimento de “proeza” no mundo dos negócios, etc. (ver Simiqueli, 2016). Portanto, o antagonismo vebleniano em relação às concepções cerimonialistas da sociedade não dizem respeito à busca por uma tecnocracia, mas sim a um contraponto às instituições que submetem e subvertem a organização social em prol das diferentes formas de desigualdade. Estas considerações se fazem importantes, pois serão um fator bastante sensível na perpetuação das ideias institucionalistas de matriz vebleniana. Afinal, pode-se afirmar o processo de eclipse da crítica social institucionalista em meados do século XX.

Ao eco destas suas considerações, em 1921, Veblen volta-se à crítica da estruturação econômica através do sistema de preços (Veblen, [1921] 2019)<sup>108</sup>. Em seu raciocínio, Veblen aponta que esta institucionalidade intervém contrariamente ao princípio de provisionamento, na medida em que se direciona à lógica financeira dos negócios. Conforme a produção, comercialização e distribuição se voltam à alocação através de preços, o princípio de provisionamento passa a ser um interesse marginalizado. De acordo com Veblen ([1921] 2019), esta marginalização não figura somente como uma consequência despercebida, mas se desenvolve deliberadamente, na medida em que é corroborada pela lógica da *sabotagem* fomentada por este sistema de preços. Afinal, na medida em que a indústria se direciona à busca por lucros e está instituída em um mercado, as suas vantagens em termos de negócios se desenvolvem em sua capacidade de controlar o processo produtivo (próprio e de concorrentes) vis-à-vis a determinação de seus preços em níveis desejáveis (Veblen, [1921] 2019).

A “sabotagem” no sentido vebleniano, repousa na ideia de controle deliberado do processo produtivo com diferentes propósitos escusos. Conforme apresentado até aqui, importante elemento habitual do barbarismo parece se apresentar também nesta questão: o controle e a submissão do outro. A dinâmica a ser compreendida é relativamente simples: Veblen parte do entendimento consensual de que o propósito da empresa no contexto do capitalismo-industrial é o lucro. Este lucro, por sua vez, é fenômeno sujeito ao sistema de preços. Portanto, a produção “excessiva” leva a queda nos níveis de preços, assim como a produção em “qualidade não-questionável” afeta o volume de vendas. Ao fim, estes fenômenos têm como consequência a redução das margens de lucro. O ponto de Veblen neste exercício é explicitar que na instituição capitalista-industrial, os elementos balizadores da tomada de decisão dos capitães da indústria, implicam no direcionamento à sabotagem do sistema de provisionamento social.

---

<sup>108</sup> Este trabalho é composto pelo compilado de diferentes ensaios de Veblen. Estes ensaios foram originalmente publicados na *The Dial*, revista na qual Veblen desempenhou função de editor durante o ano de 1919.

Em essência, estas obras colocam Veblen em papel de destaque, frente aos apontamentos anteriormente trazidos aqui com base em Polanyi (Veblen, [1899] 2009; [1906] 2017; [1914] 2018; [1921] 2019). É importante que seja destacado o momento de contribuição de Veblen que pode apontar suas críticas e ideias à ciência econômica. Já naquela época fora apto a apresentar uma ciência econômica evolucionária, desvinculada de princípios animistas e evitando deliberadamente a fatalidade teleológica. Em mérito de seus feitos, fora também apto à devida observação da ascendente lógica de um mercado mítico e sua disfuncionalidade na operacionalidade econômica, principalmente devido ao seu claro divórcio com o princípio do provisionamento social. Neste último ponto, se faz imprescindível o entendimento da ciência econômica como uma ciência social, argumento que é de matriz genuinamente vebleniana. Portanto, na devida análise de Veblen e suas inspirações – das quais se destaca sua veia darwiniana – se desenvolvem os méritos de uma epistemologia evolucionária: uma análise processual e cumulativa<sup>109</sup>.

Na contraposição destas ideias, as principais contribuições de Marshall parecem se desenvolver de modo a corroborar as implicações animistas e teleológicas da gênese da ciência econômica, bem como dão papel de destaque ao florescimento do mercado mítico. Conforme aqui se argumenta, esta perpetuação se dá não de maneira despercebida, mas sim em acordo com a manutenção de um *status quo* da teoria econômica (ver Marshall, [1885] 1925). Conforme argumentado até aqui, diferentemente do caso vebleniano, nas contribuições de Marshall o propósito evolucionário não detém espaço significativo em seu inquérito científico. Ainda que, conforme pertinência, Marshall busque a aproximação de uma análise processual em suas contribuições, não o faz de modo a compor fundamentalmente uma epistemologia evolucionária, pois esta permanece relacionada aos já consolidados princípios utilitarista e mecanicista. Neste sentido, conforme visto, a compatibilidade entre uma perspectiva evolucionária com estes atributos epistemológicos é viabilizada através de uma concepção evolutiva bastante *sui*

---

<sup>109</sup> A percepção de um processo “cego” na cumulatividade vebleniana é ponto central. Afinal, de que modo o elemento que compõe a crítica social é imbuído de alterar esta cumulatividade? Esta questão se fará central na observação do pensamento institucionalista ao longo do século XX até sua retomada às raízes através do Institucionalismo Radical.

*generis*, pautada na influência de Herbert Spencer (ver Hodgson, 1993; Niman, 1991; Aspkr, 1999).

Esta constatação é importante de ser retomada, uma vez que destaca a dificuldade do estabelecimento de um fio condutor claro acerca das ideias evolucionárias em Marshall. Afinal, na medida em que esta influência é evocada conforme pertinência, não se apresenta através de uma estruturação sistêmica em suas argumentações (ver Niman, 1991)<sup>110</sup>. Ainda assim, conforme aqui se destaca, importantes elementos de análise se fazem relevantes, pois fundamentam e justificam importantes peculiaridades da teoria marshalliana – conforme apresentado nas reflexões anteriores. Neste sentido, os apontamentos sobre as inspirações spencerianas em Marshall demandam especial atenção, pois se constroem muitas vezes não de maneira explícita, mas implícita.

Em seu *Principles*, Marshall estrutura sua argumentação na ideia de que a existência de uma substância econômica é um fenômeno a ser explorado. Através deste seu entendimento é que emerge a possibilidade da sistematização de uma teoria econômica em torno de suas “leis” de funcionamento. Através destas ideias Marshall baliza sua concepção de um organismo econômico em um contexto de negócios, estabelecendo os “princípios econômicos” (*Principles*). Nas perspectivas apresentadas por Marshall, a sociedade estratificada por classes, a realidade empresarial e os propósitos mercadológicos não são questionados, nem em sua origem, nem em sua função. Pelo contrário, parecem ser justificados pela ideia de uma “naturalização” dos propósitos sociais e econômicos ali vividos. Esta constatação parece aproximar Marshall ([1890] 2013) de seus antecessores no objetivo de consolidação de uma ideia de ciência econômica de postulados mercadológicos universais.

---

<sup>110</sup> Niman (1991) parece trazer luz a esta questão do “uso conforme pertinência” da metáfora biológica na teorização marshalliana explicando sua incompatibilidade em gerar uma contextualização integralmente orgânica/biológica sobre seu objeto de estudo. Nas palavras de Niman (1991, p. 34): “*The biological metaphor assumed importance because it could be used to illustrate the dynamics underlying the process of compound evolution, a process that closely approximates real economic phenomena. If Marshall is to be found at fault, it is for his failure to conceptualize market processes in terms of compound rather than simple evolution. Marshall failed as a biologist by adopting a conception of markets that necessitated the elimination of biological agents from the framework. If Marshall had rectified this problem by creating a compound conception of market evolution, then biology might have won the day, and the subsequent development of economic analysis might have taken a different turn*”. Conforme Niman (1991) destaca na construção de seu argumento, esta concepção evolucionária de Marshall se dá em termos spencerianos.

Nota-se que, a partir desta ideia, impera a evocação de uma lógica interpretativa dos processos sociais e históricos que é amplamente convergente com o ideário spenceriano. Ao trazer sua interpretação da substância econômica e suscitar o estabelecimento de “leis econômicas”, Marshall ([1890] 2013, capítulos 2 e 3) traz não só uma ideia de “naturalização” do comportamento econômico em um contexto de negócios, mas a justifica como o estado da arte da organização econômica a ser compreendido e zelado. Nesta perspectiva, a compreensão e sistematização destas leis econômicas resultariam na devida adequação da vivência humana a esta experiência que teria logrado êxito na seletividade do processo histórico, representando o atual estágio do progresso humano.

Esta ideia fica clara em diferentes passagens dos esforços teóricos de Marshall ([1890] 2013 e [1919] 2013), mas se avultam em suas considerações sobre a organização industrial. Mais especificamente, quando exemplifica os êxitos da indústria inglesa na exploração deste sistema econômico em detrimento de outras experiências econômicas (ver Marshall, [1885] 1925; [1890] 1925; [1890] 2013; [1919] 2013). Nestas oportunidades, mais uma vez, Marshall demonstra sua perspectiva spenceriana de evolução, mencionando que em seu caminho orgânico, a indústria se move da homogeneidade incoerente para a heterogeneidade coerente<sup>111</sup>. Deve ser destacado, portanto, que este alegado processo orgânico da organização industrial, conforme já apresentado anteriormente, se dá em termos de progresso melhorativo e antecipável. É nestas bases que, segundo Marshall, podem se justificar os avanços industriais britânicos e seu êxito na intensificação de uma lógica de mercado em um

---

<sup>111</sup> Em seu *Industry and Trade*, Marshall evoca considerações sobre a organização industrial em termos muito próximos aos apresentados em seu *Principles*, inclusive elencando seu objetivo de análise da “evolução” da indústria, buscando compreender o *progresso* do avanço técnico industrial e sua relação com o comércio. Complementarmente, nestes esforços, Marshall busca trazer luz ao fenômeno da concentração de mercado e da monopolização industrial. Ainda assim, o faz em forte aderência e convergência à perspectiva mercadológica e liberal, não ambicionando a formatação de nenhum antagonismo. Pelo contrário, neste trabalho, em seu sentido majoritário, destaca as benesses de uma sociedade capitalista industrial em ascensão. Complementarmente, conforme destacado anteriormente, deve-se mencionar uma pequena adequação semântica por parte de Marshall neste trabalho que, em algumas ocasiões, refere-se a estes em termos de cumulatividade, ainda que o princípio da substitutibilidade ainda impere em seus entendimentos de mudança progressiva; “*cumulative progress*” [ênfase no “progresso”].

contexto de revolução industrial e hegemonia capitalista (ver Marshall, [1890] 2013; [1919] 2013).

Em mesma direção, podem ser observadas as considerações de Marshall ([1890] 2013, capítulos 2 e 3) sobre o papel da utilidade, do dinheiro e da racionalidade. Estes elementos também compõem a busca marshalliana pela sistematização de leis que fundamentam suas teorias. Mais especificamente, Marshall compreende que a utilidade, mesmo em sua subjetividade, demonstra-se como denominador comum dos desejos humanos. É na solução dessa subjetividade que Marshall identifica o papel do dinheiro, na medida em que representará a manifestação destes desejos através do dispêndio. Finalmente, Marshall conta também com a ideia da racionalidade humana como uma cola fundamental destes atributos na tomada de decisão dos indivíduos (Marshall, [1890] 2013).

Através desta construção, compreensivelmente, o leitor poderia induzir que a interação econômica pela perspectiva marshalliana, pelo menos neste papel da deliberação individual, apresenta-se como divorciada de elementos da sociabilidade. Afinal, em essência, o utilitarismo se propõe como um atalho a esta problemática. Porém, atentando à adesão de uma perspectiva spenceriana dos processos evolucionários, constrói-se um caminho para a suspeita de que, na verdade, esta lógica argumentativa remete à já conhecida relação entre “leis fundamentais” e “leis fenomênicas” (ver Luz & Fracalanza, 2012). Aqui, mais uma vez, ressurgem a noção de uma substância econômica que, mesmo frente a um significado obscuro, parece ser entendida pela sua “naturalização” e generalidade. Ou seja, pode ser argumentado que esta perspectiva não necessariamente ignora os elementos da sociabilidade, mas os compreende através de um encapsulamento teleológico fundamentado nas leis fundamentais (do mundo físico/natural), o que garantiriam, em tese, as leis fenomênicas (econômicas) em sua noção antecipável de mensuração e equilíbrio. Conforme anteriormente argumentado, esta perspectiva não nasce na teoria marshalliana, mas deste ponto em diante parece ser corroborada por esta influência spenceriana.

Estas ideias vão se desenvolver de forma fundamental e se farão caras à teoria de Marshall ([1890] 2013, p.79-82) na medida em que comporão sua ideia de demanda, através do princípio da utilidade marginal decrescente. Neste

ponto, mais uma vez se evidencia a dificuldade de Marshall em trabalhar no seu sentido processual, uma vez que esta análise parece se consolidar em uma noção estática de tempo, ou então, em uma noção de tempo que seja suficientemente curta para seu trabalho em uma perspectiva de estática comparativa. Algo semelhante se desenvolve em sua estruturação sobre as características de oferta que, deve-se mencionar, assim como no caso da demanda, também incorrem em severa assepsia, pois se demonstra determinada exclusivamente pela ideia de estrutura de custo (Marshall, [1890] 2013; [1919] 2013).

Na fusão desta noção de oferta e demanda é que se constatará o “santo graal” da teoria neoclássica: o equilíbrio de mercado. Este equilíbrio terá, no que aqui tenta se argumentar, o papel de representante máximo das ideias teleológicas destas teorizações. Afinal, a teoria marshalliana terá esta característica como seu suprassumo antecipável, sendo o mérito da observação da existência de uma substância econômica e da devida identificação de suas leis de funcionamento (ver Marshall, [1890] 2013, capítulos 2 e 3). É justamente nestes termos que o mercado detém papel fundamental nestas concepções, pois atua como o balizador dos processos econômicos, na medida que conecta indivíduos e interesses em suas diferentes fases e propósitos.

Neste ponto, é importante que seja dado um passo ao lado. De modo muito semelhante aos seus antecessores clássicos, Marshall também parece reconhecer os fatores limitantes de uma análise de equilíbrio. Mais especificamente, pode-se argumentar em Marshall ([1890] 2013) a presença de uma ideia alternativa à lógica do *laissez-faire*, uma vez que em passagens específicas de suas contribuições, organiza a discussão da pobreza e da geração do bem-estar através de intervenções específicas do Estado<sup>112</sup>. O ponto curioso desta análise repousa no fato de que, mais uma vez em contraposição às ideias veblenianas, elas não se apresentam em um sentido crítico. Ao menos não compõem uma lógica crítica à formatação do sistema econômico praticado

---

<sup>112</sup> Para considerações mais aprofundadas sobre as questões colocadas por Marshall em sua agenda social, ver Mattos (2011 e 2014).

e teorizado naquele momento<sup>113</sup>. Complementarmente, Marshall ([1907] 1925) ainda argumenta a necessidade da promoção das posturas “cavalheirescas” no comportamento individual, visando à superação das questões associadas à degradação humana, entre as quais, a própria pobreza.

Portanto, ainda que paralelas à idealização de equilíbrio, estas questões são vislumbradas como saídas aliadas ao mercado, na medida em que, por um lado, se entende essa atuação do Estado como auxiliar dos interesses desta entidade e, por outro lado, se utiliza da saída individual quando evocado o princípio cavalheiresco da ação humana.

Conforme argumentado, as implicações de uma incorporação spenceriana em Marshall residem, majoritariamente, em elementos implícitos de suas teorizações. Afinal, seu propósito se desenvolve no claro objetivo de manutenção da ideia de um mercado soberano e da análise de equilíbrio. É nestes termos que sua estruturação teleológica de um processo evolucionário passa a se fazer necessária. Afinal, estas preconcepções constroem-se como centrais para a concepção tradicional do pensamento econômico, conforme se fez destacado anteriormente. Neste sentido, qualquer forma de incorporação de uma análise processual (evolucionária) deve, necessariamente, respeitar estes atributos epistemológicos. Neste sentido, diferentemente do caso vebleniano, aglutina-se ao pensamento marshalliano os propósitos de uma teorização evolucionária spenceriana através da ideia de um processo melhorativo e de finalidade antecipável (equilíbrio).

Portanto, em Marshall assim como em Veblen, o pensamento biológico emerge como importante fornecedor de ideias à ciência econômica. Porém, uma vez que os argumentos marshallianos repousam na defesa da concepção tradicional do pensamento econômico, suas inspirações biológicas parecem se desenvolver de forma dimórfica e asséptica. Afinal, somente através de uma lógica evolucionária spenceriana se fariam viáveis as incorporações animistas de uma mentalidade de mercado e teleológicas de antecipação de equilíbrio.

---

<sup>113</sup> Afinal, ao que parece, o ponto central de Marshall em relação a pobreza reside na busca pelo rompimento com o círculo vicioso da degradação humana como um fenômeno pontual; como algo residual que perdura apesar dos méritos e superações do sistema econômico capitalista.

Sendo assim, ao incorporar esta influência, Marshall viabiliza a perpetuação das fragilidades apontadas por Polanyi e duramente criticadas por Veblen.

O resultante é a construção de uma teoria econômica que se desenvolve ausente de senso crítico em relação aos processos de seu próprio objeto de estudo. Afinal, a prerrogativa teleológica implica a devida designação dos propósitos econômicos a suas respectivas finalidades. Estabelecer crítica a estes processos seria antagonizar seu devido funcionamento. A cabo desta perspectiva, o que se desenvolve é a gênese de um pensamento estruturalmente asséptico que, não só ratifica padrões erráticos da perpetuação do discurso econômico, como fomenta o seu aprofundamento em direção de um mercado mítico. Para onde vai esta influência evolucionária?

### **5.3. Marshall e Veblen: Um Panorama de Questões Políticas e Sociais**

Esta seção não pretende ser uma apresentação biográfica. Ainda que aqui se busque elencar elementos pertinentes à devida compreensão das trajetórias de Veblen e Marshall, seus recortes são voltados aos seus posicionamentos em um sentido mais amplo de entendimentos políticos e sociais. Mais especificamente, busca-se aquilo que poderia se argumentar como um panorama destes pensadores em temas que se relacionam às suas contribuições acadêmicas. No recorte que se estabelece nesta busca, o objetivo é a coleção das distintas características que jogam luz às suas trajetórias na concepção de uma de uma lógica de assepsia crítica no caso de Marshall e na viabilidade da construção de uma crítica social no caso de Veblen.

Conforme argumentado na estruturação dos capítulos anteriores, para além de uma dissonância teórica do campo econômico, seus contrastes parecem também estar intimamente relacionados com as implicações das distintas incorporações evolucionárias de Darwin e Spencer. Neste sentido, mantendo os propósitos desta tese, são nestes termos que aqui também buscam-se analisar brevemente estes elementos.

#### **5.3.1. Alfred Marshall: Da “Tendência ao Socialismo” ao Eugenisimo**

No prefácio de seu *Industry and Trade*, Marshall confessa ter, em sua juventude, desenvolvido uma “tendência ao socialismo”<sup>114</sup>. Seu contexto e interesses neste período são auxiliares à compreensão do desenvolvimento desta “tendência”, na medida em que, durante os anos de 1860 – período de formação de Marshall – os círculos de *Cambridge Moral Sciences* contavam com diversas abordagens do Socialismo Cristão (Groenewegen, 2007). Fora neste período que Marshall teria desenvolvido interesse pela literatura socialista em seu sentido mais amplo, tendo contato com romances socialistas e com os trabalhos do socialismo utópico. Neste último caso, se destaca o socialismo francês nas figuras de Proudhon, Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc<sup>115</sup>.

Adicionalmente, também se menciona que Marshall teve seu contato com *O Capital* já em seu ano de lançamento, em 1867, tendo-o utilizado como ampla fonte histórica em seus estudos econômicos naquele período. Conforme destaca Groenewegen (2007), Marshall não se dedicou a leitura dos demais volumes editados por Engels, publicados em 1885 e 1894, respectivamente. No que tange à trajetória de Marshall, a contribuição marxiana só é retomada em seu *Principles* (1890), porém, já em tom de “refutação”, ainda que reconhecendo em Marx o sempre respeitável sentimento da simpatia com o sofrimento alheio (Marshall, [1890] 2013)<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Segundo as palavras do próprio Marshall naquela oportunidade: “*I developed a tendency to socialism; which was fortified later on by Mill’s essays in the Fortnightly Review in 1879. Thus for more than a decade, I remained under the conviction that the suggestions, which are associated with the word “socialism,” were the most important subject of study, if not in the world, yet at all events for me*” (Marshall ([1919] 2013, p. 9).

<sup>115</sup> Groenewegen (2007, p. 118) aponta que em seu interesse pela temática das reformas sociais, Marshall também teria estudado os clássicos alemães do século XIX: “*Marshall also appears to have studied some of the German classics of nineteenth century socialism to a degree, recalling later that an interest in what was practicable in social reform had encouraged him to do this reading. Marshall’s never completed 1870s manuscript on foreign trade (in Whitaker 1975, II pp. 37–42, esp. pp. 37–9, 41), for example, contains a discussion of Lassalle’s scheme for a federation of industries as a solution to the problem of commercial depression. Marshall praised this as a useful contribution to the subject, even if Lassalle in his view had failed to treat its many difficulties satisfactorily*”.

<sup>116</sup> Nas palavras de Marshall ([1890] 2013, p. 488): “*Marx’s sympathies with suffering must always claim our respect...*”. Conforme destacado na passagem que funda esta nota, é importante frisar que esta consideração se encontra em contexto de contra argumentação às teorizações de Marx, caracterizando-se como suavização da crítica de Marshall. Porém, conforme veremos adiante, Marshall empenha-se em outras vias para a problemática do “sofrimento” e da “pobreza”.

Do ponto de vista prático, esta “tendência ao socialismo” também pode ser rastreada no então jovem Marshall, como por exemplo, em seu envolvimento com os trabalhadores rurais de East-Anglian, de 1872 a 1874, advogando em palestras sobre seus direitos em se sindicalizar, ou então, na sua participação pontual em uma reunião do *Working Men’s Party* em uma viagem a lazer para Alemanha (Groenewegen, 2007)<sup>117</sup>. Nesta sua última experiência, entretanto, Marshall teria mencionado seu desconforto com as frequentes referências retóricas do capital como “um inimigo”. Portanto, já naquela época o neoclássico teria percebido estas considerações como uma visão equivocada acerca das virtudes do sistema capitalista-industrial. Sobre este ponto, Groenewegen menciona que (2007, p. 118-119):

Os males da luta de classes, combinados com mal-entendidos socialistas sobre o papel positivo do capital, foram as atitudes dos socialistas que acabaram levando Marshall a abandonar sua jovem tendência ao socialismo, para entrar nas avenidas de autoajuda da cooperação e na política do neoliberalismo<sup>118</sup>.

Estas considerações são pertinentes na medida em que pontuam Marshall em seu posicionamento sobre o capitalismo, especificamente na atuação do mercado como um balizador de interesses e promotor do bem-estar. Neste entendimento da perspectiva de Marshall, as deficiências e desigualdades do sistema econômico não seriam congênitas à sua operacionalidade, mas sim resultado da atuação de indivíduos em contextos e ações não virtuosas. Ao menos, é o que parece se desenvolver em suas considerações teóricas em diferentes trabalhos, mas em especial em *The Social Possibilities of Economic Chivalry*, de 1907.

---

<sup>117</sup> Groenewegen destaca que o período ao qual Marshall se diz recordar deste último acontecimento não é preciso e remete a algum momento entre os anos de 1869 e 1872. Nas palavras de Groenewegen (2007, p. 118): “*Marshall recalled later that earlier, sometime between 1869 and 1872, while on a holiday in Germany, he had attended a meeting of a ‘working-man’s party’ in Frankfurt at which the audience was orderly and disciplined, but where the speaker’s frequent references to capital as the enemy had annoyed him, because they were totally incorrect*”.

<sup>118</sup> Traduzido pelo autor a partir de Groenewegen (2007, p. 118-119): *The evils of class war, combined with socialist misunderstandings of the positive role of capital, were the attitudes of socialists which eventually led Marshall to abandon his youthful tendency to socialism, to enter into the self-help avenues of cooperation and the politics of neo-liberalism*.

Nas impressões retiradas de Marshall (1907), as mazelas econômicas dizem muito mais sobre os indivíduos do que sobre o sistema em si. Cabe aos indivíduos a devida ponderação em sua atuação econômica no sentido de criar um mundo melhor; um mundo cavalheiresco. Neste sentido, Marshall (1907) advoga contrariamente àquilo que entende como “o acúmulo desnecessário de grandes fortunas”, dentre outros fatores não honrosos de uma vida em sociedade num contexto de recursos escassos.

Desse modo, assim como o título de seu texto nos antecipa, Marshall vê nesta saída individual as possibilidades de uma economia mais justa. Recorrentemente trazendo paralelos entre o cenário do cavaleiro/cavaleiro de guerra e o tomador de decisão no mundo dos negócios, Marshall especifica a necessidade de um código moral honorífico que fundamente e balize uma sociedade mais justa. De acordo com Marshall (1907, p. 14), “*o cavalheirismo nos negócios inclui o espírito público, assim como o cavalheirismo na guerra inclui a lealdade altruísta à causa do príncipe, do país ou da cruzada*”<sup>119</sup>. É nesta toada que este trabalho de Marshall se direciona a apontar os perigos eminentes da adoção de “medidas coletivistas” que desvirtuariam estas responsabilidades particulares, direcionando-as ao Estado e à sua burocracia nociva à liberdade econômica.

Groenewegen (2007) destaca que esta mudança do pensamento marshalliano se desenvolve de forma gradual. Ainda que o próprio Marshall reconheça sua “tendência ao socialismo” em sua juventude, muito pouco disto permaneceu nas ambições políticas do velho Marshall. Em análise de suas correspondências, Groenewegen (2007, p.121), é enfático na conclusão de que “*sem dúvida não havia mais nenhuma tendência real ao socialismo em Marshall durante seu primeiro ano na aposentadoria da cátedra de Cambridge*”<sup>120</sup> – a saber, em 1909. Neste sentido, ainda que mantivesse suas considerações anti-imperialistas e antiguerra, Marshall se consolida como um liberal no sentido de defender o livre comércio e o livre empreendimento como princípios econômicos

---

<sup>119</sup> Traduzido pelo autor a partir de Marshall (1907, p.121): “*Chivalry in business includes public spirit, as chivalry in war includes unselfish loyalty to the cause of prince, or of country, or of crusade*”.

<sup>120</sup> Traduzido pelo autor a partir de Groenewegen (2007, p.121): “*no doubt that there was no real tendency to socialism left in Marshall during his first year in retirement from the Cambridge chair*”.

essenciais<sup>121</sup>. Portanto, “suas tendências socialistas nunca foram sérias” (Groenewegen, 2007, p. 122)<sup>122</sup>.

Para além de mera impressão, esta afirmação se faz constatada na sequência de sua “confissão”, ainda no prefácio de sua obra de 1919. Afinal, naquela oportunidade, o seu compartilhamento de visões de si mesmo e do passado não detém papel catártico ou nostálgico, mas sim de contraste. O ponto de Marshall ali parece justamente o de apresentar-se como ciente e preocupado com as dificuldades materiais do mundo e, a partir da contraposição às ideias socialistas, demonstrar a sociedade capitalista-industrial como mais exitosa em seu propósito. Portanto, construiu ali uma espécie de justificativa aos propósitos e à relevância de seu *Industry and Trade*, corroborando a ideia de sequência e aprofundamento de seus apontamentos anteriores do *Principles*.

[...] Mas nenhum esquema socialista, ainda que avançado, parece fazer provisão adequada para a manutenção do alto empreendedorismo e força de caráter individual; nem prometer um aumento suficientemente rápido na planta comercial e outros implementos materiais de produção, para permitir que as rendas reais das classes trabalhadoras manuais continuem a aumentar tão rápido quanto no passado recente, mesmo que a renda total dos trabalhadores do país seja compartilhada igualmente por todos. (Marshall, [1919] 2013, p. 9)<sup>123</sup>

Portanto, é importante termos em mente que a perspectiva marshalliana aqui empregada é aquela já amplamente apresentada em seu *Principles*, focada na teorização prática da vida em um contexto ordinário de negócios. Ainda assim, também é importante reparar que, para além destas contribuições em um

---

<sup>121</sup> A temática anti-imperialista e antiguerra que Marshall constrói é amplamente baseada na defesa dos princípios mercadológicos, mesmo quando travestida de implicação moral. Esta mentalidade de mercado é imperativa nestas considerações marshallianas, destacando que o imperialismo resulta no ataque à liberdade individual e ao fluxo de recursos, assim como a guerra figura como um desperdício de recursos importantes que poderiam estar sendo alocados em outra finalidade. De acordo com Groenewegen (2007, p. 122): “Marshall was broadly hostile to imperialism and war, both on moral grounds and on the economic argument that, generally speaking, it did not pay (for details, see Groenewegen 1995, pp. 599–608)”.

<sup>122</sup> Traduzido pelo autor a parti de (Groenewegen, 2007, p. 122): “his socialist tendencies were never serious”.

<sup>123</sup> Traduzido pelo autor a partir de (Marshall, [1919] 2013, p. 9): “[...] But no socialistic scheme, yet advanced, seems to make adequate provision for the maintenance of high enterprise, and individual strength of character; nor to promise a sufficiently rapid increase in the business plant and other material implements of production, to enable the real incomes of the manual labour classes to continue to increase as fast as they have done in the recent past, even if the total income of the country be shared equally by all”.

campo positivo da teoria econômica, em alguma medida, Marshall se deteve também em questões do lado normativo, como por exemplo, em suas argumentações sobre reformas sociais (ver Mattos, 2011 e 2014). Ainda que já amplamente dissociado de sua “tendência ao socialismo”, Marshall defendia medidas pontuais em defesa a determinadas ações públicas que podem ser compreendidas como peças para a meta maior de rompimento com o “círculo vicioso” da pobreza (Mattos, 2011).

Neste ponto, deve-se chamar atenção a uma peculiaridade muito importante da tratativa marshalliana sobre a pobreza: a sua percepção de origem e perpetuação. Conforme passível de antecipação – devido à breve visita de suas considerações sobre as possibilidades sociais do cavalheirismo – em Marshall temos a recorrente associação entre a perpetuação da pobreza e o subdesenvolvimento das faculdades mentais e morais dos indivíduos (ver Marshall [1890] 2013, livro I, e 1907). Porém, é justo que seja dito que Marshall o faz reconhecendo que, em sua causa principal e em seu sentido imediato, residiam os motivos da falta de riqueza e a sua má distribuição. É justamente no sentido de romper com estas questões imediatas que Marshall vislumbra a necessidade de políticas sociais, ainda que pontuais.

Sendo assim, apesar de liberal e intimamente relacionado com as questões pertinentes a uma tradição econômica de mercado, Marshall não era um dogmático da defesa capitalista (Mattos, 2011; 2014). Em seu sistema de filosofia social, compreendida o indivíduo como moldável aos interesses gerais e ao seu aprimoramento. Por isto, havia em Marshall uma perspectiva enraizada de que o sistema econômico nutria importante papel na formatação da natureza humana. A ratificação desta interpretação parece ocorrer em Mattos (2011, p. 640) quando aponta que:

[...] boa parte da simpatia que Marshall nutria pelo sistema de liberdade econômica decorria de acreditar que, além de este gerar um enorme crescimento da riqueza, cumpriria igualmente o importante papel de aprimorar os homens.

É justamente no sentido de aprimoramento individual que Marshall teria vislumbrado o sistema capitalista como o grande organizador das fundamentais

qualidades dignificadoras – ou do cavalheirismo, se preferirmos<sup>124</sup>. Neste sentido, Marshall é cauteloso em admitir que a ascensão do capitalismo industrial traz sim, em sua gênese, as mazelas do sofrimento social. Porém, salienta que são resultado do descompasso das tradições e costumes dos indivíduos com esta nova ordem social (Marshall, 1907; Mattos, 2011; 2014). De acordo com Marshall esse descompasso demonstra-se resolvível, paulatinamente, frente à adequação moral e intelectual da sociedade, retomando seu ponto sobre o aprimoramento individual através do cavalheirismo (Marshall, 1907)<sup>125</sup>.

A característica individualista de seu posicionamento sobre o aprimoramento social é elemento que aqui deve ser frisado, pois diz respeito, aparentemente, às suas intenções intervencionistas. Afinal, deve ser reparado que Marshall recorrentemente se utiliza de suas ponderações sobre a necessidade de políticas sociais em um tom defensivo, mais especificamente, no sentido de defender os méritos e possibilidades de uma sociedade de mercado (ver, Groenewegen, 2007; Mattos, 2011; 2014). Ao olhar atento, seus apontamentos para a defesa de intervenções do Estado, vem ao encontro de promover os louros de uma sociedade capitalista-industrial, na medida em que suas deficiências se devem a questões pontuais e não sistêmicas. Para além disto, não raro, antecedendo o apontamento da necessidade destas políticas, Marshall utiliza-se de longos preâmbulos críticos às outras formas de organização do provisionamento social, aquilo que Marshall chama de “saídas coletivistas” ou “socialismo”<sup>16</sup>. Portanto, ao que parece, na perspectiva marshalliana, as intervenções pontuais do Estado, detêm importante papel de defesa do *status quo* econômico<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> Aqui devemos ter em mente a figuração ímpar dos capitães da indústria neste papel cavalheiresco. De acordo com a perspectiva marshalliana, ao desenvolver em todos os membros desta sociedade os mesmos ímpetos destes homens de negócios, criar-se-ia o círculo virtuoso em direção a uma sociedade melhor (ver Marshall, 1907). Neste sentido, conforme Mattos (2011, p. 641) destaca: “O capitão da indústria, o homem de negócios, de visão, incorporaria todas essas características e pode ser visto como uma espécie de herói de Marshall”. Estas características seriam aquelas vinculadas ao ímpeto do cavalheiro, como o caráter, a racionalidade e a iniciativa, dentre outros.

<sup>125</sup> Nesta sua tratativa, Marshall destaca o gradualismo adaptativo em seu sentido de “domesticação” deste sistema pela consciência e ajuste moral e intelectual dos indivíduos desta sociedade.

<sup>126</sup> A título de exemplificação, nas oportunidades que Marshall desenvolve seus argumentos sobre a necessidade de políticas sociais, seus pontos repousam na promoção e regulação da

Conforme pode se inferir, tanto em seus originais quanto em seus comentadores, outras considerações de Marshall também parecem sinalizar relação do autor com o *status quo*. No que nos é de interesse aqui, chama-se atenção ao tratamento dado por Marshall às mulheres (ver Groenewegen, 2007).

Marshall claramente nunca foi feminista. Em muitos aspectos, ele tendia a tratar a mulher, tanto na universidade, quanto na sociedade em geral, como cidadãs de segunda classe. (Groenewegen, 2007, p. 137)<sup>127</sup>.

Esta reveladora passagem poderia ser compreendida como argumento *ad hominem* a um relevante pensador da ciência econômica; ou então, como uma característica negligenciável por, infelizmente, caracterizar um senso de época. Porém, em seu contexto, esta passagem conclui uma perspectiva relevante e reveladora do pensamento marshalliano, sobretudo em contraposição a Veblen, como se verá na sequência. Conforme se busca argumentar, as distinções oriundas desta contraposição não resultam de mera divergência situacional, mas sim, dizem respeito às posições irreconciliáveis destes autores.

É curioso reparar que, em seus anos iniciais – daquele jovem que já mencionamos aqui – especificamente durante a década de 1860, Marshall foi pessoa ativa na defesa da equidade de direitos educacionais, sendo defensor da presença feminina no âmbito educacional. Porém, posteriormente, a partir dos anos finais da década de 1870, ganhou notoriedade por se manifestar contrário a esta ideia, dando início a uma série de críticas à presença feminina na educação, bem como construindo uma série de posicionamentos essencialmente patriarcais em relação aos diferentes papéis de gênero na sociedade (ver Marshall [1890] 2013; Groenewegen, 2007). O que teria mudado?

Uma das principais características das contribuições marshallianas repousam em suas aparentes contradições. Conforme amparado pela bibliografia, um de seus exemplos aparece em suas incorporações

---

educação gratuita para crianças, limitação do trabalho infantil, redução das jornadas de trabalho dos homens, criação de uma assistência social a idosos, dentre outros. Maiores e mais específicas considerações podem ser encontradas em Groenewegen (2007, p. 125-130) e em Mattos (2011) e (2014).

<sup>127</sup> Traduzido pelo autor a partir de Groenewegen (2007, p. 137): “Marshall clearly was never a feminist. In many respects, he tended to treat woman, both at university and in society more generally, as second-class citizens”.

evolucionárias em um contexto de ideias essencialmente mecanicistas (ver Moss, 1990; Hodgson, 1993; Luz & Fracalanza, 2012). Neste propósito, resolução pacífica parece ser encontrada na *sui generis* inspiração evolucionária de Spencer que – dentre outras peculiaridades, conforme já mencionando anteriormente neste mesmo trabalho – possibilita o olhar mecânico dos fenômenos orgânicos da evolução através da relação entre “leis fundamentais” e “leis fenomênicas”. Aparentemente, é também em bases evolucionárias que a problemática sobre mulheres reside em Marshall.

De acordo com seus comentadores, algumas especulações podem ser feitas em relação a esta aparente mudança de posicionamento<sup>128</sup>. Porém, no que tange a nosso interesse nesta tese, esta reconsideração pode estar associada aos empenhos de Marshall em uma perspectiva de progresso econômico em pilares evolucionários.

[...] foi associado às suas tentativas de desenvolver uma teoria do **progresso econômico** da forma mais realista possível, uma tarefa para a qual ele pode, neste estágio, ter buscado inspiração nos trabalhos evolutivos de Spencer e Darwin. Entre outras coisas, isso pode ter induzido Marshall a ler, ou talvez reler, *Descent of Man* de Darwin, que apareceu pela primeira vez em 1871.

[...]

As descobertas da ciência evolutiva de um de seus principais praticantes permitiram a Marshall obter apoio intelectual para sua mudança de opinião sobre a educação das mulheres. (Groenewegen, 2007, p.134 [grifo meu])<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Para além da explicação que segue a partir da passagem que fundamenta esta nota, também é possível a inferência desta mudança em Marshall através da estrutura de ensino de Bristol que dividia homens e mulheres pelo turno das aulas, bem como o falecimento recente de sua mãe. Estes apontamentos são trazidos por Groenewegen (2007, p. 134): “*Various events which took place over these years at Bristol may have generated this change of mind on Marshall’s part. One of these relates to the actual manner in which the teaching of economics to women was organized at Bristol. Marshall himself taught economics in the evening class consisting largely of men; his wife taught the day class, largely consisting of women. Bristol men, despite Marshall’s initial urging, generally refused to attend these day classes preferring to come to the all-male classes in the evening. Secondly, there was the traumatic impact of the rather sudden death of Marshall’s mother in June 1878, of which he appeared to have been only informed well after the event.*”

<sup>129</sup> Traduzido pelo autor a partir de (Groenewegen, 2007, p.134) “[...] was associated with his attempts to develop a theory of economic progress in as realistic a form as possible, a task for which he may at this stage have sought inspiration from the evolutionary works of both Spencer and Darwin. Among other things, this may have induced Marshall to read, or perhaps re-read, Darwin’s *Descent of Man*, which had first appeared in 1871. [...] The findings of evolutionary science from one of its leading practitioners thereby enabled Marshall to obtain intellectual support for his change of mind on women’s education”.

Conforme a própria expressão “progresso” nos antecipa, esta ambição evolucionária, apesar de – alegadamente – antevista em uma obra de Darwin, se constrói em uma interpretação fundamentalmente spenceriana. É válido que seja lembrado que, além de abordagens evolucionárias distintas, estas concepções do processo evolutivo são irreconciliáveis. Neste sentido, é imperativo o devido entendimento do amplo viés spenceriano mapeado nas considerações de Marshall acerca de uma idealização evolucionária<sup>130</sup>.

É em termos essencialmente spencerianos que, ao longo das décadas seguintes a 1870, Marshall posicionou-se contrário à admissão de mulheres no domínio estudantil. Em síntese, seu argumento residia na ideia de que as mulheres representariam um desserviço ao âmbito intelectual na medida em que comprometeriam e privariam os homens em sua rotina de estudos<sup>131</sup>. De acordo com Groenewegen (2007), enquanto estabelecia seu posicionamento em Cambridge, Marshall teria recebido apoio de amigos nas universidades estadunidenses que, assim como ele, antagonizavam a equidade de direitos educacionais entre homens e mulheres<sup>23</sup>.

Em essência, nos posicionamentos de Marshall se construía como pacífica a ideia de que as mulheres detinham papel específico na sociedade: o papel de mães e donas de casa. Esta ideia, conforme aqui se aponta, foi construída nas décadas que antecederam seu *Principles* e nele, por sua vez, se ratificam em diferentes passagens como defesas marshallianas de uma estrutura social de matriz patriarcal. Nesta estrutura social o homem teria o papel de ser o marido trabalhador e a mulher a dona de casa responsável pelas crianças e pelos afazeres domésticos (ver Marshall, [1890] 2013, livro IV). De acordo com

---

<sup>130</sup> Conforme apontamentos anteriores, Marshall estabelece uma relação aberta com as ideias spencerianas, destacando sua perspectiva evolucionária pelo viés antecipatório do melhoramento e do princípio de substituição. Como resultado, sua incorporação evolucionária baseia e viabiliza uma teorização teleológica de progresso.

<sup>131</sup> Destacando a oposição de Marshall a graduação de mulheres, Groenewegen (2007, p.134) traz algumas ilustrações: “*His opposition came partly from the fact that it would give women borrowing rights at the University Library, thereby potentially depriving men students from much needed books for their study. More importantly, it would give women voting rights in the university. In this context, Marshall gained the ‘distinction’ of being one of the first Cambridge dons to raise the spectre of petticoat government in male-dominated Cambridge University (McWilliams-Tullberg 1975, pp. 88–90)*”.

Groenewegen (2007, p. 136) este posicionamento de Marshall parece ter se enrijecido com o tempo a partir deste momento:

Baseava-se [este posicionamento] cada vez mais na proposição de que as principais responsabilidades das mulheres, casadas ou solteiras, eram com a família em casa, para garantir seu bem-estar e, assim, o crescimento saudável da raça<sup>132</sup>.

Neste sentido, voltar a compreender a inspiração spenceriana nestas considerações de Marshall parece importante. Em uma lógica de evolução conforme os termos de Spencer, pautado no progresso melhorativo e na substituição de características, o estado da arte da organização social é entendido como o “estágio mais avançado” do processo evolucionário. Portanto, o papel característico cedido aos gêneros nesta organização social imputa uma hierarquia naturalmente concebida. Neste entendimento, os homens detêm papel de destaque na estrutura social pelo seu êxito no processo evolucionário sendo que, qualquer ambição de alterar esta realidade seria antagonizar este “processo natural”.

É nestes termos que Marshall parece sinalizar a inevitável depravação e comprometimento educacional frente à participação das mulheres. Inclusive, é também em alegações associadas a esta ideia que Marshall buscou explicar o declínio da qualidade intelectual das estudantes de Cambridge após 1885, quando em comparação com as décadas de 1860 e 1870.<sup>133</sup>

Ademais, no caso de Marshall não parece exagero o transbordo destas ideias evolucionárias ao âmbito social de um modo geral. Afinal, fundamentalmente, esta característica de sua análise figura como a principal responsável pela sua argumentação asséptica acerca dos processos socioeconômicos em um sentido mais abrangente. Conforme visto

---

<sup>132</sup> Traduzido pelo autor a partir de Groenewegen (2007, p. 136) *“It increasingly rested on the proposition that women’s prime responsibilities, whether married or unmarried, were with the family in the home, to secure its well-being and thereby the healthy growth of the race”*.

<sup>133</sup> Esta argumentação teria ocorrido em contexto de campanha para a graduação de mulheres em Cambridge no ano de 1895, período qual, segundo Groenewegen (2007) teriam se intensificados os posicionamentos patriarcais de Marshall. A votação ocorreu em 1897, negando este direito as mulheres por 1713 votos contra 662 votos. Estas argumentações estatísticas visavam corroborar a oposição de Marshall à graduação de mulheres em apresentação ao Moral Sciences Board. Naquela oportunidade, com a exceção pontual de Herbert Foxwell, todos os demais membros se opuseram ao posicionamento de Marshall.

anteriormente, esta perspectiva também parece presente na sua tratativa sobre a pobreza, na medida que vislumbra o ímpeto mercadológico como exitoso na transformação dos homens.

Porém, o que poderia ser compreendido como mero viés de análise, ao olhar atento, demonstra-se como o prelúdio do desenvolvimento de ideias controversas no período em questão. Esta consideração se evidencia quando, após sua aposentadoria, já em momento de maturidade de ideias, Marshall se torna membro da *Cambridge University Eugenics Society*, logo após sua fundação. Lá, em seu aprofundamento nos estudos eugenistas, Marshall teria mostrado apreço às discussões sobre o eugenismo galtoniano. Durante seus estudos, compartilhou com Keynes parte de suas reflexões sobre este campo, tendo, a partir de 1910, participado mensalmente das reuniões desta sociedade<sup>134</sup>.

Portanto, mais uma vez, evidencia-se a particularidade da influência evolucionária em Marshall. Afinal, deve-se recordar a íntima relação do ideário spenceriano com as teorizações eugenistas desde o fim do século XIX, sendo uma das principais correntes difusoras de posicionamentos políticos e acadêmicos de cunho discriminatório (ver Halliday, 1971 e Leonard, 2009). Atenção especial deve ser trazida a ascensão do “darwinismo social” que, diga-se de passagem, nada tem de darwiniano e nem de sociológico, na medida em que postula de modo dogmático ideias divorciadas do campo da biologia darwiniana e dos então desenvolvimentos da sociologia, principalmente em seus braços da antropologia e da etnologia.

### **5.3.2. Thorstein Veblen: Das Negligências da Crítica ao Socialismo à Sabotagem do Sistema de Preços**

Já em seu início de carreira, no ano de 1891, Veblen buscou ponderar, antagonicamente, alguns posicionamentos de Spencer. Naquela oportunidade, o fez através da apresentação de pontos negligenciados pelo autor, em sua

---

<sup>134</sup> Conforme destacado por Groenewegen (2007, p. 145): “He also became a life member of the Cambridge University Eugenics Society not long after its formation (Marshall to Maynard Keynes, 18 May 1911, in Whitaker 1996, III pp. 284–5) and discussed Galtonian eugenics issues with Keynes for a while from early 1910. Marshall became a regular attender at the monthly meetings of this new society”.

tratativa sobre o socialismo. É nesta toada que em *Some Neglect Points in the Theory of Socialism*, Veblen traz à tona importantes características que demonstram a desconexão de Spencer com os estudos antropológicos, ao mesmo tempo que introduz importantes elementos analíticos que, posteriormente, fundamentarão sua teoria econômica. Portanto, é importante destacar que desde sua gênese intelectual, Veblen mostrava-se reticente em relação à Spencer<sup>135</sup>.

Naquela oportunidade, Veblen (1891) versa sobre *From Freedom to Bondage*, que introduz o livro *A Plea For Liberty*<sup>136</sup>. Nesta introdução, Spencer estrutura suas críticas sobre a ascensão das ideias socialistas, pautadas no argumento de que a tentativa de superação das desigualdades através das saídas coletivistas, implicariam resultados danosos à vida econômica<sup>137</sup>. De acordo com Veblen, neste exercício Spencer teria coberto de modo parcial e inadequado a discussão<sup>138</sup>. É a partir desta sua crítica que o autor passa à construção de seus argumentos institucionais sobre o compartilhamento de hábitos predatórios no sistema capitalista.

Uma das ponderações centrais trazidas por Veblen diz respeito à forma pela qual a sociedade moderna trabalha sua percepção de riqueza. De acordo com Spencer, o sistema capitalista teria demonstrado seu êxito nas expansões da qualidade de vida em comparação com períodos históricos anteriores. Porém, Veblen pontua que a percepção hodierna destes parâmetros não se dá em termos históricos, mas sim por relações socialmente percebidas no presente (Veblen, 1891). Neste argumento, Veblen busca trazer ao diálogo, o importante

---

<sup>135</sup> Desde sua gênese Veblen demonstra-se embebido em uma percepção de processo evolucionário que é divorciado dos ímpetus spencerianos. Em mesmo sentido, é importante reparar que as considerações feitas por Veblen neste texto antecedem em quase uma década a publicação de sua grande obra sobre a Classe Ociosa, onde o autor explicitará sua teorização sobre os elementos que aqui são antecipados. Esta unidade e linearidade argumentativa nas contribuições de Veblen são fundamentais de se manter em mente.

<sup>136</sup> *A Plea For Liberty* é editado por Thomas MacKay e se caracteriza por ser uma contribuição do clássico liberalismo britânico que coleciona argumentos contrários ao socialismo e àquilo que chama de “legislação socialista”.

<sup>137</sup> É extremamente interessante a proximidade deste argumento com as considerações de Marshall apresentadas anteriormente.

<sup>138</sup> Nas palavras de Veblen (1891, p. 57): “*The paper is mainly a suggestion, offered in the spirit of the discipline, with respect to a point not adequately covered by Mr. Spencer’s discussion, and which has received but very scanty attention at the hands of any other writer on either side of the socialist controversy*”.

papel da emulação no sistema capitalista. Através desta lógica emulativa, o senso de dignidade e pertencimento dos indivíduos seria pautado na capacidade de demonstrar riqueza e desempenhar um padrão de vida invejável aos demais (ver Simiqueli, 2016).

Nesta estrutura de pensamento, a organização capitalista desenvolveria mecanismos de reforço à estas concepções habituais, instituindo modos de vivência que turvariam as distinções entre as ideias de necessidade e desejo. É aí, segundo Veblen, que reside este problema da realidade capitalista-industrial: o desperdício econômico pela demonstração de força econômica (emulação). Portanto, de acordo com a perspectiva vebleniana, o capitalismo-industrial nutre a desigualdade entre seus indivíduos através deste sistema emulativo. Seria justamente antagonizando esta perspectiva que a ascensão de medidas coletivistas poderia se apresentar como importante alternativa ao atendimento econômico de seus “agitadores”<sup>139</sup>.

Porém, ainda naquela oportunidade, retomando os aspectos institucionais que fundamentam a manutenção de uma sociedade capitalista-industrial, Veblen (1891, p. 64) é enfático ao sinalizar que “*o sistema moderno da indústria não inventou a emulação, nem mesmo essa forma particular de emulação se originou sob esse sistema*”<sup>140</sup>. E, mais do que isto, Veblen também relaciona esta característica emulativa à posse, pois “*sendo a natureza humana o que é, a luta de cada um para possuir mais do que o próximo é inseparável da instituição da propriedade privada*” (Veblen, 1891, p. 65)<sup>141</sup>.

Estas afirmações, além de importantes na construção da ampla argumentação vebleniana em seus trabalhos subsequentes, também são fundamentais na contraposição à apresentação marshalliana feita anteriormente. Afinal, conforme se constata, há na teorização vebleniana um fio condutor que estabelece a relação entre a instituição da propriedade privada e a emulação

---

<sup>139</sup> A expressão “*agitators*” é aqui utilizada no mesmo sentido em que é empregada por Veblen na discussão que aqui se apresenta: como fomentadores de um princípio.

<sup>140</sup> Traduzido pelo autor a partir de Veblen (1891, p. 64): “*the modern system of industry has not invented emulation, nor has even this particular form of emulation originated under that system*”.

<sup>141</sup> Traduzido pelo autor a partir de Veblen (1891, p. 65): “[*h*]uman nature being what it is, the struggle of each to possess more than his neighbor is inseparable from the institution of private property”.

com a distinção de gênero. É nestes termos que aqui se chama atenção à *The Beginnings of Ownership*, de 1898. Lá, suas considerações são claras: a propriedade privada surge da posse de pessoas, mais especificamente da posse de mulheres por homens, não havendo uma naturalização deste processo, mas uma mutação habitual do pacifismo selvagem para predatismo bárbaro.

De modo muito direto, Veblen (1898b) inicia o texto pela descaracterização daquilo que seria a ascensão da propriedade privada em um “senso comum” da intelectualidade econômica. Em sua argumentação, Veblen comenta que esta concepção aproxima socialistas e clássicos, na medida que, por ambos, este fenômeno se explica pela atuação do trabalho produtivo, assim como nos termos de Locke<sup>142</sup>. Neste entendimento, o que caracteriza a propriedade privada é a atuação do trabalho humano na transformação deste objeto em produto, argumentando a existência de um direito natural de posse.

Veblen é extensivo em suas considerações no exercício de desconstruir esta preconcepção. Em seu fio condutor de ideias, apresenta a incapacidade de um indivíduo, desconectado de um contexto de comunidade, ter a capacidade instituinte da propriedade privada. Afinal, através de suas influências antropológicas, Veblen destaca que o processo produtivo é um fenômeno de comunidade, não lhe cabendo uma lógica individual. Nesta linha argumentativa, o autor retrocede aos antecedentes da organização social até aquilo que em suas bases é conhecido como a transição da Selvageria para ao Barbarismo<sup>143</sup>. De acordo com Veblen, é nesta transição que importantes aspectos de nossa organização econômica e comunitária podem ser rastreados, pois é ali, em uma organização de sociedade bárbara, que se inicia uma lógica predatória que fundamenta em essência as instituições contemporâneas.

Até aquele momento, o consumo era instituído pela ideia de um “estoque comum” à comunidade, não havendo, portanto, nenhuma noção de propriedade

---

<sup>142</sup> Na concepção de Locke, a propriedade seria um direito natural concedido por Deus aos homens. Sendo donos de si mesmo e, portanto, de seu trabalho, os homens desenvolveriam seu sustento e subsistência ao reivindicar posse de seus resultados laborais. Portanto, a propriedade seria resultante da capacidade do homem em transformar a natureza através trabalho.

<sup>143</sup> Conforme destacado anteriormente nesta mesma tese, as bases do pensamento vebleniano residem em, dentre outras influências, no pensamento antropológico, especificamente da então ascendente antropologia cultural. Nesta concepção, dentre os diferentes estágios da organização humana há a passagem da selvageria pacífica ao barbarismo como um importante ponto de inflexão nas instituições humanas.

vinculada à transformação ou ao uso destes bens<sup>144</sup>. Neste estágio de pacifismo, o senso comunitário não vislumbrava a posse, pois não concebia uma estrutura individualizada de socialização. Foi somente com o surgimento das concepções bárbaras que as distinções entre os indivíduos deste corpo comunitário passam a ganhar papel de destaque. Deste ponto em diante, a posse passa a ter significado associado aos ímpetos da proeza e do triunfo que, naquele momento, vinculava-se intimamente ao contexto de guerra e conquista.

É nesta lógica que Veblen argumenta a ascensão da propriedade através da conquista predatória. No triunfo dos conflitos, cabia ao exitoso a exploração e expropriação daquela comunidade, principalmente em relação às mulheres que passam a ser um troféu de guerra, vistas e utilizadas como bens cativos à disposição da exibição de seu conquistador<sup>145</sup>. Ainda de acordo com Veblen, deste momento em diante, conforme as mulheres compunham a propriedade de seu dominador, organizava-se a instituição propriedade-casamento, dando origem concomitante a duas importantes concepções habituais socialmente compartilhadas: a propriedade privada e o patriarcado. Neste sentido, Veblen (1898b, p. 364) é incisivo ao destacar que *“ambas as grandes instituições são, portanto, de origem emulativa”*<sup>146</sup>.

Desse modo, no desdobramento destas instituições, não demorou até que a propriedade privada de bens consumíveis se instalasse definitivamente. Afinal, de acordo com esta perspectiva, as mulheres cativas não empreenderiam somente serviços aos seus mestres, mas também na produção de bens para consumo. É com esta passagem que importante conceito é forjado e

---

<sup>144</sup> Veblen destaca que a ideia de uma propriedade comunal é posterior a ascensão da propriedade privada. Ainda neste contexto, inexistia qualquer ideia relacionada a uma posse de bem. É neste sentido que Veblen utiliza para este período o termo “estoque comum”. Ou então, nas palavras do próprio Veblen (1898b, p. 358): *“As regards this common stock, no concept of ownership, either communal or individual, applies in the primitive Community. The idea of a communal ownership is of relatively late growth and must by psychological necessity have been preceded by the idea of individual ownership”*.

<sup>145</sup> Mais especificamente, pelas palavras de Veblen (1898b, p. 364): *“They serve the purpose of trophies very effectually, and it is therefore worth while for their captor to trace and keep in evidence his relation to them as their captor. To this end he maintains an attitude of dominance and coercion toward women captured by him; and, as being the insignia of his prowess, he does not suffer them to stand at the beck and call of rival warriors”*.

<sup>146</sup> Traduzido pelo autor a partir de Veblen (1898b, p. 364): *“both of these great institutions are, accordingly, of an emulative origin”*.

desenvolvido em suas grandes obras subsequentes (ver Veblen [1899] 2009; [1904] 2017; [1914] 2018). Em seu fechamento, Veblen (1898b, p. 365) destaca que:

Os produtos do trabalho das mulheres não são apenas reivindicados e valorizados por sua utilidade em promover o conforto e a plenitude da vida do mestre, mas também são valiosos como uma evidência de que ele possui muitas e eficientes servas e, portanto, são úteis como uma evidência de sua força superior. A apropriação e acumulação de bens consumíveis dificilmente poderia ter entrado em voga como uma consequência direta do comunismo de horda primitivo, mas surge como uma consequência fácil e discreta da propriedade de pessoas.<sup>147</sup>

Este entendimento acerca da origem da propriedade privada e sua relação com o patriarcado é fundamental na teorização vebleniana. A partir deste ponto, além da distinção de gênero, emerge também a distinção da função econômica entre trabalhadores e ociosos. Conforme Veblen ([1899] 2009) aprofunda, a ascensão de uma classe ociosa está intimamente relacionada a este período e a esta distinção de gênero, pois além de instituir a propriedade privada, vincula determinados indivíduos à função ignóbil do trabalho em detrimento do nobre ócio de seus mestres.

É importante a observação de que Veblen apresenta esta trajetória pelo seu sentido crítico. Conforme apresentado anteriormente, Veblen estabelece seu contar da história através de suas influências do pragmatismo clássico e da antropologia cultural (ver Simiqueli, 2016; Edgell & Tilmann, 1989). Portanto, em sua concepção de presente, Veblen se habilita à estruturação de um olhar crítico acerca de seu objeto de estudo, principalmente tendo-o retroagido ao seu contexto predatório. Afinal, é nesta lógica predatória que a ascensão de uma economia capitalista-industrial se fará viável.

A cumulatividade de hábitos que se inicia nos estágios iniciais do barbarismo fundamenta instituições basilares da lógica capitalista da atualidade, ainda que não a antecipe. Em essência, estes hábitos são os alicerces de uma

---

<sup>147</sup> Traduzido pelo autor a partir de Veblen (1898b, p. 365): “*Not only are the products of the women’s labor claimed and valued for their serviceability in furthering the comfort and fullness of life of the master, but they are valuable also as a conspicuous evidence of his possessing many and efficient servants, and they are therefore useful as an evidence of his superior force. The appropriation and accumulation of consumable goods could scarcely have come into vogue as a direct outgrowth of the primitive horde-communism, but it comes in as an easy and unobtrusive consequence of the ownership of persons*”.

estrutura social de exploração, expropriação, submissão e hierarquização pela força. Não há, nesta concepção, espaço para uma leitura “naturalizada” dos processos humanos, pois fundamentam-se em elementos da sociabilidade – haja vista que as instituições se constituem de hábitos socialmente compartilhados. Contrariamente à ideia natural, o que se concebe na perspectiva vebleniana é a capacidade de percepção e, eventualmente, reestruturação desta organização. É justamente através desta perspectiva que Veblen buscou antagonizar Spencer já em 1891.

Porém, é importante que seja frisado que Veblen não detinha, ao menos explicitamente, um ímpeto revolucionário. Em seus tratados, seu papel fundamental é de denunciante inquieto. Neste sentido, suas contribuições não desempenham nenhum tipo de militância, ainda que apresentasse as bases para inconformidade. Afinal, em suas várias contribuições, Veblen apresenta as relações tortuosas entre indivíduos de diferentes classes e funções econômicas. Nestes esforços, destacava explicitamente o traçado das construções sociais que impunham à sociedade contemporânea as características da desigualdade e do descasamento do sistema econômico com o ímpeto do provisionamento social.

Aqui deve-se chamar atenção, mais uma vez, à proximidade de Veblen com suas bases em um contexto darwiniano: os processos de adaptação e mudança desencadeiam-se de forma lenta e cumulativa. Uma percepção de mudanças drásticas e/ou revolucionárias romperia com esta ideia de um processo de causação cumulativa. Deste modo, no caso vebleniano, estas mudanças estariam associadas a novas concepções habituais que, com o tempo, passariam a ser socialmente compartilhadas e, portanto, instituídas. Ainda assim, nesta mesma base darwiniana, importante papel é cedido à transmutação, o que lhe concede o propósito da denúncia e rebelião. Afinal, é na ruptura de ideias que emergiriam estas novas concepções habituais, sendo que, parece ser justamente na busca por estas rupturas que Veblen estabelece suas contribuições teóricas de propósito crítico.

Aqui, uma característica biográfica parece se fazer importante. Conforme se busca argumentar nesta diligência, as contribuições veblenianas estiveram sempre vinculadas ao estabelecimento de uma crítica social. Porém, esta crítica se fazia presente, majoritariamente, através de suas considerações em seu

sentido acadêmico. É nesta lógica de argumento que Veblen é reconhecido como subversor do *status quo*. Este ponto é interessante de ser observado, principalmente quando tenta se estabelecer uma relação entre o Veblen acadêmico e o Veblen político. Conforme destaca Camic (2020), para além de suas considerações teóricas, Veblen buscava ser discreto em relação às suas reflexões no “mundo prático” das argumentações políticas.

Questionado por Joseph Dorfman sobre as opiniões políticas de Veblen, Charles Merriam, contemporâneo de Veblen no departamento de ciência política de Chicago, disse que “muitas vezes me parecia que ele era quase totalmente distante”, recusando-se a tomar partido ou mostrar sua mão em qualquer argumento político (Camic, 2020, p. 348)<sup>148</sup>.

[...]

Ele manteve suas opiniões políticas em foco suave, mas isso porque [...] o “principal interesse de Veblen era o de um cientista” - um observador objetivo (Camic, 2020, p. 349)<sup>149</sup>.

Porém, ao olhar atento da trajetória vebleniana, vislumbram-se também suas contribuições em cenários alheios ao contexto acadêmico, como por exemplo, em suas já mencionadas contribuições na revista *The Dial*<sup>150</sup>. Naquela oportunidade, por diversas vezes, Veblen buscou a exposição de diferentes inconsistências presentes na ideologia econômica capitalista. Na compilação destes textos, consolida-se uma importante contribuição ao debate econômico vebleniano, o *The Engineers and the Price System* (1921). Nesta oportunidade

---

<sup>148</sup> Traduzido pelo autor a partir de Camic (2020, p. 248): “*Questioned by Joseph Dorfman about Veblen’s political views, Charles Merriam, Veblen’s contemporary in Chicago’s political science department, said that “it often seemed to me that he was almost wholly detached”, refusing to take sides or show his hand in any political argument*”.

<sup>149</sup> Traduzido pelo autor a partir de Camic (2020, p. 249): “*He did keep his political views in soft focus, but that was because [...] Veblen’s “chief interest was that of a scientist” – an objective observer*”.

<sup>150</sup> Conforme Camic (2020) destaca, a revista *The Dial* teria tido seu papel na vida de Veblen durante seu afastamento do contexto acadêmico. Ao longo desta trajetória, Veblen também trabalhou para o governo federal na agência United States Food Administration. Este contexto de reclusão acadêmica teria se dado logo após sua saída da Universidade de Missouri, levando-o aos seus últimos trabalhos antes de falecer em 1929. Nas palavras do autor: “[...] *Veblen spent a year and a half entirely outside the academy, working at jobs arranged in part by his friend: first as a “special investigator” for the United States Food Administration, in Washington, DC [...]; next, as an editor and writer for The Dial, the New York based literary magazine, which was then branching out into topics related to postwar social reconstruction*”.

que destaca importantes desdobramentos habituais intimamente associados aos ímpetos predatórios mapeados ao barbarismo, com atenção especial à sabotagem, Veblen publiciza as deficiências sistêmicas do capitalismo-industrial. Conforme é sabido, estas ideias atuam como reverberações de seu tratado sobre a empresa de negócios e sobre o estado da arte da indústria (ver, Veblen [1904] 2017 e [1914] 2018).

Complementarmente, também pode ser trazida atenção ao papel de Veblen na criação do *New School for Social Research* (NSSR). Nesta empreitada, Veblen se uniu a proeminentes acadêmicos do campo social que, dentre suas afinidades, partilhavam o espectro ideológico progressista. De acordo com Camic (2020, p. 353), este esforço instituinte pode ser compreendido como “*uma experiência no ensino superior destinada a eliminar os requisitos e credenciais tradicionais para os alunos e promover a livre discussão de questões sociais contemporâneas*”<sup>151</sup>. Importante destacar ao leitor curioso que não demorou até a NSSR enfrentar críticas, questionamentos e oposições por seu aparente “radicalismo” e “subversividade” (ver Hendricks, 1949).

Portanto, na análise retrospectiva de suas contribuições, é razoável argumentar que Veblen buscava desconstruir a enganosa percepção do capitalismo-industrial como provedor exitoso. Esta desconstrução, por sua vez, ocorre no apontamento de elementos fundamentais de sua própria concepção histórica, principalmente ao olhar da economia como um estudo do provisionamento social. Os interesses imediatos de uma sociedade capitalista seriam desconexos do prover, na medida que priorizam elementos associados aos cerimonialismos de uma sociedade que zela pelo *status quo*. Conforme visto, o centro desta crítica reside nos propósitos emulativos retrocedidos por Veblen desde a ascensão bárbara.

Esta última colocação é importante de ser mencionada na medida em que estabelece essa crítica em um eixo argumentativo evolucionário. Afinal, nestas considerações, os problemas associados ao sistema capitalista-industrial seriam de ordem institucional, portanto, intimamente relacionados à sociabilidade no tempo. Diferentemente da ideia marshalliana de conformidade e progresso, o

---

<sup>151</sup> Traduzido pelo autor a partir de Camic (2020, p. 353): “an experiment in higher education designed to eliminate traditional requirements and credentials for students and to promote the free discussion of contemporary social issues”.

que Veblen vislumbrava era a inconformidade e a necessidade de disrupção. Nestas diferentes concepções, surgem diferentes possibilidades analíticas, não só para o processo histórico, mas para os propósitos do sistema econômico.

### **5.3.3. Alguns Encaminhamentos Sobre as Irreconciliações de Marshall e Veblen**

A análise do posicionamento de Veblen e Marshall, mais uma vez, destaca importantes distinções entre estes autores. Desde já, mostra-se viável a observação da íntima relação das contribuições destes pensadores com a maturação de diferentes ideias ao longo do século XX. Em convergência com os argumentos estruturados nesta tese, estas distinções também parecem amparadas nos propósitos evolucionários destes autores, ainda que em diferentes bases e preceitos.

Marshall estruturou sistematicamente suas contribuições no direcionamento de uma leitura meritória do sistema econômico. Alegadamente, suas percepções podem ser retrocedidas ao objetivo de manutenção de um *status quo* econômico, na medida em que era compreendido pelas lentes spencerianas do processo evolucionário direcionado ao progresso. A fusão de suas diferentes influências, concedem papel de destaque à Marshall no estabelecimento de princípios analíticos e teóricos que serão fundamentais na germinação de uma nova forma de pensamento liberal. Este pensamento, de modo mais abrangente do que sua versão clássica, apresenta na “liberdade” a necessidade de proteção e resguardo, em mesma medida que é blindada por narrativas míticas em sua defesa e publicidade.

São nestes termos que, conforme visto, Marshall estabelece seu traçado crítico a qualquer forma de oposição à um sistema capitalista-industrial. Sua visão spenceriana dos processos evolucionários o colocam em cenário de assepsia que é funcional à lógica capitalista, na medida que a fundamenta em existência pelo seu próprio mérito. Na mesma medida, esta assepsia também compromete o julgamento de Marshall quando em análise de questões sociais pertinentes à tratativa econômica, como por exemplo, nas questões sobre pobreza e patriarcado.

A pobreza, de acordo com a perspectiva marshalliana, seria um elemento residual dos louros de um sistema produtivo baseado no mérito. No mesmo sentido, o patriarcado parece emergir como uma expressão dos êxitos masculinos na evolução da estrutura social ao longo do tempo. Ao olhar atento, o que temos nessa versão “asséptica” é uma manutenção de privilégios que eram amplamente gozados por Marshall em sua posição de homem intelectual da era vitoriana. Em grande medida, esta percepção parece ser corroborada pela sua adesão aos círculos eugenistas de discussão daquele mesmo período.

Veblen, por outro lado, além de uma viabilidade crítica em suas teorizações, também constrói uma ampla capacidade explicativa dos fenômenos socioeconômicos que, além de antagonizar Marshall, explicitaram as implicações e distorções de uma teoria asséptica. Por exemplo, conforme se argumenta, Veblen não só contraria as perspectivas de Marshall em relação as distinções de gênero, como as elenca em fundamental importância na devida compreensão das hierarquias sociais e econômicas, fator fundamental no sério estudo da ciência econômica. Em mesma via, Veblen não trata da pobreza e da desigualdade em sentido pontual ou alheio aos fundamentos do sistema econômico. Pelo contrário, apresenta as íntimas relações entre os princípios de funcionamento deste sistema com as desconexões com o propósito do provisionamento social. Nas percepções veblenianas, a desigualdade não é apenas um resultado, mas também um meio de operacionalização econômica. Afinal, é através dela que se viabilizam os propósitos emulativos da sociedade.

Estas conclusões veblenianas vinculam-se imperativamente a uma perspectiva darwiniana do processo evolucionário. Em mesma medida que esta visão possibilita a percepção da evolução em seu sentido cego, também delata os perigos de uma tratativa asséptica. Afinal, a organização social, desde sua gênese, se amparou em elementos predatórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se propõe a análise de Veblen e Marshall através de suas relações com a temática evolucionária, buscando as contraposições em relação às suas distintas influências. Em seu momento de gênese, a incorporação evolucionária na teoria econômica tinha como objetivo a viabilização de análises processuais na causalidade econômica, tanto de seu processo histórico, quanto de sua interação e dinâmica. Neste processo, os elementos disruptivos da contribuição de Darwin são importantes de serem mencionados, uma vez que se colocam como auxiliares a superação do essencialismo aristotélico que antes dominava a perspectiva da evolução e dos processos de mudança.

Desde já, é importante que seja mencionado que o papel revolucionário das contribuições de Darwin se consolida no pensamento científico com grande gradualismo. Em momento contemporâneo as contribuições darwinianas encontravam-se diferentes matrizes de pensamento sobre o processo evolucionário, dentre os quais se destacam Herbert Spencer devido à temática aqui proposta para investigação.

De acordo com a perspectiva de Darwin a evolução se desdobra através de um processo de causação cumulativa. Este processo se dá de forma cega, uma vez que não antecipa seu resultado, ainda que possa ser retroagido pelo princípio da cumulatividade. Spencer, por outro lado, entende o processo evolucionário como melhorativo e pautado no princípio da substitutibilidade. Portanto, na tratativa spenceriana a evolução responde como um processo teleológico. É neste enredo que se analisam as possibilidades de compreensão da incorporação evolucionária nas teorias econômicas de Veblen e Marshall através de Darwin e Spencer, respectivamente.

O devido entendimento dos processos históricos envolvendo as diferentes mutações do sistema de provisionamento humano até a ascensão do discurso econômico autônomo, demonstram complexidades e peculiaridades. Dentre outros autores, Polanyi detém papel de destaque na apresentação deste processo, principalmente por delatar inconsistências da germinação desta ciência com a sua história. Em seus empenhos deixa claro o divórcio da ciência econômica com a realidade de seu objeto de estudo, abrindo margem para a estruturação de uma perspectiva mítica de mercado.

Ao olhar mais atento, pode se observar que, no núcleo das ideias que compõe o pensamento econômico se fazem presentes os elementos epistemológicos do animismo e da teleologia. O primeiro por estar associado, dentre outras coisas, à ideia de um espírito de natureza divina que é compartilhado entre seus pares. O segundo por designar uma finalidade previamente conhecida aos propósitos humanos e suas interações. É importante notarmos a característica complementar entre animismo e teleologia, principalmente nas ideias econômicas que advogam a existência um mercado “natural” que leva ao equilíbrio através das ideias de interações mecânicas dos fenômenos econômicos.

É na fase avançada de maturação destas ideias que se encontram Marshall e Veblen. Neste contexto, já se estruturam críticas significativas ao pensamento econômico tradicional que, fundamentalmente, se pautam na necessidade da melhor compreensão da dinâmica econômica em termos processuais. Complementarmente, ao olhar atento de Veblen, também se mostravam pertinentes a superação destes elementos epistemológicos, pois, segundo Veblen, além de comprometer uma interpretação genuinamente processual, ali se estruturavam as principais deficiências de uma análise econômica em seu sentido histórico e sociológico.

Neste sentido, destaca-se que o período em que os autores se encontravam inseridos era excepcionalmente fértil para a ascensão de ideias de cunho evolucionário. Afinal, os avanços explicativos das ciências biológicas foram fundamentadores do aprimoramento acadêmico daquele período, gerando, por óbvio, transbordamentos para as demais áreas do conhecimento científico. Ou seja, pode-se argumentar que estes autores apresentam uma inquietação evolucionária que era comum aos seus pares em seu sentido de tempo e contexto.

Quando se analisam as bases de inquérito científico de Veblen e Marshall, identifica-se uma distinção importante que, apesar de evidente na bibliografia, mostra-se imperativa nos contrastes que neste trabalho buscaram ser feitos. Enquanto Veblen dedica-se à construção de uma ciência econômica evolucionária, de bases darwinianas e em diálogo franco com as demais ciências sociais, Marshall se estabelece como conciliador das prerrogativas da economia tradicional com o marginalismo, compreendendo a ascensão da retórica

evolucionária através das contribuições spencerianas. Portanto, observa-se em Veblen a ambição de construção de um inquérito científico voltado à temática evolucionária da cumulatividade, enquanto em Marshall observa-se a manutenção do *status quo* econômico pautado em sua lógica mecanicista, ainda que em busca de retificações em seu sentido dinâmica/orgânico.

Nestes termos, ao se examinar algumas considerações acerca das contribuições de Veblen e Marshall atentando aos seus influenciadores evolucionários, notam-se mais elementos de afastamento entre os autores. A prerrogativa evolucionária de Veblen, pautada no darwinismo, auxilia o institucionalista à construção de uma teoria da mudança que leva em consideração a cumulatividade na história. São nestes termos que o autor se utiliza de sua influência pragmática quando teoriza sobre hábitos, instintos e instituições. Em sentido oposto, a prerrogativa evolucionária que se argumenta em Marshall repousa em berço spenceriano e parece pautada no processo de mudança pela substituição em direção ao melhoramento, o que viabiliza a manutenção de suas características teleológicas e mecanicistas.

Sendo assim, Marshall e Veblen utilizam-se de maneira distinta do propósito evolucionário. Uma vez que Marshall esteve imbuído de uma abordagem conciliatória, tendo em mente já uma concepção de “economia tradicional”, fora responsável pela apresentação de uma abordagem evolucionária *sui generis*, que hoje pode ser regredida à uma inspiração spenceriana. Veblen, por outro lado, desde seus primeiros escritos demonstrou-se disruptivo com as ideias econômicas em sua veia tradicional, argumentando não só a possibilidade de sua reestruturação epistemológica, mas a necessidade de se fazê-la. Na gênese de seu pensamento evolucionário, encontram-se claras inspirações darwinianas, amplamente associadas às ideias antropológicas e pragmatistas.

Ao fim, o que se desenvolve a partir destas distinções é, no caso de Veblen, além de uma completa reestruturação de entendimento e dinâmica econômica, a possibilidade do estabelecimento de uma **crítica social**. O mercado mítico, os ímpetus econômicos e suas virtudes, as desigualdades e a interação humana, passam a ser dignas de reflexão e revisão. Ou seja, não há mais espaço para a ideia de um mercado onipresente e que atenda a uma harmonia de interesses. Marshall, por outro lado, movido tanto pela perspectiva

spenceriana de evolução (melhorativa), quanto pela busca conciliatória do pensamento econômico, colocou-se em um **padrão asséptico** da teoria econômica. Desse modo, não só viabiliza a perpetuação de ideias mercadológicas, como empenha-se em justificá-las.

## REFERÊNCIAS

- Aspkrs, P. The Economic Sociology of Alfred Marshall: An Overview. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 58, n. 4, p. 651-676, 1999.
- Blaug, M. *Metodologia da Economia*. São Paulo: Editora USP, 2016.
- Camic, C.; Hodgson, G. *The Essential Writings of Thorstein Veblen*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2011.
- Camic, C. *Veblen: The Making of an Economist Who Unmade Economics*. Cambridge: Harvard University Press, 2020.
- Cavaliere, M. O Surgimento do Institucionalismo Norte-Americano: Um Ensaio Sobre o Pensamento e o Tempo de Thorstein Veblen. 2009. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Cerqueira, H. O Discurso Econômico e Suas Condições de Possibilidade. *Síntese - Revista de Filosofia*, v. 28, n. 87, p. 507-521, 2001.
- Cerqueira, H. Adam Smith e o Surgimento do Discurso Econômico. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2, p. 175-189, 2004.
- Coutinho, M. *Lições de Economia Política Clássica*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990. Tese (Livre-docência).
- Darwin, C. A Origem das Espécies. 4. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, [1859] 2014.
- Dugger, W. The Origins of Thorstein Veblen's Thought. *Social Science Quarterly*, v. 60, n. 1, p. 122-135, 1979.
- Dugger, W. Power: An Institutional Framework of Analysis. *Journal of Economic Issues*, v. 14, n. 4, p. 897-911, 1980.
- Dugger, W. Radical Institutionalism: Basic Concepts. *Review of Radical Political Economics*, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.
- Dugger, W. Veblen's Radical Theory of Social Evolution. *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 3, p. 651-671, 2006.
- Dumont, L. *Homo Aequalis: Génesis y Apogeo de la Ideología Económica*. Madrid: Taurus, 1982.
- Dyer, A. Veblen on Scientific Creativity: The Influence of Charles S. Peirce. *Journal of Economic Issues*, v. 20, n. 4, p. 1103-1125, 1986.
- Edgell, S.; Tilman, R. The Intellectual Antecedents of Thorstein Veblen: A Reappraisal. *Journal of Economic Issues*, v. 23, n. 1, p. 1007-1021, 1989.
- Foss, J. The Suppression of Evolutionary Approaches in Economics: The Case of Marshall and Monopolistic Competition. *Methodus*, v. 3, n. 1, p. 1-14, 1991.
- Freeman, D. The Evolutionary Theories of Charles Darwin and Herbert Spencer. *Current Anthropology*, v. 15, n. 3, p. 211-237, 1974.
- Glassburner, B. Alfred Marshall on Economic History and Historical Development. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 69, n. 3, p. 407-421, 1955.
- Groenewegen, P. *Alfred Marshall: Economist (1842-1924)*. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- Halliday, R. Social Darwinism: A Definition. *Victorian Studies*, v. 14, n. 4, p. 389-405, 1971.
- Hamilton, D. *Evolutionary Economics: A Study of Change in Economic Thought*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1970.

- Hamilton, W. The Institutional Approach to Economic Theory. *The American Economic Review*, v. 9, n. 1, p. 309-318, 1919.
- Hart, N. *Equilibrium and Evolution: Alfred Marshall and the Marshallians*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- Hendricks, L. James Harvey Robinson and the New School for Social Research. *The Journal of Higher Education*, v. 20, n. 8, p. 419-427, 1949.
- Hodgson, G. Thorstein Veblen and Post-Darwinian Economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 16, n. 3, p. 285-302, 1992.
- Hodgson, G. The Mecca of Alfred Marshall. *The Economic Journal*, v. 103, n. 418, p. 703-724, 1993.
- Hodgson, G. *The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2004.
- Jensen, H. Are There Institutional Signposts in the Economics of Alfred Marshall? *Journal of Economic Issues*, v. 24, n. 3, p. 791-804, 1990.
- Jevons, W. *The Theory of Political Economy*. New York: Liberty Fund, [1888] 2005.
- Keynes, J. Alfred Marshall, 1842-1924. In: Pigou, A. *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, 1925. p. 3-48.
- Krauzer, F.; Almeida, F. A Leitura dos Institucionalistas Originais: Uma Contraposição Entre os Paradigmas Newtoniano e Evolucionário. *Revista Análise Econômica*, v. 39, n. 1, p. 105-124, 2024.
- Krauzer, F. Thorstein Veblen: Suas Influências, Críticas e Contribuições Para a Construção de uma Ciência Econômica Evolucionária. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Landsman, R. The Philosophy of Veblen's Economics. *Science & Society*, v. 21, n. 2, p. 142-163, 1957.
- Leonard, T. Origins of the Myth of Social Darwinism: The Ambiguous Legacy of Richard Hofstadter's Social Darwinism in American Thought. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 71, n. 1, p. 37-51, 2009.
- Luz, M. Por Uma Conceção Darwiniana de Economia Evolucionária: Abordagens Pioneiras, Conflitos Teóricos e Propostas Ontológicas. 2009. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Luz, M. Porque a Economia Não é uma Ciência Evolucionária: Uma Hipótese Antropológica a Respeito das Origens Cristãs do Homo Economicus. 2013. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Luz, M.; Fracalanza, P. Alfred Marshall e as Evoluções Vitorianas: Situando Darwin e Spencer nos Fundamentos Teóricos do Pensamento Marshalliano. *Nova Economia*, v. 22, n. 3, p. 453-479, 2012.
- Malinowski, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Ubu, [1922] 2021.
- Malthus, T. *Ensaio Sobre a População*. São Paulo: Editora Abril, [1798] 1983.
- Marshall, A. Mr. Jevons' Theory of Political Economy. In: Pigou, A. *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, [1872] 1925. p. 127-137.
- Marshall, A. The Present Position of Economics (Lecture). In: Pigou, A. *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, [1885] 1925. p. 138-159.

- Marshall, A. *Principles of Economics*. London: Palgrave Classics in Economics, [1890] 2013.
- Marshall, A. The Old Generation and the New. In: Pigou, A. *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, [1897] 1925. p. 160-179.
- Marshall, A. Mechanical and Biological Analogies in Economics. In: Pigou, A. *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, [1898] 1925. p. 180-199.
- Marshall, A. The Social Possibilities of Economic Chivalry. In: Pigou, A. *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, [1907] 1925. p. 200-221.
- Marshall, A. *Industry and Trade*. London: Comio Classic, [1919] 2013.
- Matton, L. A Economia e o Melhoramento Social: A agenda de Reformas de Alfred Marshall. *Nova Economia (UFMG. Impresso)*, v. 24, n. 1, p. 51-78, 2014.
- Mattos, L. A Natureza Econômica e o 'Homem Econômico' Milliano. *Estudos Econômicos*, v. 27, n. 2, p. 275-298, 1997.
- Mattos, L. Marshall e os Críticos da Economia Política Clássica. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, p. 424-439, 2010.
- Mattos, L. Marshall, o Capitalismo e a Sua Utopia Social. *Economia e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 211-234, 2011.
- Mayhew, A. Veblen and the Anthropological Perspective. In: Rutherford, M. *The Founding of Institutional Economics: The Leisure Class and Sovereignty*. New York: Routledge, 2002. p. 133-153.
- Mayr, E. *Biologia, Ciência Única: Reflexões sobre a Autonomia de uma Disciplina Científica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Mayr, E. *Uma Ampla Discussão: Charles Darwin e a Gênese do Moderno Pensamento Evolucionário*. São Paulo: Funpec, 2006.
- Mill, J. S. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Editora Abril, [1848] 1983.
- Mirowski, P. *Natural Images in Economic Thought: Historical Perspectives on Modern Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- Monasterio, L. *Guia Para Veblen: Um Estudo Acerca da Economia Evolucionária*. Pelotas: EDUFPEL, 1998.
- Moss, L. Evolutionary Change and Marshall's Abandoned Second Volume. *The American Journal of Economics and Sociology*, v. 49, n. 4, p. 439-452, 1990.
- Niman, J. Biological Analogies in Marshall's Work. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 13, n. 2, p. 239-257, 1991.
- Perrish, J. Rise of Economics as an Academic Discipline: The Formative Years to 1900. *Southern Economic Journal*, v. 34, n. 1, p. 1-17, 1967.
- Pigou, A. In Memoriam: Alfred Marshall. In: Pigou, A. *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, 1925. p. 3-10.
- Polanyi, K. *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Econômicas de Nossa Época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, [1944] 2021.
- Polanyi, K. O Lugar das Economias nas Sociedades. In: Polanyi, K. *Substância do Homem e Ensaio Correlatos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, [1947] 2012. p. 56-90.
- Polanyi, K. Nossa Obsoleta Mentalidade de Mercado. In: Polanyi, K. *Substância do Homem e Ensaio Correlatos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, [1957] 2012. p. 91-130.
- Polanyi, K. *Substância do Homem e Ensaio Correlatos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012.

- Possas, M. O Conceito de Concorrência em Marshall: Uma Perspectiva Schumpeteriana. *Texto para Discussão*. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- Reisman, D. *Alfred Marshall: Progress and Politics*. London: Palgrave Macmillan, 1987.
- Ricardo, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Editora Abril, [1817] 1982.
- Robbins, L. Economics and Political Economy. *The American Economic Review*, v. 71, n. 1, p. 1-10, 1981.
- Rutherford, M. *The Institutionalist Movement in American Economics, 1918-1947*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Shove, G. The Place of Marshall's Principles in the Development of Economic Theory. *The Economic Journal*, v. 52, n. 206-207, p. 249-271, 1942.
- Simiqueli, R. Força e Fraude: Apontamentos Sobre a Teoria da Classe Ociosa e os Limites da Mudança Institucional. 2016. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Sowell, T. The Evolutionary Economics of Thorstein Veblen. *Oxford Economic Papers*, v. 19, n. 2, p. 265-277, 1967.
- Spencer, H. *First Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, [1862] 2009.
- Sraffa, P. *David Ricardo: Notas aos Princípios de Economia Política de Malthus*. São Paulo: Editora Abril, [1976] 1983.
- Suprinyak, C. Moeda, Tesouro e Riqueza: Uma Anatomia Conceitual do Mercantilismo Britânico do Início do Século XVII. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 2, p. 279-301, 2009.
- Suprinyak, C. Merchants and Councilors: Intellectual Divergences in 17th Century British Economic Thought. *Nova Economia*, v. 21, n. 2, p. 275-304, 2011.
- Taussig, F. Alfred Marshall. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 38, n. 3, p. 379-396, 1924.
- Thurnwald, R. *Economics in Primitive Communities*. New York: Routledge, [1932] 2018.
- Tigre, P. Paradigmas Tecnológicos e Teorias da Firma. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 4, n. 1, p. 5-27, 2005.
- Torre, J. An Inward Spring of Motion and Action: The Teleology of Political Economy and Moral Philosophy in the Age of the Anglo-American Enlightenment. *Early American Studies*, v. 8, n. 3, p. 646-671, 2010.
- Tort, P. *Darwin e a Ciência da Evolução*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.
- Twomey, P. Reviving Veblenian Economic Psychology. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, n. 4, p. 433-448, 1998.
- Veblen, T. *The Theory of the Leisure Class*. Oxford: Oxford University Press, [1899] 2009.
- Veblen, T. *The Theory of Business Enterprise*. Scotts Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, [1904] 2017.
- Veblen, T. *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts*. New York: Forgotten Books, [1914] 2018.
- Veblen, T. *The Engineers and the Price System*. Ljubljana: E-artnow, [1921] 2019.
- Veblen, T. Some Neglected Points in the Theory of Socialism. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 4, n. 2, p. 377-389, 1891.
- Veblen, T. Why is Economics Not an Evolutionary Science?. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898a.

- Veblen, T. The Beginnings of Ownership. *American Journal of Sociology*, v. 4, n. 3, p. 352-365, 1898b.
- Veblen, T. The Preconceptions of Economic Science. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 13, n. 2, p. 121-150, 1899a.
- Veblen, T. The Preconceptions of Economic Science II. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 13, n. 4, p. 396-426, 1899b.
- Veblen, T. The Preconceptions of Economic Science III. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 14, n. 2, p. 240-269, 1900.
- Veblen, T. Gustav Schmoller's Economics. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 15, n. 1, p. 69-93, 1901.
- Veblen, T. The Socialist Economics of Karl Marx and His Followers. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 20, n. 4, p. 575-595, 1906.
- Veblen, T. The Socialist Economics of Karl Marx and His Followers II. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 21, n. 2, p. 299-322, 1907.
- Webb, J. Pragmatism (Plural) Part I - Classical Pragmatism and Some Implications for Empirical Inquiry. *Journal of Economic Issues*, v. 41, n. 4, p. 1063-1076, 2007.